



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 1590,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional-E P, em Luanda, Caixa Postal 1306 — End Teleg «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz 75,00 e para a 3.ª série Kz 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional-E P
		Ano	
	As três séries	Kz 300 750,00	
	A 1.ª série	Kz 185 750,00	
A 2.ª série	Kz 96 250,00		
A 3.ª série	Kz 75 000,00		

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 14/04:
Aprova o Programa Geral do Governo para o biénio 2005-2006

Lei n.º 15/04:
Aprova a estimativa da receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o ano fiscal de 2005

Conselho de Ministros

Decreto n.º 97/04:
Autoriza a extinção da Sociang e recomenda a constituição da respectiva comissão liquidatária

Resolução n.º 36/04:
Aprova as medidas de gestão das pescas para o ano de 2005

Resolução n.º 37/04:
Encerra a aceitação de processos de reclamação de dívida pública interna contraída no Período 1992-1997

Resolução n.º 38/04:
Aprova o Acordo de Cooperação no domínio da Segurança e Ordem Pública entre a República de São Tomé e Príncipe e a República de Angola

Resolução n.º 39/04:
Aprova o projecto de investimento externo «SKODA WOLKSWAGEN MONTAGEM & SKODA WOLKSWAGEN VENDA»

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 4/04
Cria uma comissão técnica angolana, coordenada por Francisco Pereira de Sousa Talno

Ministério dos Petróleos

Despacho n.º 288/04:
Prorroga por um período adicional de seis meses, o período de produção do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 2, relativamente à área de desenvolvimento do Lombo Este

Despacho n.º 289/04:
Prorroga por um período adicional provisório de um ano, o período de produção do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 2, relativamente à área de desenvolvimento do Sufele Norte

Ministério da Educação

Decreto executivo n.º 154/04:
Estabelece os critérios de acesso ao ensino médio (técnico, geral e normal) para o ano lectivo 2005

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 14/04
de 28 de Dezembro

O Governo submeteu à aprovação da Assembleia Nacional o seu Programa Geral para o Biénio 2005-2006

Sendo o Programa Geral do Governo um programa intercalar e que procura atender às carências mais importantes das populações, a reabilitação das infra-estruturas económicas para a recuperação da produção interna e o lançamento das bases para a implementação de um plano de médio prazo que se estima, venha a ser implementado a partir do ano de 2007

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

Lei que aprova o Programa Geral do Governo para o biénio 2005-2006

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006, sendo parte integrante da presente lei

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 14 de Dezembro de 2004

O Presidente da Assembleia Nacional, *Roberto António Víctor Francisco de Almeida*

Promulgada em 27 de Dezembro de 2004

Publique-se

O Presidente da República, JOSE EDUARDO DOS SANTOS

**PROGRAMA GERAL DO GOVERNO PARA
O BIÉNIO 2005-2006**

Introdução

Dois dos objectivos fundamentais que o Governo se propõe alcançar, uma vez garantida a paz e estabilizado o ambiente político-democrático, são o combate à fome e à pobreza e a promoção da estabilidade social. Serão estas as vias para se traduzir em condições concretas os dividendos da paz e a reconciliação nacional.

Sendo dois objectivos de médio/longo prazos, o seu alcance será o resultado de um processo dinâmico, que inclui diferentes domínios de intervenção económica e social do Estado, desde a estabilização macroeconómica, passando pelo relançamento da actividade económica e produtiva, abarcando, ainda, o reforço da autoridade do Estado e pelo desenvolvimento do sector privado. De notar no entanto, que o aspecto mais visível da recuperação económica que necessariamente a situação de paz deve propiciar é o do aumento da produção do sector não petrolífero. É este aumento da produção que alavancará o emprego e gerará rendimentos para as famílias mais pobres.

Tratando-se de um processo dinâmico e que tem no tempo um incontornável factor de realização, importa, desde já, começar a dar-lhe corpo, através dum Programa Geral do Governo dirigido à constituição das condições fundamentais que tornem sustentável e irreversível o crescimento do PIB e a melhoria dos indicadores sociais.

O Programa Geral do Governo para 2005-2006 enumera um conjunto de seis objectivos gerais – de onde se destacam a consolidação da paz e da reconciliação nacional e a edificação das bases para a constituição duma economia nacional integrada e auto-sustentada, cuja concretização deve iniciar-se justamente no período de referência do Programa. A estratégia de implementação

deste Programa Geral estabelece algumas prioridades, que decorrem da necessidade de passarem a ser mais visíveis os dividendos da paz.

Assim, a recuperação da produção nacional é colocada como o núcleo central de articulação do Programa, tendo-se feito convergir para este propósito os sub-programas que o constituem. A lógica de articulação dos investimentos públicos vai no sentido de garantir que os insumos necessários para o funcionamento em pleno dos sectores a montante da recuperação económica sejam garantidos. Espera-se que com esta lógica se garanta o máximo de efeitos sinérgicos entre o investimento público e o investimento privado e se melhore a qualidade do investimento público.

A outra linha de intervenção do Programa coloca-se na melhoria das condições sociais da população. Os resultados positivos que se alcançarem com a recuperação da economia irão ampliar os efeitos dos investimentos públicos feitos nas infra-estruturas e serviços sociais de índole diversa.

O Programa Geral do Governo é um Programa Intercalar, que procurará atender às carências mais importantes das populações, reabilitar as infra-estruturas económicas de efeitos multiplicadores mais evidentes para a recuperação da produção interna e lançar as bases para a implementação do plano de médio prazo a ser elaborado com base na estratégia de desenvolvimento de longo prazo. É justamente este encadeamento entre o curto prazo, médio e o longo prazos que dá consistência e perspectiva estratégica à acção do Governo, em prol da estabilização, das reformas e do desenvolvimento.

Por isso, é que este Programa Intercalar se caracteriza por ser, em primeiro lugar, bastante operativo – contendo acções e projectos de impacto mais imediato sobre a obtenção dos mais importantes objectivos de desenvolvimento e promoção social e em segundo lugar, coerente, ao estabelecer critérios e princípios para as políticas que o mesmo abrange.

Naturalmente que o sucesso que se espera deste Programa Geral do Governo em dois anos depende de como a estrutura institucional funcionar durante a sua concretização. A solução pode ser encontrada no actual quadro institucional do Governo, havendo, no entanto, necessidade duma forte coordenação orgânica entre as estruturas que irão estar envolvidas na execução do Programa. Do mesmo modo, assumem relevância os instrumentos de controlo e seguimento.

I. Diagnóstico Estratégico:

Depois de alcançada a paz, o Governo tem vindo a executar um conjunto de políticas tendentes a garantir o processo de reconstrução da economia, o combate contra a pobreza, a reconciliação nacional e o aprofundamento da democracia. De resto, são estes aspectos que enformam os objectivos programáticos do Programa de Governo para o biénio 2003/2004, num contexto internacional de grande

instabilidade política no Oriente Médio e na Venezuela e de ambiguidade quanto ao desfecho da maior empresa petrolífera privada na Rússia, que tem provocado uma total incerteza e insegurança nos mercados mundiais do petróleo. Este recurso energético é de capital importância para o crescimento económico dos países capitalistas desenvolvidos e as constantes subidas do preço do crude em Londres e Nova Iorque já fizeram rever em baixa as metas de crescimento do PIB e em alta as da inflação. Assim, pode esperar-se que as taxas de variação do PIB de 3,9% para a economia mundial, 3,1% para os Estados Unidos, 2,7% para o Japão e 0,4% para a União Europeia registadas em 2003, se venham a situar em patamares mais baixos em 2004. Quanto à inflação e atendendo à grande capacidade de absorção de choques de oferta que as economias mais avançadas patenteiam, não são de prever grandes modificações nas respectivas taxas, podendo-se apontar para uma taxa média mundial de cerca de 2,9% em 2004.

A política económica do Governo visou corrigir alguns dos mais importantes desequilíbrios macroeconómicos — que se têm mostrado como obstáculos a uma retoma do sector produtivo e a um aumento sustentado do investimento privado — ao mesmo tempo que procurou atacar algumas das debilidades fundamentais dos tecidos económico e social, de modo a criar condições de funcionamento competitivo do sector privado nacional e a melhorar as condições de vida da população.

Do ponto de vista da reconciliação nacional, o Governo orientou as suas acções para a reinserção social dos deslocados e desmobilizados, com vista a transformar também esta faixa da população num factor de crescimento económico.

Tendo em conta os desenvolvimentos recentes e não obstante os resultados alcançados, revela-se necessária uma abordagem crítica, de modo que, se identifiquem os principais constrangimentos, para que, e em função dos objectivos estabelecidos para os anos 2005 — 2006, se definam as políticas, as medidas de política e se dividam os sub-programas integrados exequíveis capazes de remover os constrangimentos e realizar os objectivos definidos. Os resultados alcançados, embora relevantes, foram fortemente condicionados pela ausência da requerida coordenação entre os sectores responsáveis pela implementação das políticas e medidas de política, pela qualidade dos recursos humanos e pela disponibilidade de recursos financeiros na magnitude requerida.

1.1. Desempenho da política e gestão macroeconómica:

Embora prevaleçam sinais de que os resultados conseguidos ainda não estão definitivamente consolidados, o que aconselha no sentido de um aprofundamento das medidas de convergência monetária e cambial e de controlo da inflação — as informações estatísticas disponíveis dão conta de consideráveis melhorias. Pela primeira vez em 2003, a inflação colocou-se na faixa dos

dois dígitos (76,6%) — meta conseguida inteiramente com medidas de política económica e não por intermédio de intervenções administrativas nos mercados monetário e real — e o seu comportamento durante o corrente ano é indicativo de que se poderá atingir uma taxa anual de inflação em torno dos 36,4%. Para a obtenção deste objectivo programático do Governo, contribuiu a política monetária e cambial seguida através dum controlo dos principais agregados monetários e duma convergência mais efectiva entre a taxa de câmbio de referência e a taxa de câmbio do mercado paralelo. Em 2003, o diferencial cambial foi de 1,04 (contra 1,14 em 2002) e nos primeiros meses de 2004 estabeleceu-se quase ao mesmo nível do ano que o antecedeu. A variação das reservas líquidas internas esteve bastante acima do projectado, tendo sido acumulados cerca de USD 303 000 000,00, mais USD 241 000 000,00 do que o previsto.

No mesmo sentido se colocou o desempenho da política fiscal — o crédito líquido do Banco Central ao Governo tem-se reduzido. Neste aspecto convém sublinhar os esforços realizados pela política orçamental para conter o défice fiscal em limites economicamente aceitáveis. E, na verdade — apesar das enormes pressões para a realização de despesas de incidência social exigidas em nome da melhoria acelerada das condições de vida da população mais desfavorecida — tal desiderato foi conseguido, tendo o saldo global das contas do Governo em relação ao PIB passado de -7,5% em 2002, para -7,2% em 2003 e provavelmente, para -5,3% em 2004. Medidas como a programação financeira trimestral do Tesouro como único instrumento de execução do Orçamento Geral do Estado, o asseguramento duma correspondência firme entre gastos e finalidades previstas, a proibição de pagamento em moeda externa a residentes cambiais (com vista à redução do grau de dolarização da economia) pelas Unidades Orçamentais, o registo e o controlo dos pagamentos que não podem, ainda, ser integralmente processados por meios informáticos do SIGFE, uma maior fiscalização das receitas arrecadadas pela rede de balcões dos bancos comerciais e a diminuição dos subsídios aos preços dos combustíveis e às tarifas de electricidade e água, figuram entre as de maior eficácia da política orçamental do Governo.

Todavia, as reservas líquidas sobre o exterior tiveram que, em certa medida, ser sacrificadas em nome da relativa estabilidade monetária interna e da recuperação da confiança no Kwanza. Com efeito, no final de 2003, as divisas externas não cobriam, senão, pouco mais de 1,5 meses de importação. O baixo nível de reservas sobre o exterior — para os padrões internacionais o nível aconselhado é o de as mesmas corresponderem a cerca de seis meses de importação — é um factor que aumenta o risco ao País, afasta os investimentos estrangeiros e deteriora as condições de obtenção de financiamento externo. São sinais que advertem para que se deva tentar conciliar a convergência entre estabilidade monetária e fiscal interna, cumprimento de padrões internacionais convencionalmente estabelecidos, bem como se avalie a sustentabilidade da dívida pública.

Além disso, necessário será promover-se, de modo mais activo e decisivo, a oferta de activos denominados em moeda nacional que constituam alternativas complementares a procura por moeda estrangeira pelos agentes económicos. Assim, para além de medidas de desenvolvimento de operações de mercado aberto para a gestão fina da liquidez implementada pelo Banco Central Deverão considerar-se também opções remuneradas para aplicações de poupanças em moeda nacional por prazos mais dilatados, influenciando-se assim o comportamento dos agentes económicos. Em última instância, o foco da política monetária deverá passar dos agregados monetários para as taxas de juro, enquanto instrumento de controlo da liquidez.

1.2. Desempenho da economia real:

Do ponto de vista do crescimento económico – factor incontornável para a redução do desemprego e o combate à pobreza – o seu comportamento está fortemente indexado ao sector petrolífero. Uma vez que cerca de 52% do PIB é atribuído à actividade de extracção de petróleo – percentagem que se altera para 57% ao juntar-se à exploração diamantífera – compreende-se que a dinâmica nacional de crescimento esteja dependente do que os mercados internacionais e as estratégias mundiais de produção petrolífera estabelecerem para cada ano. Por exemplo, em 2002 o crescimento económico, a preços constantes de 1992, registado pelas Contas Nacionais foi de 13,2%, dos quais 60,5% se ficaram a dever à performance conjunta petróleo mais diamantes. Com efeito, ao analisar-se a estrutura económica interna, a ideia que ressalta é a de que, praticamente desde há mais de 20 anos, os sectores estruturantes duma nova ordem económica interna (construção e obras públicas, indústria transformadora e energia) têm permanecido imóveis, situando-se a sua participação relativa média em cerca de 7,3% do PIB. Trata-se, de facto, duma debilidade estrutural para cuja ultrapassagem não têm sido suficientes as políticas sectoriais seguidas. Exige-se, na verdade, uma actuação bem mais vigorosa, para que os custos empresariais e sociais da recuperação e do rearranque económico sejam bem mais baixos.

QUADRO 1.1

Estrutura sectorial da economia angolana (%)

Sectores	2001	2002	2003
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	8,2	8,0	8,2
Petróleo, gás e refinados	51,2	58,8	48,3
Diamantes e outras	6,2	4,7	4,5
Indústria transformadora	3,9	3,7	3,8
Energia e águas	0,0	0,0	0,0
Construção e obras públicas	3,6	3,4	3,6
Serviços mercantis	15,4	14,1	14,2
Serviços não mercantis	9,3	10,5	15,1
PIB a preços de mercado	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE/MINPLAN Contas Nacionais

A agricultura, silvicultura, pecuária e pesca não têm contribuído senão com cerca de 8% do PIB, revelando-se a agricultura um sector de grande fragilidade e sujeito a um número considerável de imponderáveis, desde as condições climáticas, à disponibilidade de insumos e à falta de capacidade técnica dos agricultores.

No entanto, os constrangimentos no sector rural mantêm-se significativos e necessitam de ser superados para que o sector atinja uma posição adequada e equilibrada no conjunto da economia angolana.

Angola está ainda aquém de satisfazer metade das suas necessidades alimentares com produção própria. Este défice é coberto pela importação de cereais e pela ajuda alimentar.

De entre os constrangimentos merecem destaque as deficiências do comércio rural que desestimulam a produção para o mercado, as vias de comunicação parcialmente destruídas, as dificuldades de armazenagem, os apoios financeiros pouco ajustados, a falta de sementes e as fragilidades do aparelho de Estado no apoio ao fomento, produção e comercialização de bens alimentares. A regulamentação de algumas leis agrárias, com relevo para a posse e aproveitamento das terras, torna-se fundamental no processo de desenvolvimento económico e social do meio rural.

É justamente para minorar os desajustamentos anteriormente apontados que as políticas sectoriais do Governo foram elaboradas, embora em alguns casos os resultados tenham ficado aquém do esperado em virtude da presença de alguns constrangimentos ligados ao investimento produtivo, designadamente (i) falta de infra-estruturas básicas funcionais, (ii) ausência de serviços económicos, e (iii) ausência de mecanismos concorrentes para a consolidação do processo relacionado com o respeito à protecção da propriedade privada, incluindo os da terra como activo.

No domínio da agricultura, a intervenção do Governo foi no sentido de se elevarem os padrões de produção e de produtividade, o que ocorreu em determinadas culturas, como a mandioca, o feijão, o amendoim, a batata rena e a batata doce, o milho, e o arroz. Tratam-se de produtos de grande representatividade na dieta tradicional angolana e embora os quantitativos de produção e produtividade que se têm registado desde 2002, não sejam os mais consentâneos com as necessidades internas (Angola ainda regista um défice cerealífero de cerca de 47%), não deixa de ser sintomático que os incrementos registados têm sido regulares.

Quanto à pecuária, foram averbados acrescentos em diversas produções, como a carne bovina, a carne suína, a carne caprina, a carne ovina e a carne de aves, o leite e os ovos

Um aspecto comum aos dois sectores anteriores refere-se ao relançamento da investigação agronómica e veterinária, autênticas infra-estruturas de capital humano fundamentais para o futuro

Quanto às pescas – outro sector básico para o combate à fome e à pobreza – foram levadas a efeito políticas estruturantes, como o reforço da capacidade de fiscalização, a elaboração do Plano Director e a Estratégia de Desenvolvimento e Sustentabilidade da Fileira das Pescas, a regulamentação da Lei dos Recursos Biológicos e Aquáticos, o reforço e a capacitação do sistema de investigação. Simultaneamente, foi lançado o programa de renovação da frota de captura, de revitalização das empresas de distribuição e produção e de introdução de novas tecnologias de fumagem e secagem. No âmbito do aumento das capturas, agenciaram-se financiamentos para a aquisição e apetrechamento de embarcações de pesca semi-industrial para o sector privado

A indústria transformadora continua a defrontar-se com problemas estruturais diversos que a impedem de exercer o papel de sector de maior valor acrescentado nacional e de maior contribuinte líquido para a criação de emprego. Entre eles destacam-se o financiamento em condições aliciantes, a escassez de recursos humanos qualificados, a obsolescência do equipamento, a ausência de infra-estruturas adequadas, etc. Apesar disso, a iniciativa privada continuou a desenvolver esforços para o incremento da produção, o que se registou em determinadas actividades, embora em níveis muito aquém dos necessários (o aumento das importações de bens de consumo duradouro e não duradouro e de produtos intermédios é disso a prova mais acabada). Foram dinamizados os processos de privatização de empresas industriais, procedeu-se à requalificação de algumas empresas e regularizou-se juridicamente a situação de muitas empresas

Quanto à energia e água – uma das infra-estruturas básicas e de maiores efeitos multiplicadores sobre a produção e a produtividade económica – o Governo implementou um conjunto variado de empreendimentos (graças aos quais o PIB deste sector, de acordo com as Contas Nacionais, cresceu mais de 20% nos últimos anos): execução do projecto de Capanda, reabilitação das centrais hidroeléctricas do Biópio e da Matala, a entrada em serviço dos grupos 4 e 5 da Central Térmica de Luanda, a reabilitação da mini-hídrica do Kuito, a revisão da linha

Cambambe-Luanda, os estudos e levantamentos de campo relativos à reabilitação e ampliação das redes de média e baixa tensão das zonas periféricas de Luanda, Lubango, Namibe e Tômbwa. No tocante à captação de água destaca-se a conclusão de muitos projectos de reabilitação de sistemas de abastecimento em Malanje e Luena, de águas subterrâneas no Beugo, Cunene e Huíla. Os resultados produzidos com os esforços desenvolvidos não produziram os impactos desejados, porquanto os investimentos realizados na produção não foram complementados com investimentos no domínio do transporte e da distribuição

O abastecimento de água e saneamento deve atender às necessidades das populações no sentido de lhes proporcionar as condições básicas de habitação e a garantia de acesso a um consumo mínimo de 15 litros de água per capita/dia. Nesta fase deverá proceder-se à clarificação legal das responsabilidades institucionais, de forma a dotar as entidades com as competências adequadas de forma a poderem exercer devidamente os seus mandatos. Assim, devem ser reformuladas as políticas do sector no sentido de produzir os instrumentos legais, que permitam o fornecimento de serviços com o mínimo de qualidade e a preços acessíveis. Embora as pessoas ocupem a primeira prioridade, o objectivo vai também no sentido de proporcionar condições ao fornecimento de água às actividades económicas, condição básica do seu funcionamento efectivo

No domínio das obras públicas – de intervenção directa do Estado, enquanto garante do fornecimento e manutenção das infra-estruturas físicas essenciais e básicas, são de destacar as inúmeras reabilitações de estradas, pontes e aeródromos, no âmbito do Programa de Reabilitação de Infra-Estruturas (PRINF). A reactivação do sector das obras públicas tem constituído motivo para o relançamento das indústrias de construção, tais como o cimento, os derivados do cimento, as cerâmicas, a carpintaria metálica e de madeira, as tintas e os vernizes e a metalurgia. A capacidade de realização no sector das obras públicas foi estrangulada pelos escassos recursos financeiros disponibilizados face a necessidade de intervenção requerida decorrente do estado degradado das infra-estruturas básicas

O comércio, os transportes, as comunicações, os bancos e os seguros – nas Contas Nacionais denominados como Sectores Mercantis e no contexto dos quais mais a actividade puramente privada ocorre – apresentaram desempenhos francamente positivos, não apenas durante o ano transacto, como em anos anteriores. Em conjunto, estas actividades representam a segunda maior contribuição para o PIB, com cerca de 15%, e têm evoluído a uma taxa média anual em redor dos 8% entre 2000 e 2003. Em particular

nos transportes rodoviários, foram levadas a efeito medidas tendentes a liberalizar o exercício da respectiva actividade, e a incrementar o tráfego inter-regional,

nos transportes ferroviários ocorreu o início de implementação do estudo da rede ferroviária nacional, o aumento da capacidade de transporte do Caminho de Ferro de Luanda, a reabilitação de 94 quilómetros do Caminho de Ferro de Benguela e a consolidação da via do Caminho de Ferro de Moçâmedes,

foram desencadeadas acções conducentes à reestruturação e relançamento das empresas públicas TAAG, Unicargas, Secul, TCUL e dos Portos de Luanda, Lobito e Amboim

Contudo, o estado das infra-estruturas básicas, como estradas, pontes, caminhos de ferro, etc, condicionaram fortemente o desempenho do sector, traduzido nos consideráveis custos de transacções decorrentes da sua utilização

Foi registado um aumento do volume das intenções de investimento privado de cerca de USD 322,3 milhões, em 2002, para cerca de USD 539,5 milhões, em 2003. O volume de investimento aprovado também aumentou, de cerca de USD 23,9 milhões, em 2002, para cerca de USD 160,2 milhões em 2003

Da actividade de fomento e apoio ao empresariado nacional há a destacar que, a 31 de Dezembro de 2003, o FDES tinha concedido créditos que se elevavam a cerca de USD 35,9 milhões correspondentes a 176 projectos aprovados. No âmbito do programa «Novo Horizonte» conduzido pelo INAPEM, o FDES concedeu financiamentos que se calculavam, a 31 de Dezembro de 2003, em cerca de USD 2,6 milhões abrangendo 180 pequenos empreendimentos

QUADRO 1.2

Taxas anuais médias de crescimento a preços de 1992 (%)

Sectores	2001	2002	2003
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	18,0	13,4	11,7
Petróleo, gás e refinados	-1,0	20,6	-2,2
Diamantes e outros	19,5	-2,1	19,8
Indústria transformadora	9,8	10,3	11,9
Energia e águas	10,0	21,3	0,2
Construção e obras públicas	8,5	10,0	12,6
Serviços mercantis	6,0	11,6	9,9
Serviços não mercantis	1,0	2,5	1,9
PIB a preços de mercado	5,2	13,2	5,2

FONTE: INE/MINPLAN Contas Nacionais

1.3. Agenda Social do Governo

As condições sociais da população – grosso modo determinadas pela captação do PIB, e que em 2003 pode ter sido de cerca de USD 950,00 – ainda não experimentaram as alterações profundas que são de esperar numa situação de paz e de estabilidade política. Por isso, o Governo elegeu o domínio social como um dos mais importantes dos respectivos orçamentos para 2002, 2003 e 2004. A Agenda Social do Governo relativa a 2003 foi, justamente, orientada no sentido da valorização dos recursos humanos, através da melhoria da prestação dos serviços de educação, saúde e assistência social e pela vertente da política de rendimentos e preços

Comparando períodos homólogos, registou-se um aumento do salário médio nominal de cerca de 34% e foi estabelecido o Salário Mínimo Nacional num valor equivalente à 50 usd/mês, conforme recomendado pelo Conselho Nacional de Concertação Social

Na saúde apesar das condicionantes trazidas pelas ainda constantes movimentações das populações, foi possível levar a efeito uma política de saúde que tocou aspectos diversificados como a vacinação contra a poliomielite, o sarampo e outras endemias, a reabilitação de infra-estruturas da saúde como hospitais e postos de saúde, a valorização do pessoal médico, de enfermagem e auxiliar, a melhoria e a extensão do sistema de diagnóstico e tratamento da malária, tuberculose, tripanossomíase, HIV/SIDA, doenças diarreicas e respiratórias, etc

Na educação, são de destacar os resultados alcançados em 2003, na extensão do ensino do 1º nível a todo o território nacional – pela primeira vez desde a independência – traduzidos num aumento de quase 48% dos efectivos totais. O número de alunos inscritos neste nível ultrapassou em 37% a previsão, o que quer dizer que aproximadamente um milhão de crianças regressaram à escola. Mas são ainda de destaca

a reabilitação, ampliação e construção de instalações escolares em diversas províncias e de estruturas ligadas ao Ministério da Educação e Cultura (como as da Inspeção Nacional),
o aumento dos efectivos escolares nos restantes níveis de ensino (22,5% nos II e III níveis) e 8% no ensino médio,
o aumento dos efectivos universitários na Universidade Agostinho Neto (17 366 em 2003)

A situação da assistência social e humanitária sofreu, em 2003, alterações substanciais, caracterizadas, principalmente, por uma intensa movimentação das populações, abandonando as áreas de acolhimento à procura de familiares, retornando às áreas de origem e destino final em busca de melhores condições de vida. As necessidades da assistência social e humanitária foram satisfeitas significativamente, graças ao alargamento das actividades humanitárias a toda a extensão do território nacional, com maior incidência para as populações que se encontravam em áreas consideradas críticas e inacessíveis.

Os esforços do Governo foram dirigidos para a assistência às áreas de acolhimento dos ex-militares da UNITA, seus dependentes e outras pessoas arrastadas pelas circunstâncias, aos centros de deslocados, refugiados e às populações mais vulneráveis, nomeadamente, crianças, idosos e portadores de deficiência. De igual modo, repensou-se a orientação da política social no sentido da defesa dos direitos dos grupos vulneráveis e da promoção do seu desenvolvimento.

No quadro da criação de condições para as crianças e o resgate dos seus direitos de cidadania, a data de 31 de Dezembro de 2003 foram distribuídos 2000 kits de reunificação familiar em todo o País, às 3527 crianças reunificadas às suas famílias, bem como, se procedeu ao registo, em Luanda, de 1539 crianças de rua e em parceria com o Ministério da Justiça, concluiu-se o registo de nascimento de 263 899 crianças e adolescentes nas 35 áreas de acolhimento.

No âmbito do programa de regresso e reassentamento das populações afectadas directamente pelo conflito armado, em 2003, regressaram às suas áreas de origem ou de referência 3 011 392 pessoas.

Nesse processo de regresso, registou-se um maior movimento de pessoas nas Províncias do Huambo (439 292), Benguela (431 000), Cuando-Cubango (536 531), Cuanza-Sul (404 890), Bié (230 640), Lunda-Sul (167 585), Malanje (140 224) e Huíla (109 021), o que representa cerca de 80% do total das pessoas que regressaram às suas áreas de origem ou de referência até Dezembro.

O programa de regresso organizado e voluntário dos refugiados e o retorno espontâneo dos angolanos, permitiu a entrada de 200 000 pessoas vindas dos quatro países que fazem fronteira com a República de Angola.

O programa de desminagem priorizou as áreas de reassentamento das populações, com acções de remoção das minas, marcação e sinalização das áreas minadas,

realização de actividades de pesquisa e de obtenção de meios materiais para as acções de desminagem nas áreas operativas nas Províncias do Huambo, Malanje, Bié, Cuando-Cubango.

Para os antigos combatentes e veteranos de guerra a acção do Governo orientou-se no sentido do alargamento dos efectivos, abrangendo, por conseguinte, o máximo de efectivos. Neste sentido foram abrangidos pelo sistema a nível de todo o País, 109 638 assistidos, dos quais antigos combatentes 41 065, deficientes de guerra 28 305, viúvas 6411, órfãos 28 733 e ascendentes 5124. Deste número foram reinseridos 2200 assistidos nos vários centros de formação profissional a nível nacional, consoante as especialidades.

À semelhança da execução de acções de promoção e desenvolvimento da mulher e de unidade e protecção da família, no domínio da juventude e desportos foram realizados programas específicos, visando designadamente o crescimento e desenvolvimento do associativismo juvenil e o incentivo à actividade desportiva.

No que tange a habitação social, foram implementados projectos de melhoria das condições de habitabilidade das populações, designadamente, através da construção de habitações.

No tocante ao emprego e formação profissional e atendendo aos dados previsionais sobre a criação de novos postos de trabalho no âmbito de projectos de fomento ao investimento privado, pode-se afirmar que em 2003 a força de trabalho ocupada terá rondado 632 546, aos quais se podem acrescentar cerca de 2 milhões de pessoas ocupadas no sector agrícola de subsistência.

Registou-se um relativo aumento da capacidade formativa, designadamente, através da formação itinerante, cujas unidades móveis percorreram uma boa parte das províncias do País, tendo como resultado a formação de 3740 cidadãos no âmbito do projecto «Estamos Contigo», cujo escopo é a integração sócio-profissional de ex-militares das forças militares da UNITA.

No capítulo da qualificação de funcionários públicos, foram ministrados os cursos de formação de formadores nas Províncias da Lunda-Norte e Sul, Zaire, Bengo, Huambo, Huíla, Cunene, Namibe, Cuanza-Norte e Sul, Cabinda e Benguela, criando-se para o efeito, as respectivas redes de formação local.

Com o Programa de aumento da oferta de serviços básicos às populações das diferentes províncias pretendia-se o seguinte:

- a satisfação da procura social de educação e de saúde, através da reabilitação de escolas, hospitais e postos de saúde,
- o fornecimento de água e, aonde possível, de electricidade, com o intuito de melhorar as condições de vida e diminuir as debilidades sanitárias da população,
- a reabilitação de estradas secundárias e terciárias – fundamentais para a reconstrução das economias provinciais e aumento do seu grau de integração interna

Contudo, os resultados alcançados ainda estão aquém de garantirem um acréscimo significativo da oferta provincial dos serviços sociais

O grau de realização dos programas de investimento público manteve-se baixo, pelas razões que mesmo ao nível do País acabam por emergir como limitativas da capacidade nacional de absorção. Mas existiram outros constrangimentos a variação da taxa de câmbio de referência determinou a perda de valor das verbas adjudicadas, a suspensão dos desembolsos durante o último trimestre de 2003 adiou a conclusão de várias obras, o difícil acesso a determinados municípios enfrentaram limitações severas nos respectivos ritmos de realização, o comportamento desonesto de certos empresários retardou a conclusão de determinadas obras e a falta de rigor na fiscalização, detectada pela desproporção entre execução financeira e realização física e as vezes pela má qualidade das obras

II. Objectivos para 2005-2006:

2.1. Objectivos gerais:

O Programa Geral do Governo para o período 2005/2006 visa os seguintes objectivos gerais

- 1 Consolidação da paz e da reconciliação nacional
- 2 Edificação das bases para a construção e uma economia nacional integrada e auto-sustentada
- 3 Restabelecimento da Administração Central do Estado em todo o território nacional
- 4 Desenvolvimento dos Recursos Humanos
- 5 Desenvolvimento harmonioso do território
- 6 Consolidação do processo democrático

2.2. Objectivos específicos:

O Programa Geral do Governo para 2005/2006 perseguirá os seguintes objectivos específicos

- 1 1 Continuação da reintegração social e produtiva dos desmobilizados e pessoas deslocadas durante a guerra,
- 1 2 Melhorar a prestação dos serviços sociais básicos e promoção da harmonia social,
- 2 1 Consolidação do processo de estabilização macro-económica garantindo a estabilidade monetária e cambial e a redução da inflação,
- 2 2 Reabilitação das infra-estruturas,
- 2 3 Diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços,
- 2 4 Revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais em todo o território nacional,
- 2 5 Erradicação ou redução significativa da fome e da miséria,
- 2 6 Apoiar o desenvolvimento do sector privado,
- 2 7 Aumento do nível geral do emprego e melhorar progressivamente a remuneração do trabalho,
- 3 1 Aprofundamento da reforma da administração pública, do sistema financeiro e da justiça,
- 4 1 Execução célere da reforma do sistema de educação e ensino,
- 5 1 Distribuição equilibrada do rendimento nacional e eliminação das assimetrias regionais,
- 6 1 Início da reforma da comunicação social,
- 6 2 Reforço da capacidade institucional e técnico-material dos meios de comunicação social,
- 6 3 Criação das condições materiais e técnicas para a realização das eleições gerais

III. Metas Globais:

QUADRO 3 1
Metas macroeconómicas

Indicador	2004 Est	2005 Proj	2006 Proj
Inflação (%)	36,4	15,0	10,0
Produto interno bruto a preço de mercado (Kz. 1 000 000 000,00)	1545	1874	2398
Taxa de crescimento real do PIB (%)	11,7	16,1	22,6
Sector petrolífero (%)	13,9	21,4	35,3
Sector não petrolífero (%)	9,1	10,4	11,9
Receitas fiscais (% do PIB)	36,7	34,1	32,0
Despesas fiscais (% do PIB)	42,0	43	39,7
Saldo global das contas do Governo na base de compromisso (% do PIB)	-5,3	-8,9	-7,7
Saldo primário (% do PIB)	-3,0	-4,6	-5,3
Crescimento das exportações (%)	29,1	10,0	24,0
Crescimento das importações (%)	12,5	20,1	12,6
Variação das reservas internacionais líquidas (milhões de USD, + aumento, - perda)	1238	654	467
Saldo da conta corrente da balança de pagamentos (% do PIB)	3	3	1

Fonte dos dados: Estimativas do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) MINPLAN, MINFIN e BNA

QUADRO 3 2
Indicadores reais: metas globais (%)

Sectores	2005	2006
Agricultura e pescas	15,6	18,1
Indústria extractiva	19,7	32,0
Petróleo	21,4	35,3
Outras	1,8	3,3
Indústria transformadora	15,0	16,5
Energia eléctrica	13,0	15,0
Construção	16,0	18,5
Comércio	10,9	11,4
Serviços	3,5	4,0

Fonte: Estimativa MinPlan/INE

QUADRO 3 3
Indicadores sociais: metas globais

Indicadores	2005	2006
Educação Taxa bruta de escolarização (%) *		
Iniciação	118,1	115,7
Ensino primário	135,5	130,9
Ensino secundário	32,1	34,0
Ensino superior	2,0	2,5
Saúde		
Reduzir a taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos (%)		20
Reduzir a taxa de desnutrição das crianças menores de 5 anos (%)		15
Reduzir a mortalidade entre as mulheres com complicação obstétrica (%)		24
Género		
Garantir a participação feminina em cargos de destaque (%)		30
Reforçar a qualificação profissional das mulheres (%)		50
Juventude		
Redução do clima de intolerância entre os jovens (n.º beneficiários)		1 500 000
Cooperação entre jovens (n.º beneficiários)		2 500 000
Desporto		
Desporto para todos (n.º beneficiários)		500 000
Desporto na escola e universidade (n.º beneficiários)		1 000 000
Desporto para portadores de deficiências (n.º beneficiários)		350 000
Cultura		
Aumentar o número de utilizadores das instituições culturais (%)		50

* Resultado do valor global de pessoas em idade escolar regular e não regular

QUADRO 3 4
Assistência social: metas a atingir no final de 2006

Eixos	Ações	Beneficiários
Crianças e adolescentes	Programas infantis comunitários	80 000
	Reunificação e colocação nas famílias	60 000
	Colocação de crianças entre 0 e 2 anos em novas mães	2 000
	Colocação de crianças em novas famílias	15 000
	Capacitação de técnicos sociais especializados em delinquência e recuperação de menores	3 500
Assistência e promoção social	Assistir a pessoas em situação de vulnerabilidade	1 000 000
	Reintegrar e promover a auto-sustentabilidade de famílias	330 000
	Assistências social a pessoas idosas internadas em lares	2 000
	Apetrechar lares de atendimento a pessoas idosas	4
	Garantir a ocupação de tempos livres a pessoas idosas	15 000
	Repatriação de angolanos refugiados	400 000
Portadores de deficiência	Reabilitar e integrar pessoas portadoras de deficiência	70 000
	Reabilitar integralmente pessoas portadoras de deficiência e suas famílias	10 000
Reintegração social dos ex-militares		239 788
Desminagem	Construção de oito brigadas de sapadores para os caminhos de ferro (CFB, CFL e CFM) e terrenos cultiváveis	Zonas de influência dos Caminhos de Ferro

IV. Políticas e Medidas de Políticas:

4.1. Políticas e medidas de política no domínio macroeconómico:

Não obstante os importantes progressos registados durante o biénio 2003-2004, sobretudo em matéria de uma mais clara tendência de estabilização do nível geral dos preços e do valor da moeda nacional, o quadro macroeconómico angolano continua a apresentar sinais de desequilíbrios internos e externos

Tanto a posição fiscal, como a da balança de pagamentos, apresentam sinais de vulnerabilidade a uma queda inesperada do preço internacional do petróleo. Uma eventual variação negativa no preço médio por barril do petróleo, em linha com a sua propensão histórica, acarreta o risco de reverter a evolução da tendência decrescente do déficit fiscal. De igual modo, pode deteriorar-se, mais ainda, a já débil posição global da balança de pagamentos, provocando uma queda adicional das reservas internacionais líquidas

A estas fragilidades acresce a problemática da dinâmica da dívida externa. A acumulação rápida da dívida externa garantida pelo petróleo denominada em dólares, implica que o repar do fardo das futuras obrigações financeiras pode vir a comprometer a consolidação fiscal a médio prazo.

Quadro macro-económico comparativo 2002-2006

Indicador	Estimativas			Projeções	
	2002	2003	2004	2005	2006
Inflação (%)	106,0	76,7	36,4	15,0	10,0
Produto interno bruto a preços de mercado (1 000 000 000,00)	471,60	1031,3	1545,0	1874,0	2398,0
Taxa de crescimento do PIB (%)	5	3,4	11,7	16,1	22,6
Sector petrolífero (%)	14,4	-1,0	13,9	21,4	35,3
Sector não petrolífero (%)	25,0	7,6	9,1	10,4	11,9
Recostas fiscais (% PIB)	8,8				
Despesas fiscais (% PIB)	40,4	37,5	36,7	34,1	32,0
Saldo global das contas do Governo na base de compromisso (% do PIB)	47,9	44,7	42,0	43	39,7
Saldo primário (% do PIB)	-7,5	-7,2	-5,3	-8,9	-7,7
Crescimento das exportações (%)	-3,3	-4,7	-3,0	-4,6	-5,3
Crescimento das importações (%)	27,5	14,3	29,1	10,0	24,0
Variação das reservas internacionais líquidas (milhões de USD, + aumento, - perda)	18,3	45,7	12,5	20,1	12,6
Saldo da conta corrente da balança de pagamentos (% do PIB)	-207	301	1238	654	467
	-1,4	-5,7	3	3	1

Fontes dos dados: Estimativa do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), MINPLAN, MINFIN e BNA.

O quadro macroeconómico para o biénio de 2005 e 2006 prevê a consolidação dos ganhos já obtidos e o aprofundamento da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos ainda existentes. Neste sentido, as metas de inflação estabelecidas para o período são de 15% e 10% respectivamente, partindo de uma taxa de inflação, fim de 2004, estimada em 36,4%.

Em termos de perspectivas para o sector real da economia, prevê-se que o Produto Interno Bruto conheça um forte crescimento real nos dois anos (16,1% e 22,6%, respectivamente), proporcionado, principalmente, pelo rápido crescimento da produção do petróleo bruto.

No plano fiscal, o Governo estabelece, com o propósito de reforçar o balanço da sua operação financeira, um défice do saldo global das contas do Governo de 8,9% e 7,7% do PIB, respectivamente em 2005 e 2006. Para

atingir esta meta, o Governo pretende aumentar ligeiramente para 43% em 2005 em comparação com a previsão de 42% para 2004 e reduzir para 39,7%, em 2006 a proporção das despesas total no PIB.

No plano externo, o Governo perspectiva o fortalecimento da posição global da balança de pagamentos, patenteado no incremento das reservas internacionais líquidas e no registo de superavit de cerca de 3% e 1% em 2005 e 2006 respectivamente do PIB no saldo da conta corrente da balança de pagamento.

4.1.1. Políticas e medidas de política orçamental

O Governo tem a responsabilidade de prover bens e serviços públicos ou semi-públicos básicos, como são a defesa e segurança, a saúde e a educação, o saneamento básico e a preservação do ambiente, as infra-estruturas e os serviços económicos.

A Política Orçamental do Governo privilegiará fundamentalmente o financiamento dessas acções. Para o efeito, o Governo assegurará, por um lado, a máxima arrecadação de receitas fiscais, sem elevar a carga tributária, mas procurando reduzir eventuais fugas ao fisco, e alargando, quando possível, a base tributária. Por outro lado, far-se-á recurso ao financiamento interno e externo, sendo que o nível do défice orçamental não deverá ultrapassar os 8,9% e 7,7% do PIB, respectivamente nos anos de 2005 e 2006, observando-se assim um nível de endividamento sustentável. O recurso ao financiamento interno será feito, fundamentalmente por emissão de títulos da dívida, contrariando a tendência de anos anteriores em que se acumularam volumes substanciais de atrasados.

A intervenção do Governo em acções de fomento da actividade económica interna passará pelos instrumentos criados para o efeito, designadamente o Instituto Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa (INAPEM) e o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES), nos marcos do estabelecido na Lei n.º 14/03, de 18 de Julho – Lei do Fomento do Empresariado Privado Angolano, a qual deverá ser regulamentada. Por seu turno, a concessão de incentivos fiscais e aduaneiros obedecerá ao estabelecido na Lei n.º 17/03, de 25 de Julho – Lei sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado.

Especificamente, as políticas e as medidas de política constam do documento de Orçamento Geral do Estado.

4.1.2. Políticas e medidas de política monetária e cambial:

Os resultados obtidos no decurso dos últimos anos em matéria de preços encorajam a perseguir com as medidas de política no domínio monetário e cambial, com o propósito de consolidar a estabilidade de preços tão necessária para a retoma do crescimento económico do sector não petrolífero

Neste sentido constituem medidas de política

controle rigoroso da massa monetária,
regulação do nível de liquidez da economia,
desenvolvimento das operações com títulos públicos, emitidos pelo tesouro (Bilhetes do Tesouro — BT e Obrigações do Tesouro — OT) e pelo Banco Central (Títulos do Banco Central —TBC),
desenvolvimento das operações de mercado aberto (*open market*) através da compra e venda de títulos da dívida pública pelo BNA,
a taxa de juro a praticar pelo BNA nas operações de *open market*, a designada «taxa básica» passará a ter um papel decisivo na orientação da política monetária,
a fixação de reservas obrigatórias sobre os depósitos bancários, particularmente quando ocorra excesso ou insuficiência estrutural de liquidez do sistema financeiro,
dinamização do mercado secundário de títulos,
ajustar as taxas de desconto em função dos objectivos da política monetária,
manutenção do regime de taxas de câmbio flutuante,
consolidação das medidas sobre a liberalização das operações de invisíveis correntes

No que concerne ao desenvolvimento do sistema financeiro, durante o período de vigência do Programa, as acções a serem desenvolvidas deverão ser orientadas para

incentivar o aumento da taxa de poupança da população e dos agentes económicos em geral, com a criação de estímulos reais dos quais a taxa de juros será o mais importante,
melhoria da qualidade da oferta dos produtos e serviços disponíveis, através da expansão da rede de balcões e em particular com a diversificação dos instrumentos de pagamento alternativos ao papel-moeda,
atender a procura da população e das empresas por serviços de boa qualidade a custos razoáveis,
incrementar a concessão de empréstimos de médio e longo prazos,

promover o aumento e diversificação de instituições de intermediação financeira,
instaurar um mecanismo de garantia de crédito,
estruturar e desenvolver as micro-finanças, e,
promover o crédito à habitação

4.1.3. Políticas e medidas de política de rendimentos e preços:

De modo a assegurar a preservação do poder de compra, o Governo assegurará que os aumentos dos salários e vencimentos só ocorram como resultado de ganhos de produtividade ou da racionalização das despesas

Tendo sido alcançada uma relativa estabilidade cambial, o salário mínimo nacional — estabelecido num nível nominal equivalente a USD 50,00 — será ajustado anualmente com base na inflação esperada, bem como adoptar-se-ão medidas com vista ao aumento progressivo deste valor por sectores ou ramos de actividade económica e em função da produtividade e desempenho dos mesmos

Assim, continuarão a ser privilegiadas as seguintes medidas de política

ajustamento do sistema retributivo da administração pública,
actualização periódica dos vencimentos da função pública, de acordo com a taxa de inflação esperada,
ajustamento da isenção da tributação sobre o rendimento do trabalho com o aumento da base e da progressividade nos escalões mais elevados,
aumento da taxa de contribuição para a segurança social mediante trabalho de auscultação e concertação com os parceiros sociais,
melhoria do nível das pensões e das prestações imediatas da segurança social,
revisão do sistema de preços adequando os seus regimes,
estabelecimento e regulamentação de um regime de comparticipação do Estado nos preços de medicamentos,
estabelecimento da obrigatoriedade de operadores específicos a preencher as folhas de cálculo dos preços,
levantamento das estruturas de custo dos produtos sensíveis,
instituição de um mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis derivados do petróleo bruto, tendo em conta a variação dos preços no mercado internacional e da taxa de câmbio, e
elaboração da lei da concorrência

Por outro lado, o Governo vai continuar a acompanhar, de forma sistemática, os preços de mercado dos cabazes básico e médio, com o objectivo de se prevenir eventuais anomalias. A sistemática de acompanhamento dos preços vai ainda ser reforçada com a implantação da colecta, análise e acompanhamento de preços dos materiais e serviços básicos da construção civil.

No âmbito de organização dos mercados, deverá produzir-se legislação reguladora com o objectivo de incentivar a produção e comercialização dos produtos nacionais.

4.1.4. Política e medidas de política do sector externo

A política do sector externo do Governo, que persegue a promoção das exportações e o desenvolvimento de modo competitivo de sectores económicos com potenciais vantagens comparativas face ao exterior, continuará a ser observada. Para o efeito, será promovida a produção nacional por via da concessão de subsídios dirigidos ou a concessão de incentivos financeiros e fiscais às empresas que detenham efectiva ou potencialmente capacidade de satisfação da procura interna com bens e serviços, com a qualidade dos padrões internacionais e produção de bens e serviços para exportação.

Nessa perspectiva, o nível das tarifas será estabelecido de modo proporcional à capacidade efectiva e potencial de produção interna dos bens e serviços considerados na pauta aduaneira.

Os mecanismos de mercado que promovam o equilíbrio das contas externas, cuidando-se dos fundamentos macro-económicos que determinam as taxas de câmbio reais de equilíbrio serão, também, observados, tendo como fim assegurar a competitividade da indústria nacional.

4.2. Políticas e medidas de política no sector real da economia

A actual situação da economia angolana recomenda o desenvolvimento de acções concorrentes para a diversificação da produção com vista a minimizar os efeitos da sua vulnerabilidade decorrentes da forte dependência do sector petrolífero. Os objectivos gerais bem como os específicos assumidos em torno do Programa Geral do Governo revelam a necessidade da abordagem da recuperação económica assentar no sector não petrolífero como o garante do emprego e do crescimento económico consentâneos com a necessidade de erradicação ou redução significativa da pobreza.

Assim, os objectivos que serão perseguidos pelos sectores bem como as políticas e medidas de política a que concorrerão para a implementação dos sub-programas são as que se seguem:

4.2.1. Agro-pecuária

1. Objectivos

Os objectivos para o sector agrário no biénio 2005/2006 visam o desenvolvimento sustentável e integrado e são os que se seguem:

- minimizar/combater, de forma sustentada, a fome e a pobreza,
- reactivar a economia rural,
- contribuir para a satisfação das necessidades alimentares do País e para o bem estar das populações,
- aumentar a produção alimentar, com base na reabilitação das capacidades produtivas do sector camponês e do sector empresarial privado, agro-pecuário e florestal,
- promover dos fluxos de comércio alimentar entre o campo, as zonas peri-urbanas e urbanas,
- incentivar e estimular o surgimento de explorações agro-pecuárias e florestais comerciais,
- enquadrar os deslocados, refugiados e desmobilizados com vocação agrária nas actividades e nos serviços de apoio ao sector agrário.

2. Políticas e medidas de política

Linhas de acção que contribuem para o prosseguimento dos objectivos enunciados:

- apostar num programa de investimentos públicos estruturante, orientado para a aplicação racional dos recursos financeiros disponibilizados numa dupla visão: (i) apoio à recuperação e expansão das infra-estruturas básicas (canais de irrigação agrícola, caminhos, etc.) de forma a criar as condições para atracção do investimento privado, e (ii) fomento de produções alimentares, com base na reabilitação do sector camponês e no desenvolvimento do sector empresarial agro-pecuário,
- fomentar a produção de bens que contribuam para a redução das importações em bases competitivas, através da introdução de técnicas como a agricultura de precisão que possibilita uma elevada produtividade dos solos e um impacto benéfico em termos ambientais,

organizar e programar a produção, multiplicação e distribuição de sementes de forma a satisfazer a curto prazo as necessidades dos agricultores, designadamente nas culturas alimentares de base,

orientar o investimento privado para as principais fileiras de produção, designadamente através de incentivos como o apoio técnico à escolha das melhores localizações, à construção de infra-estruturas, equipamentos e meios de transporte nas explorações e facilidades de crédito,

promover o desenvolvimento do comércio no meio rural, visando a reposição dos circuitos e dos fluxos bilaterais de comércio entre o campo e a cidade. Neste contexto, as infra-estruturas de armazenamento e os circuitos de distribuição e recolha, quando bem estruturados, desempenham uma função determinante e reguladora,

aumentar a produção florestal e expansão do repovoamento florestal, bem como o relançamento da apicultura,

reactivar da fileira do café cuja produção e comercialização são actividades de capital importância para o desenvolvimento do empresariado com base em pequenas e médias explorações e do suporte da economia familiar das populações rurais,

reabilitar/reactivar e instalar as infra-estruturas de apoio à investigação, extensão e desenvolvimento rural, com destaque para os empreendimentos de hidráulica agrícola e engenharia rural, de transformação primária, conservação e armazenagem,

desenvolver o sistema de investigação agrária, visando criar as condições para a produção local de sementes e propagá-los certificados do ponto de vista genético e sanitário, o melhoramento das raças locais e o combate das endemias e epidemias de animais

4.2.2. Pescas

1. Objectivos

No sector das pescas, no período 2005-2006 pretende-se perseguir os seguintes objectivos

desenvolver de forma sustentável a pesca angolana através da adequada gestão dos recursos halieúticos tendo em vista a sua utilização duradora,

melhorar as infra-estruturas de apoio às pescas, da rede de distribuição, compreendendo designadamente portos e terminais pesqueiros e entrepostos frigoríficos,

aumentar o aprovisionamento alimentar de peixe, como via para o combate à pobreza e à fome, reforçar a investigação científica aplicada às pescas e à aquicultura e difundir e adoptar tecnologias pertinentes,

reforçar a capacidade institucional, em particular no domínio da fiscalização pesqueira

fomentar e apoiar a pesca artesanal (marítima e continental)

2. Políticas e medidas de política

Para alcançar os objectivos fixados impõe-se que se desenvolvam as políticas e as medidas de política que se passam a enunciar

recuperar, modernizar e organizar a pesca semi-industrial enquanto germen de uma futura pesca industrial dinâmica. Cerca de 108 embarcações, a quase totalidade da frota, encontra-se paralisada, por obsolescência e deficiências várias. Parte dela é possível ser recuperada, se surgirem apoios específicos. Neste âmbito, preconiza-se o estabelecimento de linhas de crédito para a recuperação, equipamento e construção de novas embarcações,

fomentar e apoiar a pesca artesanal, quer marítima quer continental. Esta política deverá envolver investimentos pouco vultosos e gerar a criação de um número significativo de postos de trabalho. Preconiza-se a disponibilização de linhas especiais de crédito e de micro-crédito, apoios a fundo perdido para a aquisição e modernização de embarcações e fabrico e reparação de artes. Especificamente no interior prevê-se promover pólos de desenvolvimento integrado, combinando a produção pesqueira com a agrícola e pecuária.

desenvolver a aquicultura, actividade em que o País possui excelentes potencialidades. A exploração desta linha de política pressupõe a aposta na investigação científica neste domínio e a construção de infra-estruturas apropriadas, como estações piloto e escolas de formação,

providenciar melhores condições de apoio às pescas. Trata-se de recuperar infra-estruturas de suporte, por um lado, à acostagem e operações de embarque/desembarque e, por outro lado, à reparação, manutenção e construção de embarcações,

melhorar a rede de distribuição do pescado fresco, refrigerado, congelado, seco e de sal. Visa-se construir e instalar redes de frio, entrepostos frigoríficos e peixarias em todo o País,

constituir consórcios de comercialização de pescado e adquirir meios de transporte frigorífico e de carga geral,

revitalizar a indústria transformadora do pescado de forma a reduzir a dependência externa em congelados e transformados. Prevê-se, em concreto, construir e montar fábricas de conservas e de farinha e óleo de peixe, para além de uma aposta nos congelados e pré-preparados e, ainda, incrementar os níveis de produção de sal e de peixe seco,

reforçar a capacidade empresarial existente e lançar as bases para a organização e estruturação do sector,

preservar a qualidade do pescado e garantir a defesa do consumidor. Esta linha de política prevê, para além da melhoria das condições de descarga e distribuição do pescado, um maior controlo sanitário e a certificação de produtos,

reforçar o sistema de formação de quadros completando o ciclo do sistema técnico-profissional das pescas

4.2.3. Indústria transformadora

1. Objectivos

Para o biénio 2005/2006 é possível estabelecer um conjunto de objectivos, que se enquadram numa visão de longo prazo e, assim, possam contribuir para criar as condições de relançamento da indústria do País segundo a lógica contida na «Estratégia de Reindustrialização de Angola»

Neste contexto, são importantes os seguintes objectivos

- estancar a degradação industrial,
- criar um ambiente adequado à atracção do investimento nacional e estrangeiro;
- reforçar as instituições relacionadas com a actividade industrial mediante a criação de instrumentos operacionais de apoio à actividade industrial,
- criação de uma indústria nacional moderna e eficiente destinada a ser o principal motor da economia com grande capacidade de gerar emprego

2. Políticas e medidas de política

As medidas que permitem o lançamento de uma indústria nacional, moderna e eficiente, motor do desenvolvimento económico e com grande capacidade de

criar empregos qualificados e de prestar um grande contributo, à satisfação das necessidades internas e a diversificação das exportações, são

o desenvolvimento de actividades que satisfaçam necessidades básicas da população e que potenciem a criação de elevado número de empregos (alimentares e agro-indústrias, produtos de elevado consumo como as bebidas, óleos, margarinas, sabão, produtos de limpeza e de higiene, artigos de plástico de uso doméstico, louça de alumínio, indústrias do vestuário e calçado, material escolar e produção gráfica, etc),

dar atenção aos sectores produtores de materiais de construção (barro vermelho, varão de aço para construção, artefactos de cimento, louça sanitária, tintas, colas e vernizes, serrações de madeira, carpintarias, produção de alfaías e de ferramentas agrícolas, etc) orientados para o mercado interno,

dar atenção aos sectores com implicações horizontais em outras actividades produtivas (metalomecânica, recauchutagem de pneus, embalagens metálicas, fundição, pequenos instrumentos e equipamentos agrícolas, cabos eléctricos, etc),

desenvolver unidades de reparação, conservação e manutenção (manutenção e reparação mecânica e eléctrica, serralharias, produção de pequenas peças, construção e reparação naval, etc),

aumento da qualidade da produção através da imposição de normas de qualidade

4.2.4. Indústria extractiva não petrolífera

1. Objectivos

consolidar a dinâmica de crescimento dos sub-sectores dos diamantes, das rochas ornamentais e das rochas industriais,

assegurar a implementação da estratégia integrada para o relançamento do sub-sector do Ferro e Manganês e da Indústria Siderúrgica em Angola,

proceder à reavaliação do Projecto sobre os metais básicos e nobres Ouro, Platina, Níquel, Paládio e Cromo nas áreas de Bero-Coroca,

promover o aproveitamento das matérias-primas de origem mineira, para o apoio à indústria transformadora, agricultura e construção civil, assegurar a implementação da estratégia dos recursos agro-minerais,

angolanização dos quadros do sector, e, assegurar a implementação da estratégia dos minerais betuminosos

2. Políticas e medidas de política

incentivar a promoção de projectos em parceria, no âmbito do sector diamantífero, entre a Endiama, outras empresas angolanas e investidores estrangeiros,

manutir o funcionamento da Endiama Pesquisa e Produção,

dar continuidade ao processo de outorga a privados de concessões para a exploração de diamantes em função dos critérios já aprovados pelo Governo,

dar continuidade ao relançamento do sub-sector das rochas ornamentais,

dar continuidade a outorga de direitos mineiros a empresas especializadas para assegurar o reforço da base infra-estrutural geológica e mineira, com a participação de empresas angolanas,

desenvolver a cartografia geológica do território nacional e recuperar os laboratórios técnicos e melhorar a base de dados geológica e mineira do País,

reforço do sistema de informação geológico mineiro e capacitação de quadros,

reorganização e actualização do cadastro mineiro

4.2.5 Indústria petrolífera

1. Objectivos

O programa da indústria petrolífera para o biénio 2005/2006, tendo em vista uma maior e melhor racionalidade económica do sector, definiu os seguintes objectivos a atingir

introdução de melhorias significativas aos níveis da pesquisa, desenvolvimento e produção do petróleo bruto e do gás e da sua comercialização, quer no mercado interno quer no externo, preparação e actualização da regulamentação do exercício da actividade petrolífera,

qualificação dos recursos humanos do sector,

implementação de uma política de promoção da participação dos empresários angolanos no sector com o objectivo de alargar a base industrial do País, designadamente em áreas menos exigentes em recursos tecnológicos e financeiros,

aprofundamento técnico-económico das potencialidades de extensão da cadeia de valor da indústria petrolífera,

alargamento da comercialização a todo o território nacional de combustíveis,

redução dos desperdícios, com relevo para os derrames

2. Políticas e medidas de política

Com vista a prosseguir os objectivos definidos são apontadas as seguintes linhas de acção

alargamento das pesquisas às bacias interiores e cessação das prorrogações dos períodos de pesquisa, de forma a permitir que a Sonangol P&P exerça o papel de operadora como instrumento de diversificação das companhias a operar no País,

optimização dos custos de investimento em pesquisa e desenvolvimento, através do uso de novas e comprovadas tecnologias,

reabilitação ou desenvolvimento de parques de stockagem de combustível, a expansão da rede de revenda de lubrificantes, gás butano e propano e a potenciação de sinergias entre vários ministérios e Governos Provinciais,

actualização do Plano Director do Gás (PDG) durante 2005 e implementação dos projectos para o aproveitamento do Gás Associado,

reforço das instituições do sector, bem como a elaboração de um plano estratégico de formação e gestão de recursos humanos,

elaboração e implementação de um plano nacional de contingência contra os derrames,

início de construção da nova refinaria e o desenvolvimento do projecto Angola LNG,

alargamento da comercialização a todo o território nacional de petróleo iluminante, particularmente para satisfazer as necessidades da pesca e da agricultura

4.2.6. Energia e águas

1. Objectivos

satisfazer as necessidades de energia eléctrica e de água potável induzidas pelo processo de reconstrução e desenvolvimento económico e social do País,

utilizar de forma racional e sustentada os recursos energéticos e hídricos nacionais, mediante a promoção e desenvolvimento de programas específicos e de instituições adequadas de gestão,

prestar um serviço de qualidade mediante um processo de reforma e reorganização institucional, bem como assegurar a sustentabilidade da actividade e a promoção da formação de quadros

Políticas e medidas de política

reabilitação e expansão das capacidades de produção de electricidade e de água potável, bem como as redes de transporte e distribuição de energia eléctrica, de água potável e de saneamento de águas residuais,

optimização do aproveitamento da capacidade do aproveitamento hidroeléctrico de Capanda no Sistema Eléctrico Nacional, promovendo a sua conclusão, o desenvolvimento do sistema eléctrico Norte e a promoção da interligação dos Sistemas Norte/Centro e Centro/Sul,

reformulação do quadro institucional do sector eléctrico, promovendo a desverticalização do sector e a criação de estruturas na distribuição mais próximas do consumidor, implementar, ainda, os mecanismos legais e institucionais que permitirão regular a actividade do sector eléctrico,

reformulação do quadro institucional do sector das águas, promovendo a constituição de estruturas adequadas de gestão dos recursos hídricos e de gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento básico e garantindo uma actuação permanente, no sentido de assegurar a disponibilidade quantitativa da água para diferentes usos,

desenvolvimento de um quadro tarifário que garanta a cobertura dos custos de exploração dos operadores, promova a recuperação de parte dos investimentos e proteja os grupos populacionais mais desfavorecidos,

promoção do desenvolvimento de fontes locais, através da recuperação e construção de mini e micro centrais hidroeléctricas, do aproveitamento da energia solar, eólica e da biomassa, assim como das interligações fronteiriças, onde existam possibilidades e a sua viabilidade se justifique,

início de um programa permanente de electrificação nacional, dando destaque às regiões periurbanas e rurais,

desenvolvimento dos programas de abastecimento de água potável ao meio periurbano e rural, com destaque para as regiões com maior carência de água, instalando sistemas de abastecimento comunitário,

actualização do Plano Director da rede eléctrica nacional e dos planos directores das redes de distribuição de electricidade e das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais das cidades,

encorajar a participação das comunidades periurbanas e rurais, no desenvolvimento, manutenção e operação das infra-estruturas locais de abastecimento de água e saneamento,

dar continuidade às acções de intercâmbio internacional, desenvolvendo a interligação das redes eléctricas nacionais com as demais da África Austral e Central e promovendo a actualização dos acordos internacionais ao nível de bacia hidrográfica,

promoção de acções tendentes ao estabelecimento de parcerias público-privadas,

promover a formação de quadros para o sector da energia e águas

4.2.7. Construção e obras públicas

1. Objectivos

No biénio 2005/2006, a actividade da construção e obras públicas vai continuar no prosseguimento dos seguintes objectivos

reforçar a capacidade nacional de intervenção e de produção,

fomentar a actividade privada nacional, racionalizar e melhorar o papel do Estado, através do reforço das suas capacidades de regulação, a nível técnico e legal, promoção, fiscalização e controlo da qualidade,

incentivar e criar mecanismos no sentido de melhorar o funcionamento do mercado, promover a concorrência e incentivar a produtividade e a redução dos custos,

implementar as parcerias público-privado no domínio das infra-estruturas

2. Políticas e medidas de política

Assim as linhas de acção para prosseguir os objectivos definidos para este sector são

dar prioridade à reabilitação de infra-estruturas com sinergias fortes com os sectores produtivos e sociais, traçando um programa que atenda prontamente aos trabalhos a desenvolver na rede básica de infra-estruturas económicas e nas infra-estruturas de apoio ao meio rural e nas infra-estruturas sociais,

criar capacidade institucional e técnica de licenciamento, regulamentação e fiscalização que permita as melhores aplicações possíveis para os dinheiros públicos,

definir uma política de relançamento das empresas públicas para que estas possam jogar o papel de regulador de preços no mercado. O reequipamento das empresas com uma carteira de encomendas vantajosa de reabilitação e gestão deve constituir o alvo preferencial desta linha de actuação,

lançar uma linha de actuação de protecção contra as erosões e de combate à seca, tendo em conta os recursos financeiros disponíveis e/ou mobilizáveis,

prosseguir com a recuperação das infra-estruturas rodoviárias,

reabilitar/reconstruir/construir os edifícios públicos e monumentos e fomentar a construção social, desassorear e regularizar os leitos dos rios em situação crítica,

criar as condições de apoio ao reforço e desenvolvimento da capacidade do tecido empresarial nacional,

continuar o combate à erosão e adoptar medidas para a sua contenção

4.2.8. Transportes

1. Objectivos

Com base no plano estratégico definiram-se como objectivos a atingir pelo sector dos transportes no período 2005/2006, os seguintes

melhoria da qualidade dos transportes,
 melhora das condições de manutenção das frotas,
 aumentar a oferta de transporte rodoviário de carga,
 reforçar a capacidade operativa dos portos,
 melhorar a capacitação institucional do Estado,
 intervir nos principais aeroportos do País,
 modernizar o transporte aéreo,
 aumentar a capacidade de transporte de passageiros urbano e inter-provincial

2. Políticas e medidas de política

Para prosseguir os objectivos referidos será desenvolvido um conjunto de medidas de política

reabilitação pontual dos caminhos de ferro (por troços) de forma a fazer funcionar os comboios nos troços reabilitados,

recuperar e apetrechar os portos de forma a dinamizar os ritmos de carga e descarga de mercadorias, reduzindo os custos dos utentes,
 reabilitação dos sistemas de sinalização marítima,
 reequipamento da TAAG,
 agilizar as condições de embarque e de desembarque de passageiros nos aeroportos e melhorar as condições de conforto e de atendimento nos aeródromos provinciais,
 implementação da 1ª fase do programa estratégico de reabilitação e desenvolvimento da rede dos caminhos-de-ferro de Angola,
 recuperar e modernizar as infra-estruturas de transporte aéreo no sentido de cumprir os requisitos mínimos indispensáveis,
 aquisição de viaturas de carga para repor as destruídas pela acção da guerra,
 actualizar a regulamentação da actividade,
 aquisição de autocarros,
 revisão da política de preços das transportadoras aéreas,
 elaboração do estudo sobre a nova localização geográfica dos novos aeroportos do País,
 promover a cooperação com organismos congéneres externos em domínios específicos

4.2.9. Turismo

1. Objectivos

Constituem objectivos para o turismo angolano nos anos de 2005/2006, os seguintes

aumentar a oferta turística do País através do apoio a projectos da iniciativa privada, quer em novos empreendimentos turísticos, quer pela reabilitação de infra-estruturas e equipamentos degradados, com a conseqüente criação líquida de emprego,
 qualificar a oferta turística existente, quer dos equipamentos, quer dos recursos humanos,
 inventariação e valorização dos recursos turísticos, incluindo os naturais, culturais e patrimoniais

2. Políticas e medidas de política

apoiar a iniciativa privada no que se refere ao aumento e reabilitação do parque hoteleiro instalado e à melhora da prestação de serviços turísticos, através da política de crédito e do fomento de projectos de micro e de PME e através da atracção de investimento estrangeiro. Neste particular assume relevância o projecto do Guia do Investidor e o Web-Site,

revitalizar a economia turística no meio rural incentivando os operadores do sector a abrir pequenos estabelecimentos de alojamento de tipo rural e serviços de restauração nos meios rurais situados à beira das principais estradas do País,

ordenar e reclassificar a rede turística através da inventariação e caracterização do património e recursos turísticos existentes, o recenseamento e reclassificação de instalações e serviços de apoio à actividade turística, com o consequente reforço das acções inspectivas e de fiscalização,

desenvolver uma política de promoção e marketing de Angola enquanto destino turístico, através da produção e divulgação de materiais promocionais da imagem turística do País,

reforçar a capacidade institucional do sector o que passa pelo apetrechamento técnico e informático dos serviços do Ministério e por uma maior e melhor articulação com as províncias, promover a qualificação dos recursos humanos do sector por recurso à formação de base e às acções de formação profissional vocacionados para as diversas vertentes da prestação de serviços turísticos, em particular no domínio das línguas francesa e inglesa

4.2.10. Comércio e outros serviços

1. Objectivos

Constituem-se como objectivos gerais e específicos para o período 2005/2006 do sector do comércio, os seguintes

integração das economias rural e urbana, através do estabelecimento de relações comerciais estáveis,

consolidação do exercício do comércio baseado na iniciativa privada,

defesa do consumidor e da concorrência entre os agentes económicos,

diversificação da oferta de bens e serviços que são actualmente comercializados,

garantia do respeito pelas regras da livre concorrência e remoção dos obstáculos a entrada de novos agentes económicos no sector da actividade comercial,

garantia da qualidade dos bens e serviços comercializados

2. Políticas e medidas de política

Os objectivos fixados só poderão ser atingidos através de um conjunto de políticas e de medidas de política, sendo as mais significativas as seguintes

operacionalização das vias de comunicação em termos de segurança e de fluidez de tráfego,

criação de um centro de facilitação comercial e realização de um grande esforço institucional no sentido de integrar grande parte do sector informal na economia formal,

reabilitação e apetrechamento do Laboratório Nacional do Comércio,

elaboração de uma lei de defesa da concorrência com vista a salvaguarda de práticas leais e transparência nas transacções comerciais,

reposição, reabilitação, construção e ampliação da rede do comércio rural

4.2.11. Correios e Telecomunicações

1. Objectivos

Relançar a Actividade Postal em todo o Território Nacional, cumprindo as obrigações de prestação do Serviço Postal Universal e propiciando às populações, sobretudo nas zonas mais desfavorecidas, uma oferta diversificada de serviços úteis no quotidiano das populações, como sejam, as operações de pagamento ou os serviços financeiros postais

Reforçar e consolidar o processo de liberalização do sector das Telecomunicações e desenvolver a Rede Básica de Telecomunicações como forma de promover a defesa do interesse dos consumidores e de incentivar o desenvolvimento do sector privado

Apoiar à realização de Eleições Gerais, numa perspectiva de complementariedade entre o sector que garantirá a cobertura de comunicações em todas as sedes provinciais e principais municípios e o Ministério da Administração do Território, a quem competirá, através da rede privativa do INATEL, cobrir os restantes municípios e as comunas

Modernização dos Serviços de Meteorologia para apoio, fundamentalmente, à actividade agrícola

2. Políticas e medidas de política

Viabilizar/rentabilizar o operador público postal, desenvolver capacidade institucional para implementar o processo de reforma dos correios e garantir a participação

do sector privado e a cooperação internacional no decurso da execução do Plano Director,

Criar uma nova imagem da Empresa Nacional de Correios e Telégrafos, tornar operacionais as estações postais das capitais de província, prestando o Serviço Postal Universal, promover o desenvolvimento de novos serviços (como seja a expansão da internet) e proceder à rentabilização da utilização do património postal na base das melhores opções e contrapartidas

Conceber um programa para o desenvolvimento das TIC, nas vertentes funcional e de criação de produtos

Operacionalizar o conceito de Posto Postal Itinerante como estratégia de transição entre a situação actual e a situação desejada

Criar as condições de implementação do Banco Postal e iniciar a oferta de serviços financeiros postais

Desenvolver a rede básica de telecomunicações, com base nos indicadores do livro branco, dando especial atenção às províncias mais carenciadas, nomeadamente Uíge, Zaire, Bengo, Cuanza-Norte, Malanje, Bié e Moxico

Elevação da formação profissional e capacidade técnica dos quadros nacionais, nas vertentes formação e transferência de tecnologia, potenciando as competências do ITEL – Instituto Nacional das Telecomunicações

Massificação das TIC na linha da orientação estabelecida na Estratégia dos Governos adoptada na Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação, para o que joga papel preponderante o Projecto ITELNET

Modernização dos Serviços de Meteorologia, reposição da Vigilância Sísmica e das Observações Geomagnéticas

4.2.12. Serviços financeiros

Políticas e medidas de política

Neste domínio, o Banco Nacional de Angola e o Ministério das Finanças, deverão durante o biénio 2005/2006 desenvolver as seguintes acções

propor a alteração da actual Lei das Instituições Financeiras,

criar condições para a extensão e aprofundamento do sistema financeiro através da regulamentação e posterior licenciamento de novas formas de instituições de crédito e sociedades financeiras,

equacionar o reforço do sistema de garantias necessárias para a estabilidade e solidez do sistema financeiro, incluindo o regime geral da concessão de garantias (dos avales do Estado) às pessoas colectivas de direito público,

criar condições para a bancarização dos salários dos funcionários públicos e, no geral, para o incremento da taxa de bancarização da população,

elaboração do dispositivo legal do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA), e,

instituição de um mecanismo de garantia de crédito para os empresários angolanos

Tendo em vista o fortalecimento e dotação de solidez financeira dos bancos, nos marcos da potenciação da sua actuação no mercado interno, e da sua inserção regional e mundial e tendo presente a internacionalização da nossa economia, deverá estimular-se a crescente capitalização dos mesmos, se possível através de parcerias com investidores estrangeiros com capacidade de intervenção internacional

Relativamente ao desempenho do sistema financeiro do Estado, importará incrementar o desempenho dos bancos de capitais públicos, o que deverá passar pela sua reestruturação e recapitalização, visando a sua posterior privatização

Com vista a dinamização do mercado cambial, proceder-se-á a introdução de normas sobre os limites de exposição de risco cambial das instituições financeiras adequando-as aos Fundos próprios daquelas instituições. Velar-se-á pelo seu cumprimento rigoroso

As Reservas Internacionais Líquidas serão progressivamente adequadas ao nível de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais internacionalmente recomendado

No domínio dos serviços financeiros, o Sistema de Pagamento de Angola (SPA) tem-se desenvolvido em consonância com o «Projecto SPA - Arquitectura e Estratégia de Implementação» aprovado em Janeiro de 2000 e revisto em Abril de 2000, elaborado pela Task Force para o sistema de pagamentos, que prevê atingir os seus objectivos até ao ano de 2006, que são, designadamente

a implementação de instrumentos de controlo de riscos de fraude, riscos operacionais, riscos de liquidação e riscos de revogabilidade e condicionalidade de pagamentos nos sistemas de liquidação,

implementação do Sistema de Pagamentos por Bruto em Tempo Real (SPTR),
 implementação de medidas de segurança do ambiente físico das centrais de processamento primário e back up do BNA,
 introdução de procedimentos mais racionais e seguros para o pagamento de impostos,
 extensão dos serviços da rede Multicaixa para outras províncias do País,
 capacitação dos sistemas domésticos para a interligação com sistema de pagamentos transfronteiriço e internacional a sistemas globais de pagamento (VISA, MASTERCAR)
 pagamentos através dos bancos de todos os salários da função pública,
 desenvolvimento de um sistema de pagamentos doméstico seguro, fiável, eficiente, com adopção de preços justos e aberto a sistemas de pagamentos internacionais,
 implantação de infra-estrutura sólida para suporte ao SPA, que atenda às necessidades actuais que se forem agregando ao SPA. Nesse contexto, insere-se a criação, instalação e funcionamento de uma empresa operadora do SPA, entidade de propriedade do BNA e das instituições de crédito instaladas em Angola,
 adopção de mecanismos e processos de liquidação estruturados sob base conceptual apropriada

Para o ano de 2005 estão previstas a realização das seguintes actividades

aprovação e divulgação da Lei do Sistema de Pagamentos de Angola,
 conclusão no 1.º semestre, do processo de *procurement* e selecção do fornecedor da solução técnica do Sistema de Liquidação por Bruto em tempo Real (SLB) e prestador dos serviços relacionados com a sua implementação e funcionamento,
 implementação de medidas de segurança do ambiente físico das centrais de processamento primário e secundário do Banco Nacional de Angola,
 processamento dos pagamentos electrónicos dos serviços de água, electricidade, telefones, etc através da rede Multicaixa da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS),
 colocação em funcionamento de três componentes do sistema electrónico de registo e gestão de títulos (Book Entry System), nomeadamente, a emissão, a intervenção do Banco Nacional de Angola e o funcionamento do mercado inter-

bancário, que permitirá a adopção do mecanismo DvP (entrega contra pagamento) na liquidação das transacções com títulos de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central,

promover a elaboração da legislação que previna o combate aos crimes de natureza informática com impacto no sistema financeiro

Por outro lado, o Banco Nacional de Angola dará continuidade ao programa de reforço da supervisão das instituições financeiras, enfocando os seus esforços nos seguintes objectivos

produção de regulamentação relativa à supervisão em base consolidada das instituições financeiras com conseqüente estabelecimento de normas prudenciais para as participações dos bancos nas sociedades financeiras e não financeiras,
 promover a aprovação da Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e regulamentação complementar

4.3. Políticas e medidas de política do sector social

Os objectivos gerais, bem como os de natureza específica fixados pelo Programa Geral do Governo revelam-se imprescindíveis à implementação de medidas que visem (i) o aumento da produtividade, (ii) a melhoria do bem-estar das populações, e, (iii) o aumento dos rendimentos. Em particular, o Governo através das políticas do domínio da gestão macroeconómica, designadamente no que concerne as políticas e medidas de política de rendimentos e preços se propõe adoptar medidas que visem o aumento progressivo dos salários reais com base no aumento da produtividade. De entre os factores que potencialmente poderão concorrer para esse desiderato, revelam-se as medidas de natureza social, cujos objectivos, políticas e medidas de políticas se seguem

4.3.1. Saúde

1. Objectivos

O Governo tem definido um princípio geral para este sector que consiste em melhorar a situação da saúde da população angolana, sem discriminação e na base do pressuposto da equidade

A partir deste princípio os objectivos do sector da saúde para o período 2005/2006 são os seguintes

melhorar o acesso aos cuidados primários de saúde com especial ênfase no atendimento materno-infantil,
 ampliar as acções preventivas e o diagnóstico e tratamento padronizado e correcto das ITS/HIV e SIDA,
 melhorar a qualidade do diagnóstico e tratamento das grandes epidemias,
 melhorar a qualidade dos serviços existentes, concedendo uma ênfase especial à formação, supervisão e disponibilização de medicamentos,
 melhorar o acesso da população aos medicamentos essenciais,
 reforçar a capacidade de gestão ao nível global, provincial e até municipal,
 melhorar o sistema de informação, monitorização e avaliação da saúde

Estes objectivos enquadram-se num processo de facilitar o acesso aos serviços de saúde da população mais pobre e de grupos vulneráveis que vivem em áreas tornadas acessíveis recentemente e em zonas de reassentamento e outras fortemente danificadas pela guerra. Neste sentido, estes objectivos estão perfeitamente sintonizados com os da estratégia do combate à pobreza

2. Políticas e medidas de políticas

Estes objectivos são prosseguidos segundo as seguintes linhas de acção

promover o acesso aos cuidados primários de saúde, através do aumento de unidades sanitárias e da prestação de um conjunto de serviços aos níveis primário e secundário,
 melhorar a prestação dos serviços de saúde materno-infantil e a prevenção e tratamento das doenças mais correntes,
 melhorar a qualidade dos serviços de saúde, aumentando as actividades de formação contínua e pelo fornecimento atempado, regular e adequado de medicamentos essenciais e de outro material indispensável,
 combater a proliferação e a propagação do HIV e SIDA, pelo recurso a formas diversas, desde a melhoria do conhecimento dos profissionais que trabalham com a doença até ao reforço e segurança, por exemplo, nas transfusões,
 aumentar a capacidade técnica dos profissionais de saúde através de formação adequada, quer como reciclagem de conhecimentos e práticas, quer efectivamente em termos de reconversão,

capacitar as instituições, reforçando as capacidades de gestão aos diferentes níveis de decisão,
 assegurar a disponibilidade contínua de vacinas, medicamentos essenciais e reagentes, bem como de outro material indispensável a prestação dos serviços de saúde,
 promover acções de saúde de base comunitária, visando o envolvimento das famílias na procura e cuidados da saúde

4.3.2. Educação

1. Objectivos

As acções programadas para o sector da educação visam prosseguir a expansão e apetrechamento da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino e a melhoria da gestão escolar. A prossecução destes objectivos gerais, pressupõe que sejam concretizados os seguintes objectivos mais específicos

preparação da carta escolar do ensino primário,
 redução das disparidades de género e geográficas no acesso à educação,
 redução do analfabetismo dos adultos,
 reforma e expansão do ensino técnico-profissional,
 integração das crianças com necessidades educativas especiais no sistema normal de ensino,
 melhoria do rendimento interno do sistema,
 melhoria da aprendizagem dos alunos,
 melhoria da qualidade científica e pedagógica dos professores,
 reforço da inspecção escolar,
 melhoria do sistema de informação para a gestão do Ministério da Educação,
 formação de gestores escolares,
 reforço da capacidade de administração e de gestão

2. Políticas e medidas de política

reabilitação, construção e apetrechamento de infra-estruturas, apostando na construção de infra-estrutura de baixo custo, recorrendo a materiais de origem local e participação da comunidade sobretudo no ensino primário,
 distribuição de manuais escolares e material didáctico no ensino primário,
 dinamização dos programas de alfabetização de adulto privilegiando as zonas onde as taxas de analfabetismo são mais elevadas, as mulheres e os desmobilizados e deslocados de guerra,
 desenvolvimento do programa de educação não formal integrados na fase pós-alfabetização com envolvimento da sociedade civil,

formação de professores dar continuidade ao processo de formação de docentes que possibilite a absorção da procura crescente pelo sistema de ensino dando particular atenção ao ensino primário e redução do analfabetismo, reforço da capacidade institucional dos diferentes níveis de administração educacional e da capacidade de gestão das instituições escolares, destinar a Universidade Agostinho Neto, exclusivamente, ao campus Universitária do Golfe, com uma capacidade para 17 500 estudantes, destinar o actual património da Universidade Agostinho Neto a novas instituições do ensino superior público que ofereçam outros cursos, não necessariamente universitários e não necessariamente no âmbito da Universidade Agostinho Neto, transformar os actuais centros Universitários da Huíla, de Benguela, do Huambo e de Cabinda em Universidades públicas, e, elaborar o estudo que vise criar as condições para a abertura de uma Universidade no leste do País

4.3.3. Assistência e Reinserção Social

1. Objectivos

No domínio da assistência e reinserção social constituem-se como principais objectivos a atingir, os seguintes

melhoria sustentada das condições de vida do cidadão angolano mais carenciado e vulnerável integrando-o no processo de desenvolvimento económico e social, apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para as zonas de origem ou reassentamento, garantir as condições de segurança de fixação, trabalho e circulação de pessoas e mercadorias através da desminagem, criar as condições para a protecção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades especiais, garantindo sempre a equidade de género, assistência, apoio e reintegração social dos ex-militares desmobilizados de forma a proporcionar-lhes uma nova etapa de sua vida profissional auto-sustentável

2. Políticas e medidas de política

Parte das políticas a implementar de forma a atingir os objectivos definidos, já se encontram em curso e estruturados em programas, mas que não prosseguir no

período deste programa 2005-2006, enquanto outras são agora introduzidas. Entre as mais significativas destacamos

apoio à criança e ao adolescente através da expansão e desenvolvimento da primeira infância e educação pré-escolar, da localização e reunificação familiar e de um programa de apoio ao menor em conflito, reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano, promoção da assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade, à pessoa idosa e apoio às famílias em situação de pobreza, apoio ao repatriamento voluntário e organizado dos angolanos asilados no exterior do país e integração sócio-económica dos refugiados asilados em Angola, promoção da igualdade de oportunidades à pessoa portadora de deficiência e incentivo à sua integração na comunidade, programa nacional de desminagem, desmobilização e reintegração social de ex-militares, através de diversas medidas designadamente as relativas à formação e reconversão profissional, reforço da capacidade institucional em aspectos como a formação básica de educadores pré-escolares e vigilantes de infância e a formação de activistas sociais, estruturar os mecanismos de solidariedade a partir das grandes linhas orientadoras da protecção social a definir na sua futura Lei de Bases que se encontra em preparação

4.3.4. Juventude e desporto

1. Objectivos

Prctende-se, no domínio da juventude e desporto, cumprir os seguintes objectivos

apostar na juventude reconhecendo-a como o maior potencial de desenvolvimento do País, incentivar a participação activa de jovens na vida social e desenvolver as suas capacidades criativas através de atitudes dinamizadoras de intervenção, adoptar um programa de desenvolvimento estratégico para o desporto nacional, que contemple as suas diversas vertentes desde as infra-estruturas, às de fomento e de apoio à alta competição,

promover a generalização da prática desportiva das diferentes camadas da população, em particular junto dos jovens e das mulheres, dando especial atenção ao desporto na escola.

desenvolver e coordenar a actividade desportiva na vertente de alto rendimento, dotando Angola de um Centro de Treino e de Alto Rendimento

2. Políticas e medidas de política

Concretizar os objectivos atrás descritos significa desenvolver políticas e disponibilizar os respectivos instrumentos, ou seja, encetar medidas de política. Como mais importantes, destacam-se

promover a formação profissional junto dos jovens, em particular os com maiores dificuldades de inserção sócio-profissional, em domínios como as novas tecnologias de informação,

criar condições mais vantajosas aos jovens no acesso a determinados bens e serviços,

promover a autoconstrução de habitação económica dirigida a jovens, disponibilizando os instrumentos de crédito indispensáveis,

desencadear, junto de adolescentes e jovens, campanhas de educação sexual, como forma de controlar a natalidade e sustar algumas epidemias,

apoiar o associativismo juvenil e estudantil, fomentar o turismo, a mobilidade e a ocupação dos tempos livres dos jovens,

promover acções de sensibilização para a prática desportiva, incluindo o segmento dos portadores de deficiência. Detectar, apoiar e acompanhar jovens talentos do desporto,

dotar todas as províncias de equipamentos desportivos, em particular pavilhões de usos múltiplos, bem como a reabilitação ou construção de piscinas, pistas de atletismo e estádios de futebol que possibilitem generalizar a prática desportiva,

apoiar o desporto de alta competição promovendo o apoio necessário às selecções em articulação com as respectivas Federações

4.3.5. Comunicação Social

1. Objectivos

Na sequência dos objectivos gerais fixados, o sector da comunicação social irá basear a sua acção fundamentalmente na divulgação das acções e metas a executar e na mobilização de todas as forças vivas da Nação para o seu

engajamento na sua materialização, assim como na dignificação e projecção da imagem do Estado angolano e suas instituições além fronteiras

2. Políticas e medidas de política

As linhas de acção necessárias ao prosseguimento do objectivo referido são as seguintes

monitorar e acompanhar em geral os órgãos de comunicação social,

reforçar a capacidade institucional e técnico-material do sector da comunicação social,

valorizar e capacitar os recursos humanos do sector, apoiar o processo tendente a realização de eleições gerais,

promover campanhas informativas e de sensibilização da população em prol dos grandes objectivos do Estado

4.3.6. Género

1. Objectivos

Para o período 2005/2006, definem-se os seguintes objectivos

promover campanhas educativas e de sensibilização sobre a promoção e os direitos inerentes à mulher,

investigar as causas e origens da violência do género,

desenvolver actividades contra a violência do género,

acelerar a participação da mulher em postos de responsabilidade nos domínios social, económico, político e familiar

2. Políticas e medidas de política

As linhas de acção necessárias ao prosseguimento dos objectivos referidos são as seguintes

elaborar a política nacional do género,

elaborar a lei contra a violência doméstica,

reforçar a capacidade institucional,

reforçar a formação de formadores em género com vista ao prosseguimento das campanhas educativas e de sensibilização das questões inerentes à mulher

4.3.7. Habitação e serviços comunitários

1. Objectivos

O grande objectivo é o acesso das famílias a condições habitacionais adequadas, de forma a que possam usufruir de uma vida condigna e segura e melhorar as condições dos musseques e prédios degradados das zonas urbanas;

2. Políticas e medidas de política

As linhas de acção que nos permitem atingir os objectivos indicados são:

- elaboração dos planos de intervenção no domínio habitacional, através da concertação da actuação do Ministério das Obras Públicas, do Ministério do Urbanismo e Ambiente e dos Governos Provinciais;
- atribuição de recursos financeiros a aplicar de apoio à construção habitacional e à recuperação da habitação degradada;
- elaboração e revisão de legislação e regulamentação sobre a habitação, atendendo e articulando com um conjunto amplo de questões: segurança, cadastro, produção e abastecimento de materiais de construção, sistemas de auto-ajuda, e relações habitação e serviços e envolvimento do sector privado;
- promoção da construção de habitação social, da auto-construção e sob a forma cooperativa;
- elaboração de uma política nacional de habitação;
- elaboração da lei quadro sobre habitação;
- elaborar planos de construção social para as áreas mais carenciadas;
- elaboração de uma base de dados para o controlo dos imóveis;
- promoção da construção por parte de empresas, cooperativas e outras entidades de novos fogos e projectos imobiliários para os trabalhadores da função pública;
- construção e instalação de infra-estruturas de base e de saneamento nas habitações novas.

4.3.8. Urbanismo

1. Objectivos

Estabelecimento da Comissão Multisectorial do Ordenamento do Território e Urbanismo.

Definição das políticas gerais para o desenvolvimento dos municípios.

Reestruturação, melhoramento dos espaços urbanizados e ordenamento dos espaços urbanizáveis e requalificação das áreas urbanas degradadas.

Regulamentação das actividades cartográficas e cadastrais.

Implementação e gestão do sistema nacional de informação geográfica.

Execução do cadastro nacional de terras.

2. Políticas e medidas de política

Realização de seminários de capacitação para a implementação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo.

Levantamento do uso do solo dos núcleos urbanos, cidades, vilas, sedes municipais e comunais em todo território nacional.

Elaboração dos instrumentos de Ordenamento do Território Nacional (planos directores municipais e planos reguladores).

Levantamento e reposição dos marcos geodésicos fronteiriços.

Modernização da rede geodésica nacional.

Actualização da cartografia nacional à escala 1:100 000.

Actualização e produção da cartografia das cidades, vilas e povoações.

Programa de elaboração de cartografia/diversas temáticas.

4.3.9. Ambiente

1. Objectivos

Sensibilização das populações para a preservação e conservação da natureza e da biodiversidade.

Definição, identificação, localização e delimitação dos ecossistemas frágeis ou que requerem uma atenção particular.

Estabelecimento de uma base de dados sobre o ambiente e recursos naturais.

Sensibilização das autoridades provinciais e da população em geral para que acções de conservação e de uso sustentável de recursos da biodiversidade sejam implementadas a nível local, em conformidade com os objectivos previamente definidos.

Educação ambiental das populações nos arredores dos parques nacionais.

Melhoramento ambiental da orla costeira.

2. Políticas e medidas de política

Linhas de acção para o prosseguimento dos objectivos:

elaboração do relatório do estado geral do ambiente, numa visão dinâmica,
 implementação faseada do Programa Nacional de Gestão Ambiental,
 implementação do programa de melhoramento ambiental da Orla Costeira,
 elaboração da Estratégia Nacional de Gestão de Resíduos,
 programa de educação e consciencialização ambiental promovendo sessões de sensibilização das medidas junto das populações,
 reabilitação faseada dos parques nacionais existentes, através da melhoria e construção das infra-estruturas de gestão, de investigação e de turismo e das estradas e picadas que facilitam a circulação dentro do parque, da localização e ordenamento de fontes de águas nos parques com períodos prolongados de seca, do estudo de reassentamento de populações humanas dos parques nacionais e do zoneamento dos parques nacionais,
 política de atracção do sector privado para o investimento no ambiente, em vários domínios, seja na gestão dos resíduos, seja na gestão dos parques etc , Análise e delimitação das zonas húmidas,
 definição de uma política de qualidade do ar e uma estratégia nacional de combate ao ruído

4.3.10. Cultura

1. Objectivos

Pretende-se, no domínio da cultura, cumprir os seguintes objectivos

fomentar e proteger a criatividade em todos os domínios,
 considerar a dimensão cultural em todo o processo de desenvolvimento económico e social tendo em atenção a defesa da identidade nacional especialmente pela salvaguarda do património cultural material e imaterial,
 garantir a mais larga participação da população na produção e consumo dos bens culturais dentre outros pelo reforço da capacidade institucional, a construção de equipamentos e infra-estruturas culturais, a promoção de eventos etc, e,
 promover e dignificar as artes a nível do País particularmente pela formação

2. Políticas e medidas de política

Concretizar os objectivos atrás descritos significa desenvolver políticas e disponibilizar os respectivos

instrumentos, ou seja, encetar medidas de política. Como mais importantes, destacam-se

manter actuante o sistema de apoio estatal à criatividade artística e cultural, à promoção e difusão da cultura e ao consumo de bens e serviços culturais,
 incrementar as indústrias culturais enquanto sector que pode dar um importante contributo para a economia do País,
 criar um sistema de financiamento de suporte ao desenvolvimento da cultura nacional, criando instrumentos de tipo mecenato cultural,
 implementar a política nacional do livro e da leitura tendo em vista promover a difusão da cultura angolana

V. Reformas Institucionais e Jurídicas

5.1. Administração do Estado e Capacitação Institucional

1. Objectivos

O objectivo central da reforma da administração pública é o da edificação de uma administração orientada para os cidadãos e para a promoção do interesse público e dos objectivos do desenvolvimento económico e social. Para assegurar a prossecução desta orientação geral, foram identificadas três grandes áreas de actuação para as quais foram identificados objectivos mais específicos

promover a racionalização e reestruturação dos serviços públicos de forma a assegurar a melhoria da capacidade funcional do Estado,
 promover a capacitação e a valorização dos recursos humanos ao serviço do Estado e estabelecer novos modelos de gestão e organização dos recursos humanos,
 promover a valorização do serviço público

2. Políticas e medidas de política

O aprofundamento das medidas de reforma administrativa, nos âmbitos da organização e estruturação dos serviços públicos administrativos, dos recursos humanos e da organização, constituirão os eixos à volta dos quais serão desenvolvidas acções neste domínio

adequação da orgânica dos órgãos da Administração Pública Central,
 apoio e dinamização à implementação das recomendações do estudo sobre a macro-estrutura da administração pública, nomeadamente, no

tocante à racionalização dos institutos públicos, visando a fusão, extinção ou conversão dos mesmos em serviços integrados do Estado e a respectiva estratégia de transição,
 continuação da implementação do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos, com vista a criar condições práticas integradas de gestão de recursos humanos mais racionais,
 reformulação do estatuto do pessoal dirigente da administração pública,
 apoio à aplicação das medidas legais sobre a mobilidade geográfica (transferência e destacamento) do pessoal com o perfil técnico e de direcção e chefia,
 promoção de medidas tendentes ao aumento do profissionalismo e da observância dos valores éticos e deontológicos na função pública,
 continuação do cumprimento das acções tendentes à capacitação de funcionários públicos (plano geral de formação dos funcionários públicos),
 desenvolvimento do actual Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), transformando-o em Escola Nacional de Administração (ENA), que traduzindo em seus programas as orientações do Governo para a melhoria da gestão pública, apoie a capacitação e valorização dos recursos humanos ao serviço do Estado e da economia, constituindo um instrumento estratégico de desenvolvimento das reformas em curso no País, nos âmbitos político, económico e social,
 continuação da aplicação do programa de reconversão profissional,
 elaboração e implementação do programa nacional de desburocratização, conferindo-se deste modo maior visibilidade e legitimidade às medidas de reforma que vêm sendo adoptadas, em particular, no âmbito da simplificação dos procedimentos administrativos,
 elaboração e implementação do programa de produtividade e qualidade na administração pública,
 institucionalização do «prémio qualidade»

5.2. Desconcentração e descentralização administrativas e a reposição da Administração do Estado em todo o País

1. Objectivos

No biénio 2005/2006, os objectivos centrais a prosseguir serão os seguintes

restabelecer a administração do Estado em todo o País,
 restabelecer as vias de comunicação vitais em todo o País,
 preparar as condições para a realização do processo eleitoral,
 acelerar as principais reformas, nomeadamente nas áreas de desconcentração e descentralização administrativa»

2. Políticas e medidas de política

Na sequência da relevância que foi atribuída a esta matéria no Programa do Governo de 2003-2004 e na Estratégia de Combate à Pobreza, o Programa do Governo para o biénio 2005-2006 define as seguintes acções

normalização da administração do Estado a todas as localidades do País com visita de controlo às administrações locais e com os apoios necessários para o seu normal funcionamento,
 criação das condições para a realização de eleições gerais, incluindo a preparação das condições logísticas e o Registo Eleitoral Nacional,
 formação e capacitação de recursos humanos a nível local,
 aprofundamento do estudo sobre a problemática das Autoridades Tradicionais e sua regulamentação jurídica,
 implementação do cronograma de execução das recomendações do estudo sobre a macro estrutura,
 preparação de condições para a realização do registo geral dos cidadãos nacionais (censo populacional), uma tarefa conjunta MAT/MINPLAN,
 acompanhamento do processo de identificação civil de todos os cidadãos angolanos,
 acompanhamento dos programas provinciais de melhoramento e aumento da oferta dos serviços sociais básicos,
 acompanhamento da estratégia para o desenvolvimento das tecnologias de informação a nível da administração local do Estado,
 produção legislativa sobre a desconcentração e descentralização administrativa, Processo Eleitoral e sobre as Autoridades Tradicionais,
 coordenação das actividades das comemorações do 4 de Fevereiro, 4 de Abril, 17 de Setembro e 11 de Novembro, e,
 desconcentração e descentralização administrativa,
 reformulação da estrutura governativa local,
 implementação do projecto de descentralização e governação local,
 desconcentração e descentralização financeiras

5.3. Reforma e Capacitação Institucional da Justiça

1. Objectivos

A política do Governo relativamente ao sistema Judiciário privilegiará a prossecução dos seguintes objectivos

- ajustar a organização judiciária ao quadro jurídico constitucional de 1992, em vigor, aproximando-a da futura constituição com os princípios de um sistema judicial moderno,
- conferir novo posicionamento ao Ministério Público, consagrando o princípio da autonomia institucional, privilegiar o mérito profissional na designação e promoção dos magistrados,
- viabilizar a rotação dos quadros,
- promover a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e fiscalizar a constitucionalidade dos actos de natureza jurídico-constitucional,
- ajustar os códigos às regras, princípios e valores da ordem constitucional vigente, votados para a defesa da dignidade da pessoa humana, preocupado com a reparação da vítima e a responsabilização e reintegração do delinquentes. Para além disso, visa-se diminuir o excessivo formalismo hoje prevaletente e a abundância da legislação extravagante,
- descongestionar os tribunais,
- tornar efectivas as medidas de protecção social e de prevenção criminal de menores,
- tornar célere a prática dos actos e proceder ao seu ajustamento à dinâmica da vida pessoal e comercial,
- regularizar a situação dos bens confiscados e confiscáveis,
- proceder ao controle efectivo dos fins não lucrativos das associações, fundações e pessoas colectivas de utilidade pública, promovendo o tratamento legal destas instituições,
- substituir o actual sistema administrativo, por um sistema judicial de execução das penas e proceder à melhoria da situação prisional

2. Políticas e medidas de política

O aprofundamento e consolidação das reformas e capacitação institucional da Justiça serão assegurados através das seguintes acções

- revisão da Lei do Sistema Unificado de Justiça,
- criação de infra-estruturas provinciais e nos municípios mais populosos,

- implementação gradual dum processo de desjurisdificação, com particular ênfase na criação de outros meios alternativos de resolução de litígios na comunidade rural, desenvolvendo o estudo do direito consuetudinário,
- revisão do estatuto da magistratura judicial,
- elaboração do estatuto do Ministério Público e revisão da lei orgânica da PGR,
- criação das infra-estruturas e aquisição de equipamentos (tribunais e residências oficiais),
- melhorar a remuneração dos magistrados e oficiais de justiça,
- criação e funcionamento do Tribunal Constitucional,
- elaboração do estatuto do Provedor de Justiça e da Alta Autoridade Contra a Corrupção,
- continuação da revisão dos códigos penal e civil e dos códigos processual penal e civil,
- revisão dos códigos de registo e notariado,
- criação de um sistema de mediação, conciliação e arbitragem, como outras formas de resolução extra-judicial de conflitos,
- criação dos tribunais municipais,
- implementação da Lei do Julgado de Menores em todas as províncias com prioridade para Benguela, Cabinda e Huíla,
- criação de uma infra-estrutura para internamento de menores com adequadas condições de formação e educação,
- implementação da Lei n.º 1/97 (continuação), Reformulação da legislação do Registo Notariado e Identificação,
- proceder ao confisco de bens patrimoniais confiscáveis,
- proceder ao registo de bens confiscados ou nacionalizados, a favor do Estado,
- proceder ao registo de bens imóveis do Estado que não estão registados ou há omissão no registo,
- regularizar a situação dos imóveis vinculados,
- controle efectivo dos fins não lucrativos das associações, fundações e pessoas colectivas de utilidade pública, promovendo o tratamento legal destas instituições,
- aquisição de meios informáticos e outros equipamentos de especialidade,
- elaborar legislação sobre o Sistema Penitenciário,
- maior divulgação da jurisprudência e da doutrina através da publicação trimestral dos Acórdãos dos Tribunais Superiores,
- aperfeiçoamento do ensino de direito e do plano curricular do INEJ de forma a complementar a formação académica com formação profissionalizante,

regulamentar a lei sobre o culto e religião de forma a disciplinar a criação de igrejas,
 instituir no Ministério da Justiça um Gabinete Jurídico de Apoio ao Governo de forma a preparar as grandes reformas legislativas,
 cooperação judiciária internacional em matéria penal e cível, nomeadamente no domínio da extradição e transferência de presos, auxílio judiciário, etc,
 introdução no direito interno das normas internacionais contra o crime organizado transnacional e de protecção dos menores e de normas da arbitragem internacional,
 promover a capacitação do sector, especialmente na formação dos técnicos de justiça, na melhoria das condições materiais de trabalho e na modernização/informatização dos procedimentos

5.4. Reforma do Sistema Estatístico Nacional

1. Objectivos

O objectivo central da Reforma do Sistema Estatístico Nacional (SEN) é o de promover a melhoria dos métodos de produção e difusão da informação estatística oficial que proporcione um nível mais elevado de satisfação das necessidades dos utilizadores e de acessibilidades à informação disponível. Com o propósito de prosseguir este objectivo e de minimizar os efeitos decorrentes da situação actual proporcionada pelo Sistema Estatístico Nacional, está em implementação o Plano Estatístico Nacional de Médio Prazo 2002-2006, cujas prioridades são as que se seguem

desenvolvimento das infra-estruturas para a produção e difusão da informação estatística oficial,
 reforço da capacidade do sistema estatístico nacional para assegurar a disponibilidade de dados estatísticos com regularidade,
 organização do sistema estatístico nacional,
 produção de estatísticas censitárias de base relativas às empresas e estabelecimentos,
 implementação de um sistema integrado de inquéritos aos agregados familiares e às empresas e estabelecimentos,
 produção de estatísticas oficiais nos domínios económico, social e demográfico, e,
 desenvolvimento dos recursos humanos

2. Políticas e medidas de política

O alcance dos objectivos preconizados impõe, necessariamente, o desenvolvimento de acções tendentes à criação de capacidades institucionais necessárias através da revisão dos comandos legais do SEN, da instalação dos

Serviços Provinciais de Estatística, da montagem do Sistema de Inquéritos, da produção de outras estatísticas correntes e do desenvolvimento das infra-estruturas de produção e difusão estatística

Revisão dos comandos legais

A revisão dos comandos legais visa, em particular, ajustar a actual lei de 27 de Setembro de 1996, relativamente aos princípios orientadores, modelo organizativo, aos órgãos do sistema estatístico nacional, a composição do Conselho Nacional de Estatística e a técnica da formulação jurídica

Instalação dos serviços provinciais de estatística

Trata-se de um processo progressivo e estreitamente relacionado com a reestruturação dos Serviços Centrais do INE, desenvolvimento da capacidade de produção de estatísticas oficiais de âmbito nacional e preparação do próximo recenseamento geral da população e habitação

Neste contexto, torna-se necessário transformar até final de 2005 os actuais núcleos do INE, constituídos nas Províncias de Cabinda, Benguela, Huíla, Namibe e Cunene, em Serviços Provinciais do INE (SPINE). Até final de 2006 deverão estar criadas as condições para a instalação de mais três SPINE nas províncias que oferecerem as melhores condições para tal

Produção de Estatísticas Correntes

A produção de estatísticas oficiais é orientada e coordenada pelo Plano Estatístico Nacional de Médio Prazo (PEN), aprovado pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros em Novembro de 2002

Neste contexto e com vista ao desenvolvimento da produção de estatísticas correntes nos domínios social e económico, durante o período 2005-2006, o INE tem previsto a realização de inquéritos aos agregados familiares e inquéritos às empresas e estabelecimentos

Durante 2005 e 2006, respectivamente, estão previstos a realização de dois inquéritos aos agregados familiares de âmbito nacional. Esses inquéritos têm por objectivos actualizar a informação estatística: i) sobre o emprego e desemprego e ii) sobre as condições de vida das famílias

Inquérito aos agregados familiares

Durante 2005 e 2006, respectivamente, estão previstos a realização de dois inquéritos aos agregados familiares de âmbito nacional. Estes inquéritos têm por objectivo actualizar a informação estatística i) sobre o emprego e desemprego e ii) sobre as condições de vida das famílias.

Inquérito às Empresas e Estabelecimentos

Com a recente realização do 1.º Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos (REMPE), pelo INE, estão criadas as condições para o desenvolvimento progressivo do subsistema de inquéritos às empresas e estabelecimentos previsto no Plano Estatístico Nacional de médio prazo.

A implementação desse sistema de inquéritos, cuja preparação começou a ser feita no segundo semestre de 2004, vai permitir uma melhoria significativa das contas nacionais, bem como das indústrias extractivas, transformadoras e de produção e distribuição de electricidade e água.

Assim, a partir de 2005 está previsto iniciar-se a realização de inquéritos anuais a empresas (harmonizados), de âmbito nacional, com o principal propósito de obtenção de informação de carácter económico-financeiro, através da recolha de dados de natureza contabilística. A informação resultante desses inquéritos destina-se, principalmente, à elaboração das Contas Nacionais e das Empresas.

Também a partir de 2005 o INE vai dar início a realização de inquéritos trimestrais à produção industrial com o principal objectivo de medir a variação de produção nas indústrias extractivas e transformadoras, bem como da produção e distribuição de electricidade e água.

Produção de outras estatísticas correntes

No quadro da programação da actividade estatística do INE, no período 2005-2006, destacam-se ainda 3 importantes projectos ligados ao desenvolvimento da produção de estatísticas correntes, designadamente i)

- Contas Nacionais, ii) Índice de Preços no Consumidor Agregado (IPC-Agregado) e
- iii) Estatísticas do Comércio Externo

Infra-estruturas estatísticas

O desenvolvimento das infra-estruturas estatísticas constituem um elemento essencial para a produção e difusão de estatística produzidas pelo INE. Assim, o INE durante o período 2005-2006 deverá ainda dar prioridade à implementação dos seguintes projectos iniciados em 2004:

- i) actualização e automatização da cartografia censitária das principais cidades do País,
- ii) desenvolvimento do Ficheiro de Unidade Estatística,
- iii) plano desenvolvimento dos Sistemas e Tecnologia de Informação,
- iv) organização de glossário de Conceitos e Definições Estatísticas Harmonizadas,
- v) organização do Registo Nacional dos Instrumentos de Notação de Estatísticas Oficiais

Por outro lado, em 2005 deverão estar concluídas as actividades concernentes à implementação da Classificação de Actividades Económicas (CAE Ver 1) e Classificação das Grandes Categorias Económicas.

Ainda em 2005 deverão estar concluídas as actividades ligadas a outras classificações e nomenclaturas, designadamente Classificação do Consumo Individual por Objectivo, estudo técnico para elaboração da Classificação das Construções e para a elaboração da Nomenclatura Territorial para fins estatísticos.

Por outro lado, tendo em vista a realização do próximo recenseamento geral da população e habitação, considera-se necessário aprovar legislação para enquadrar-normativamente a sua realização, de molde a proporcionar a criação das condições, designadamente de índole operacional, necessárias para a realização da operação, cuja direcção no plano técnico e operacional pertence ao INE.

5.5. Reforma do Sector Empresarial do Estado**1. Objectivos**

No biénio 2005/2006, a reforma do sector empresarial do Estado passa pela prossecução dos seguintes objectivos:

- continuação do processo de privatização de empresas públicas não estratégicas – privilegiando critérios de mercado na alienação dos activos públicos e reestruturação das estratégias,

dar preponderância ao critério da capacidade técnica e de gestão para a provisão dos órgãos sociais das empresas públicas

2. Políticas e medidas de política

Medidas legais e a reorganização do sector As medidas de âmbito legal que se consideram necessárias têm duas vertentes

as medidas legais tendentes a assegurar a observância da legislação vigente que decorrerão do processo de reorganização do sector empresarial público, tendo em conta as diversas situações em que as empresas se encontram,

as medidas que têm em vista a melhoria do quadro jurídico-legal actual, que deverão centrar-se na sistematização e melhoria da legislação actual aplicável às empresas públicas,

medidas económicas e financeiras Para as empresas estatais já estruturadas como EP e para aquelas que, no âmbito das medidas acima propostas, vierem a ser estruturadas como EP, será necessário tomarem-se providências para que elas possam realizar as suas funções dentro do princípio da racionalidade económica,

medidas no âmbito da superintendência o Ministério das Finanças deverá assegurar o exercício efectivo da superintendência e do direito de propriedade sobre as empresas públicas nos termos da legislação em vigor

Estas medidas serão apresentadas com maior detalhe no capítulo correspondente ao Sub-programa 4

VI. Relações Exteriores e Cooperação Internacional

Angola durante os últimos anos tem vindo a reforçar, por um lado, a sua posição no concerto das nações, traduzido no facto de ter assumido responsabilidades no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Presidência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, e por outro, encabeçado mecanismos de resolução de conflitos internos em Países, como a Guiné-Bissau e muito recente S. Tomé e Príncipe, para além de participações activas em fora de importância transcendental no mundo Estes desenvolvimentos encorajam a prosseguir, embora o fim do mandato no Conselho de Segurança da ONU, possa diminuir a atracção de que o País tem sido objecto Portanto, os esforços no domínio das relações externas devem ser orientados no sentido da melhoria permanente da imagem do País

Neste sentido, a política externa angolana deverá reflectir, no âmbito externo, a vocação pacifista do País e, no que concerne ao plano interno, a sua vontade inequívoca de consolidar a democracia participativa, defender o estado democrático e de direito, fortalecer a unidade nacional, assegurar o primado dos direitos fundamentais do homem e promover a estabilidade social, política e económica Essa política assentará nos seguintes princípios

proclamação e defesa da paz e da estabilidade mundial,

defesa da cooperação como sistema de convivência e a igualdade jurídica dos Estados,

prevenção, gestão e solução de conflitos por via pacífica e a condenação do uso da força como meio para a resolução dos conflitos,

reconhecimento do direito internacional com norma de conduta dos Estados nas suas relações, e,

reforço e consolidação das organizações multilaterais regionais e internacionais ao serviço da paz e do desenvolvimento das nações

Para potenciar os resultados da actividade externa com vista à melhoria permanente da imagem do País, com o mínimo de custos, torna-se importante priorizar as áreas geo-políticas Neste sentido a área geo-política por excelência, onde a acção diplomática deve ser concentrada, é a África, onde deve ser promovido o aprofundamento de relações de boa vizinhança, amizade e cooperação

Embora o continente africano seja naturalmente a primeira prioridade, no período de vigência do programa deverá também ser dada atenção ao aprofundamento das relações de amizade e de cooperação multiforme com os países europeus, asiáticos e do continente americano que se mostrem disponíveis

Relativamente aos países fronteiriços, deverá ser dada uma particular atenção à defesa e segurança das fronteiras comuns por forma a criar as condições de circulação de pessoas e bens de forma harmoniosa e sob controlo das autoridades competentes e contribuir para a estabilidade político-militar nas áreas fronteiriças e em todo o território nacional Isso será promovido através da dinamização e funcionamento das Comissões Bilaterais existentes ou a criar ou de mecanismos de acompanhamento dos acordos

Na região da África Austral, em que Angola se encontra inserida, as acções político-diplomáticas serão especialmente orientadas para (i) a afirmação do País no contexto regional e da SADC, (ii) o estabelecimento de alianças e apoios às posições do Governo Angolano, (iii)

desenvolvimento de acções concorrentes para a paz, estabilidade e desenvolvimento da região, (iv) manter e fortalecer todas as alianças e acordos estabelecidos com os países limítrofes ou da SADC

Na África Central e Ocidental, será promovido o aumento da presença de Angola e serão desenvolvidas, através de uma política de abertura com todos os países da região, acções político-diplomáticas, que conduzam à sua afirmação. Neste sentido incentivar-se-ão a reactivação da Comissão do Golfo da Guiné e a criação de condições para uma melhor articulação entre a CEEAC e esta organização

Assim e à luz dos princípios orientadores da Comissão do Golfo da Guiné, serão implementadas acções tendentes a prevenir conflitos entre estados membros da sub-região

No que concerne a África do Norte e Médio Oriente serão implementadas as seguintes acções (i) reforçar as relações de amizade com alguns países da região, (ii) acompanhar o desenvolvimento dos acontecimentos e a situação na República Árabe Saharaui Democrática e apoiar as posições que conduzam a autodeterminação desse povo, e (iii) acompanhar a evolução dos processos de paz entre Israel e a Palestina e outros países da região. As relações com os Países Europeus serão aprofundadas, tanto no plano bilateral como no multilateral, nomeadamente diante das seguintes acções (i) promoção da implementação dos compromissos assumidos pelo Estado Angolano face aos parceiros de cooperação, (ii) mobilização de recursos financeiros para a reconstrução nacional, o relançamento da produção interna e a modernização da economia nacional, (iii) reforço das relações de cooperação com os países que têm apoiado mais claramente a acção governativa em Angola, e (iv) realização de visitas oficiais e de trabalho de membros do Governo Angolano e de seus homólogos a Angola

No continente americano serão aprofundadas as relações político-diplomáticas e de cooperação com os seguintes países: Estados Unidos da América, Canadá, Brasil, Cuba, Argentina, Uruguai e México

Relativamente à Ásia e à Oceânia procurar-se-á uma séria alternativa a tradicional cooperação com a Europa, promovendo o reforço de parcerias com esses países susceptíveis de contribuir positiva e rapidamente para a concretização dos desafios que se colocam ao Estado Angolano. Nessa perspectiva, serão concluídos acordos multifacéticos bilaterais incentivando a fórmula de cooperação dois mais um, bem como o aprofundamento das relações no quadro dos mecanismos multilaterais instituídos como o TICAD e fórum China-África e serão

intensificados contactos a todos os níveis, sobretudo entre empresas públicas e privadas de ambos os países

No quadro das relações com as instituições de *Bretton Woods*, designadamente com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, serão desenvolvidas acções com vista a um maior benefício de Angola da sua qualidade de país membro. Neste sentido o esforço interno que vem sendo desenvolvido no domínio das políticas macro-económicas e das políticas sociais será complementado com acções visando sensibilizar essas instituições e através delas, a comunidade internacional sobre as condições em que o País se encontra efectivamente e concomitantemente aos desafios que se colocam

VII. Sub-programas e Metas Específicas

7.1. Sub-programa integrado de relançamento da actividade económica

7.1.1. Âmbito do sub-programa

A integração das acções consideradas neste sub-programa tem presente o seguinte

assegurar a coordenação e convergência dos investimentos públicos e privados no que toca ao relançamento da actividade económica, evitando, deste modo, o desperdício de recursos e permitindo a criação, num curto espaço de tempo, de novas fontes de emprego e de rendimento,

neste sentido, deverão ser definidas e desenvolvidas acções integradas, baseadas na constituição de cadeias produtivas (clusters verticais e horizontais), de realização de curto prazo, com impacto directo na melhoria do bem estar das populações, principalmente no que respeita à segurança alimentar e à revitalização da economia rural. Em particular, dever-se-á cuidar do seguinte

desenvolvimento de eixos de produção agro-industrial e das pescas,

dinamização da cultura de cereais para níveis que permitam a constituição de stocks sem descurar as necessárias infra-estruturas de armazenagem (silos, câmaras de frio),

desenvolvimento do processo de multiplicação das sementes,

desenvolvimento dos principais canais de irrigação agrícola,

restauração dos sistemas do mercado interno, visando a interligação das áreas com excedentes comercializáveis com as áreas de elevado consumo,

Os investimentos públicos a montante da actividade económica deverão ser estruturantes e por conseguinte, a sua realização visará a viabilização dos investimentos do sector privado, no âmbito das diferentes cadeias produtivas, bem como facilitar a circulação de pessoas e bens, com prioridade para

- estradas, como base para a circulação de pessoas e bens e para o funcionamento e interligação dos mercados,
- obras urgentes de reabilitação de vias férreas (ainda que em extensões limitadas), portos e aeroportos,
- energia e água,
- telecomunicações,
- desminagem para garantir a segurança do regresso das populações aos seus locais de origem, bem como a execução de investimentos,
- promover a participação do investimento privado (nacional e estrangeiro) no relançamento do sector produtivo do País, particularmente no respeitante ao desenvolvimento das cadeias produtivas do sector agro-industrial e das pescas

Das linhas de orientação para este sub-programa decorre, para uma adequada consistência da sua implementação (física, financeira e humana) e uma racionalidade económica da aplicação dos recursos financeiros que lhe serão imputados, a necessidade de estruturar e integrar as acções a desenvolver, segundo duas direcções bem definidas, embora interrelacionadas

- os eixos/acções a desenvolver no âmbito das infra-estruturas de apoio à actividade económica que, como sabemos, condicionam ou potenciam, segundo o seu estado de conservação, dimensão e qualidade, a implantação e o funcionamento das actividades de produção e de distribuição a jusante,
- os eixos/acções a desenvolver no âmbito dos sectores económicos e que no sentido de acorrer às necessidades prementes e imediatas da sociedade angolana melhor se enquadrem no objectivo da segurança alimentar e desenvolvimento rural, o objectivo prioritário da Estratégia de Combate à Pobreza na área da revitalização e relançamento da economia

Esta visão de interacção entre os diferentes promotores de acções que contribuem para o mesmo resultado é importante, porque facilita e potencia uma maior operacionalidade na coordenação, implementação e gestão do sub-programa

Neste sentido o sub-programa será desenvolvido em duas componentes, designadamente a das infra-estruturas básicas e a do fomento da produção interna

Infra-estruturas Económicas Básicas

Sem um funcionamento eficaz e eficiente das infra-estruturas de base não pode haver circulação de pessoas e bens, fornecimento de água e energia às actividades e à população, nem saneamento básico, o que contribui para uma paralisação ou redução do processo produtivo e da economia em geral

As infra-estruturas de base tornam-se, assim, um factor relevante da actividade das empresas e da Administração Pública e também da competitividade das economias

Neste contexto os investimentos em infra-estruturas económicas de base, tratados neste sub-programa incluem as estradas e pontes, caminhos de ferro, portos, aeroportos, energia e água, saneamento e telecomunicações por serem determinantes na criação de condições para atrair e viabilizar os investimentos do sector privado (nacionais e estrangeiros) tão necessários à dinamização e revitalização da economia angolana

Fomento da Produção Interna

A economia angolana é como se sabe, uma economia bi-mineral ou seja, sustentada, no essencial, por dois sub-sectores a indústria petrolífera e a dos diamantes

Esta afirmação deve ser lida na óptica restrita da geração de recursos financeiros para o País (receitas fiscais e divisas), porque na realidade e, sobretudo, após 2002 o desenvolvimento do mundo rural (uma prioridade para onde há que canalizar múltiplos esforços materiais, humanos e financeiros) começa a ser estruturante da vida das pessoas e da sociedade 60/70% da população vive, alimenta-se e habita nesse ambiente

A situação actual da sociedade angolana, sem perder de vista esta estratégia de mudança de longo prazo ou até integrando-se nessa filosofia, exige porém, no curto prazo, que se dê prioridade e atenda à satisfação das necessidades básicas, prementes e imediatas, da população que se traduzem no combate à pobreza e na melhoria de conforto pessoal

Para isto, o Governo de Angola fez aprovar uma Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), centrada na questão da segurança alimentar

No prosseguimento da implementação das orientações da ECP e de muitos outros programas que, a nível dos diversos sectores, se cruzam na implementação daquela estratégia, a incidência focal do Programa de Governo para 2005/2006 no domínio da economia real será também uma aposta na produção e distribuição dos bens alimentares ou melhor o aumento da produção interna com vista ao alcance da segurança alimentar

A Figura 1 relativa à segurança alimentar permite visualizar, de forma simples e simplificada, as inter-relações entre as actividades que vão no sentido da preocupação de criar e desenvolver as condições para uma melhoria da segurança alimentar que, nesta fase de arranque e desenvolvimento de Angola, vai ter por suporte o desenvolvimento rural

Delimitação das cadeias produtivas prioritárias

As cadeias produtivas que vão sustentar prioritariamente o contributo de origem angolana para a segurança alimentar colocando no mercado bens comercializáveis para responder à satisfação das necessidades da população e aos *inputs* das actividades de transformação estão referenciadas no quadro das metas para o biénio

Estas cadeias produtivas integradas nos eixos de produção agro-pecuária e das pescas serão o alvo prioritário da afectação directa e indirecta do investimento público e para elas confluirão as políticas e medidas de políticas que vão no sentido da captação de investimentos (nacional e estrangeiro) do sector privado

Neste contexto destacamos algumas fileiras bem como os principais perímetros irrigados pela sua importância e contributo, a diferentes níveis, para o processo de produção sustentável de bens alimentares e de revitalização do meio rural

a fileira de produção das sementes pelo efeito potenciador na revitalização da economia rural ao fornecer a semente de qualidade. Os mecanismos e as acções de controlo e fiscalização da produção, comércio, importação e exportação de sementes/mudas em todo o País serão desenvolvidos no âmbito da criação do sistema nacional de sementes, garantindo assim a sua qualidade

a fileira dos cereais, por ser a base da dieta alimentar do povo angolano, onde o milho assume um lugar de relevo e que desfruta de fortes potencialidades de produção. No momento presente, a taxa de cobertura da satisfação das

necessidades alimentares por produção nacional está abaixo de 50% e as estimativas, no final da vigência deste Programa de Governo, apontam para 55,4%

a fileira de produção do café, pelo impacte que pode ter no desenvolvimento do sector privado agrícola, apesar da sua importância para a economia das famílias rurais. Refira-se ainda que estão em curso acções visando o fomento do café arábica no planalto central, uma espécie de alto valor de mercado. O relançamento desta fileira vai permitir, segundo estimativas existentes, a estabilização de 80 000 famílias nas áreas de produção cafeeira e criar cerca de 250 000 empregos directos e indirectos para deslocados e desmobilizados, potenciando ainda a instalação de redes de comércio rural. No entanto, só a partir do 3º ano se espera a produção de 22 mil toneladas de café comercial

as regiões de intervenção e os perímetros irrigados que pelo seu posicionamento geográfico e pela existência de infra-estruturas, apresentam um elevado potencial de resposta mais rápida às necessidades das populações, dando assim consistência ao desenvolvimento das fileiras e potenciando o aparecimento de empresas privadas

QUADRO 1
Principais perímetros irrigados

Província	Área	Culturas
Bengo	1 300	Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos
Cabinda	3 000	Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos
C -Norte	565	Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos
Luanda	27 000	Horto-frutícolas, cereais, raízes e tubérculos
Luanda	5 480	Pecuária
C -Sul	10 600	Cereais e pecuária
Benguela	4 100	Hortícolas, fruteiras, cereais, raízes, tubérculos e tabaco
	4 500	Hortícolas-fruteiras, cereais, raízes e tubérculos
Huíla	3 000	Hortícolas-fruteiras, cereais, raízes e tubérculos
Huíla	6 000	Pecuária
Namibe	600	Hortícolas-fruteiras, raízes, tubérculos e pecuária
Cunene	500	Hortícolas, cereais, tubérculos e pecuária

Este sub-programa tem, contudo em termos de sectores produtivos, uma abrangência mais alargada, embora o foco principal de incidência seja a segurança alimentar e a revitalização do mundo rural

Os restantes sectores da economia real também devem integrar este sub-programa por serem fornecedores de *inputs* ou de equipamentos embora não com a prioridade dos sectores que contribuem mais directamente para o prosseguimento daqueles dois grandes objectivos definidos pelo Governo

Este vasto conjunto de sectores pode desempenhar uma acção determinante na óptica de diversificação da economia e por outro lado é beneficiário e utilizador das infra-estruturas económicas de base

O sucesso ou insucesso dos investimentos realizados em sectores como a indústria transformadora, extractivas não petrolíferas, turismo e comércio está muito dependente do bom ou mau funcionamento das infra-estruturas económicas de base

Há dois sectores que, no entanto, apesar de não contribuírem directamente para a segurança alimentar, pelo relevo que têm na economia angolana numa óptica macro-económica, precisam de ser bem acompanhados. Exactamente aqueles que são hoje a base da economia: o petróleo e os diamantes

7.1.2. Objectivos

O objectivo mais geral que se pretende atingir com este sub-programa é o de, com iguais recursos, produzir mais e melhor por forma a combater a fome e a pobreza. O trabalho de integração consiste, assim, em articular as diversas acções que, embora realizadas por entidades e sob responsabilidades diferentes, confluam para a mesma finalidade

Neste contexto, há que priorizar, em termos de afectação de recursos, os sectores que se enquadram nesse objectivo e que são, por um lado, as infra-estruturas básicas de apoio ao processo económico (estradas, pontes e energia e águas), cuja incidência social é também bastante significativa e por outro, as actividades económicas que produzem e colocam no mercado bens alimentares. Estas abarcam, no essencial, a agricultura e pecuária, pescas e os sub-sectores das indústrias de alimentação e bebidas

Outra área fundamental deste processo é a do comércio/distribuição dos produtos e a da stockagem como suporte. O desenvolvimento do sistema de comercialização é deveras determinante para a economia de Angola e em relação ao mundo rural o seu funcionamento permitirá assegurar o fluxo da produção excedente para áreas de maior procura e como retorno gerar rendimentos para os agricultores. A reposição e a agilização dos circuitos comerciais vai incentivar os agricultores a investir em *inputs* e ferramentas com repercussão no aumento efectivo da produção

Infra-estruturas Económicas Básicas

Neste domínio do sub-programa, torna-se essencial a articulação do planeamento físico, humano e financeiro para evitar atrasos e estrangulamentos de realização ou seja, é preciso programar e executar em tempo certo e de forma concertada aqueles investimentos que, embora da responsabilidade de diferentes Ministérios, concorrem para, em conjunto, atingir as metas programadas. Monitorar a execução através de indicadores de acompanhamento e controlo é uma tarefa determinante do sucesso

Fomento da produção interna

Para esta área do sub-programa, tendo subjacente uma estratégia de diversificação da estrutura produtiva e económica de Angola a longo prazo, os objectivos mais imediatos no biénio 2005/2006 para responder à situação actual, são

- a segurança alimentar,
- a revitalização do mundo rural, através da criação de condições para fixar a população na actividade produtiva e do desenvolvimento do sector empresarial privado

7.1.3. Metas

No quadro 2 sintetizam-se as principais acções e metas/acção, para o período 2005/2006, através de um indicador físico, segundo o tipo de infra-estrutura básica de apoio às actividades económicas. O indicador assume umas vezes valores quantitativos, outras, a taxa de variação

Nos quadros 3, 4, 5 e 6 estão apresentadas metas quantificadas relativas a algumas cadeias de produção previstas para o fim do período de vigência do Programa do Governo

No caso das actividades da indústria transformadora, alimentação e bebidas, o indicador possível foi o das intenções do investimento privado, medido pelo número de empresas a implantar por actividade. Nos outros, o indicador corresponde ao *output* esperado, ora avaliado em taxa de crescimento no período, ora em termos de quantidades a produzir

QUADRO 2
Metas — infra-estruturas económicas

Eixos	Ação	Indicador físico	Âmbito territorial
Transportes rodoviários	Reabilitação de estradas	4194Km	Nacional
	Reabilitação e construção de pontes	Construção de 2000m Reabilitação de 17 pontes	Nacional
	Aumento da oferta de meios de transporte Camiões	2 750 viaturas	Nacional
	Autocarros para transporte urbano e inter provinciais	116 autocarros	
Aeroportos e aeródromos e aquisição de meios de transportes	Reabilitação	12	Luanda, Huambo, Bié, Sauro, Uíge, Malanje, Cabinda, Moxico, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Cuando Cubango e Zaire
	Construção Aquisição de meios de transporte	2 aerogares 9 aeronaves para a TAAG	Zaire (M'Banza Congo) e Lunda-Sul (Sauro) Nacional
Portos, sinalização marítima e aquisição de meios de transporte	Reabilitação		
	Portos	4	Cabinda, Cuanza-Sul, Namibe e Zaire
	Faróis	15	Cabinda, Zaire, Luanda, Benguela e Namibe
	Faróis	40	Cabinda, Zaire, Cuanza-Sul, Benguela e Namibe
	Bóias	4	Cabinda e Zaire
	Construção	1 Porto seco	Luanda (Viana)
	Aquisição de meios	Barcos 2 Ferry-Boats 2 Lanchas para capitães 3	Nacional Luanda Cuanza-Sul, Benguela e Namibe
Reabilitação de faróis e faróis		Cabinda e Zaire	
Caminhos de ferro	Reabilitação	Troço Baía-Malanje (CFL) Troço Cubal-Luau (CFB) Troço Namibe-Matala (CFM)	Luanda, Cuanza-Norte, Malanje Benguela, Huambo, Bié, Moxico Namibe e Huila
	Aquisição de material circulante		Nacional
	Aumento da capacidade de produção de água tratada (sedes de província)	113%	
	Aumento do número de chafarzes Pontos de captação de água	20% 4%	Luanda
Saneamento	Programa Luanda Limpa		
Energia	Taxa de variação da produção de electricidade	21%	
	Taxa de crescimento da capacidade disponível de produção	36%	
	Taxa de variação da rede de transporte e distribuição de electricidade	58%	

QUADRO 3
Produção agro-pecuária Metas

Sub-sector	Fidela produtiva	Produtos	Área em 1000h	Produção em 1000t	Províncias
Agrícola	Cereais	Milho	1192,4	1018,7	Cuanza-Sul, Moxico, Cabinda, Benguela, Huambo, Bié, Huíla, Malanje
		Massango/Massambala	386,4	247,6	Cuanza-Sul, Moxico, Benguela, Huíla
		Arroz	72,9	93,4	Cunene, Cuando Cubango, Namibe, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Uíge, Malanje, Moxico, Huambo e Bié
	Raízes e tubérculos	Mandioca	1401,7	568,1	Produção na grande maioria das províncias
		Batata roxa	12,5	50	Huambo, Bié, Benguela, Huíla, Cuanza-Sul, Malanje e Namibe
		Batata doce	183,9	785,8	Todo o território nacional
	Leguminosas de grão	Feijão comum e feijão frade (mucunda)	414,6	212,5	Todo o território nacional
		Amendoim	165,6	70,7	Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico
	Oleaginosas	Palmeira de dendém	3,5	5,7	Bengo, Cabinda, Cuanza-Sul, Zaire, Cuanza-Norte e Benguela
		Soja	3,6	4,7	Huambo, Bié, Malanje, Huíla, Cuanza-Norte e Cuando Cubango
	Ortícolas e fruteiras	Girassol	A fomentar		Benguela, Cuanza-Sul, Huambo, Malanje, Bié, Huíla
		Reforçar e consolidar produções de banana, citrinos e manga			Cinturas verdes das cidades e perímetros irrigados
	Café		152,4	22	Cabinda, Uíge, Bengo, Cuanza-Norte e Cuanza-Sul
Sementes		1,2	1,3	Todo o território nacional	
Fibras e vegetais	Programa de reabilitação do sisal e do algodão			Cuanza-Sul, Cuanza-Norte, Malanje e Benguela	
Pecuária	Carne	Bovino		10,8 mil ton	Todo o País
		Caprino e ovinos		8,1 mil ton	Todo o País
		Suínos		20,3 mil ton	Todo o País
		Coelhos e porcos da índia			Todo o País
		Aves		0,9 mil ton	Todo o País
	Leite	Leite		1200 mil litros	
	Ovos	Ovos		180 milhões de ovos	Cabinda, Malanje, Luanda, Lunda-Norte, Benguela, Huambo, Bié e Huíla
Cortumes	Cortumes		0,8 ton	Luanda, Benguela, Huíla e Cunene	
Florestas	Fomento florestal		Repovoamento de 2000h	1350 mil plantas	Todo o País
	Madeira			100 000 metros cúbicos de madeira em toro	Todo o País
				Carvão vegetal 30 000 ton Lenha 29 000 estercos	
	Apicultura		6 apiários mestres com 120 colmeias	150 ton	Em quase todo o País

As estimativas de impacto da globalidade destes perímetros apontam para a constituição de 6000 PME e o benefício de 1 614 672 famílias rurais organizadas ou não em cooperativas ou associações, ocupando directamente cerca de 8 073 000 pessoas

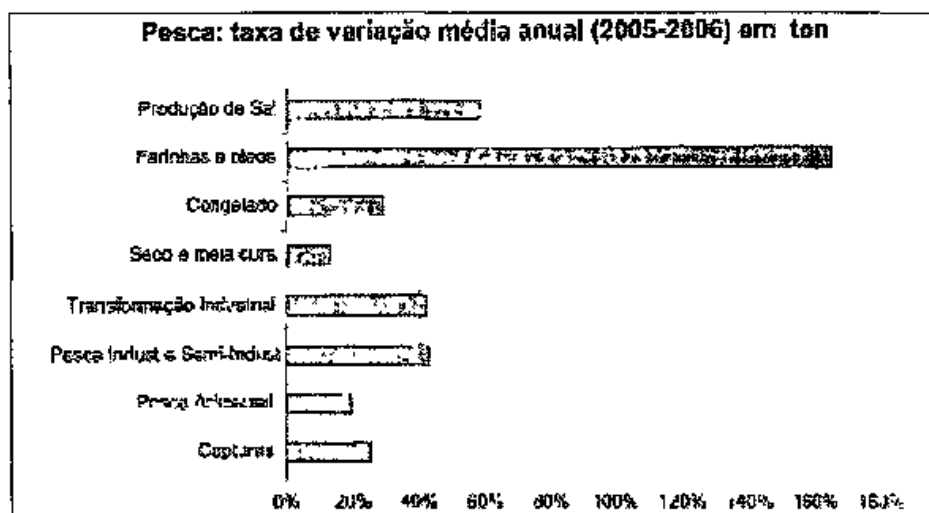
QUADRO 4
Pescas. Metas

Produto	Taxa de variação (%) média anual no biénio 2005-2006
Pescas	
Capturas	25%
Pesca artesanal	19%
Pesca industrial e semi-industrial	43%
Transformação industrial	42%
Seco e meia cura	13%
Congelado	29%
Farinhas e óleos	165%
Produção de sal	58%

QUADRO 5
Pescas: Metas (ton)

Produto	2005	2006
Capturas		
Pesca industrial/semi-industrial	150 863	169 305
Pesca marítima	132 750	152 600
Pesca continental	15 700	15 700
Aquicultura	1 550	5 000
Total	300 863	342 605
Transformação industrial		
Seco e meia cura	51 202	56 812
Congelado	43 000	67 042
Fresco	127 639	186 259
Conservas	1 720	6 880
Farinhas e óleos	4 800	16 800
Sal iodizado	95 658	120 658

GRÁFICO 1



QUADRO 6

Alimentação e bebidas. Projectos empresariais

Indústria	N.º de projectos	Fases a realizar	Províncias	
Derivados de carne	2	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Huíla e Cunene	
Conservas	3	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Namibe/Luanda	
			Huíla/Huambo	
			Huíla	
Torrefacção de café	5	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Uíge, Cuanza-Sul, Bengo, Cabinda e Cuanza-Norte	
Moagens	1	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Lunda-Norte/Bié/Huambo/Malanje/Luanda/Namibe	
			Milho	4
			Tigo	1

Indústria	Nº de projectos	Fases a realizar	Províncias
Descasque de arroz	1	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Malanje
Massas alimentícias	2	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Luanda/Benguela
Bolachas e biscoitos	2	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Luanda/Benguela
Confeitaria	5	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Luanda, Benguela, Huíla e Namibe
Panificação e pastelaria	15	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Moxico, Lunda-Sul, Huambo, Lunda-Norte, Bie, Uíge, Zaire, Cunene, Cuando Cubango, Bengo, Cabinda e Cuanza-Norte
Queijo e manteiga	2	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Huíla e Cuanza-Sul
Óleo alimentar	1	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Luanda
Rações para animais	2	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Luanda e Benguela
Óleo de palma	1	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Cuanza-Norte
Bebidas			
Cervejas	1	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Malanje, Luanda, Bengo e Benguela
Refrigerantes e sumos	1		
Água mineral	1		
Bebidas fermentadas	1		
Conservas de frutas	1	Obras de construção civil e aquisição de equipamentos	Huíla, Benguela e Cuanza-Sul

7.1.4. Resultados Esperados e Programação Financeira, Infra-estruturas Económicas Básicas e Fomento da Produção Interna

(as intervenções públicas – projectos – que concretizam as acções constituem o conteúdo do Programa de Investimentos Públicos por sub-programas e eixos) Infra-estruturas básicas (ver quadros seguintes)

Eixo/Ação	Metas/resultados esperados	Custos (milhões de Kwanzas)		
		2005	2006	Total
Eixo 1 – Obras públicas	Melhora da circulação de pessoas e bens, sobretudo entre as cidades e o campo, com efeitos positivos no desenvolvimento económico e bem estar da população Reposição e funcionamento condigno dos órgãos da Administração do Estado Minimização das acções acentuadas de erosão Melhorar o estado de degradação das infra-estruturas de saneamento básico de Luanda	39 600,1	27 983,6	67 583,7
Ação 1 – Equipamentos e materiais de construção	Aumento da produção de <i>inputs</i> e de equipamentos, melhorando assim a capacidade de resposta do sector			
Ação 2 – Recuperação, reabilitação e expansão da capacidade				
Eixos 2 – Expansão da capacidade de produção, transporte e distribuição de electricidade	Promover a actualização do Plano Director da Rede Eléctrica Nacional e dos planos directores das redes de distribuição das cidades Reformular o quadro institucional do sector eléctrico, promovendo a desverucalização do sector e a criação de estruturas na distribuição mais próximas do consumidor Implementar os mecanismos legais e institucionais que permitirão regular a actividade do sector eléctrico Estimular e regular a actividade empresarial privada na recuperação e desenvolvimento das infra-estruturas do sector	27 231,5	9 953,8	37 185,3
Ação 1 – Ampliação da Central Hidroeléctrica de Capanda, incluindo a instalação dos grupos 3 e 4 e das redes de transporte associadas				

Eixo/Ação	Metas/resultados esperados	Custos (milhões de Kwanzas)		
		2005	2006	Total
<p>Ação 2 – Recuperação do sistema Centro e instalação de potência térmica adicional neste sistema para assegurar o fornecimento de energia às Cidades de Benguela, Lobito e Huambo</p> <p>Ação 3 – Recuperação e ampliação das redes de distribuição nas regiões de Luanda, Ndalatando, Caxito e Malanje</p> <p>Ação 4 – Outras acções de reabilitação e ampliação de instalações eléctricas</p>				
<p>Eixo 3 – Expansão da capacidade de captação e distribuição de água</p> <p>Ação 1 – Construção da etapa III do projecto de águas de Luanda Sudeste com destaque para ampliação da rede de distribuição</p> <p>Ação 2 – Construção do novo sistema de abastecimento integrado das Cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía-Farta</p> <p>Ação 3 – Recuperação e ampliação do sistema de água das Cidades de Malanje, Ndalatando, Huambo, Kuito, Caxito e Uíge</p> <p>Ação 4 – Outras acções de reabilitação e ampliação de sistemas de captação e distribuição de água</p>	<p>Conclusão dos Planos Directores de abastecimento de água das cidades incluindo a componente de saneamento de águas residuais</p> <p>Reformular o quadro institucional do sector das águas promovendo a constituição de estruturas adequadas de gestão dos recursos hídricos e dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais</p> <p>Implementar os mecanismos legais e institucionais que permitirão regular a utilização dos recursos hídricos e garantir uma actuação permanente no sentido de assegurar a disponibilidade e qualitativa de água para diferentes usos</p> <p>Estimular e regular a actividade empresarial privada nos serviços de abastecimento de água e saneamento, como complemento dos serviços públicos</p>	15 050,2	9 071,9	24 122,2
<p>Eixo 4 – Transportes</p> <p>Ação 1 – Capital humano</p> <p>Ação 2 – Capacitação institucional</p> <p>Ação 3 – Recuperação, reabilitação e expansão da capacidade</p> <p>Ação 4 – Serviços de transporte</p>	<p>Melhoria da oferta de transporte rodoviário, de pessoas e bens, neste ultimo caso, dinamizando o comércio através do aumento da frota de autocarros e camiões</p> <p>Prosseguir com a recuperação das linhas de caminhos de ferro</p> <p>Recuperação das infra-estruturas aeronáuticas de forma a satisfazer os requisitos mínimos indispensáveis</p> <p>Licenciamento da actividade aos operadores privados, através de concurso público</p>	17 103,1	26 896,0	43 999,1
<p>Eixo 5 – Telecomunicações</p>	<p>Alargamento da rede básica/sistema nacional de telecomunicações</p> <p>Aumento da oferta de serviços de telecomunicações de qualidade a uma população muito carenciada desses serviços</p> <p>Incremento da concorrência no sector, estimulando os operadores privados, pelas facilidades adicionais introduzidas em matéria de interligação entre operadores e melhoria do fluxo de informação nas esferas da economia e da sociedade</p>	651,8	280,2	932,0

Eixo/Ação	Metas/resultados esperados	Custos (milhões de Kwanzas)		
		2005	2006	Total
<p>Acção 1 – Capital humano</p> <p>Acção 2 – Capacitação institucional</p> <p>Acção 3 – Recuperação, reabilitação e expansão da capacidade</p>				
<p>Eixo 1 – Agro-pecuária</p> <p>Acção 1 – Capital humano</p> <p>Acção 2 – Capacitação institucional e investigação</p> <p>Acção 3 – Infra-estruturas de apoio à actividade da pesca, distribuição e comercialização</p> <p>Acção 4 – Financiamento da actividade produtiva</p>	<p>Aumento da produção de sementes de qualidade de forma a melhor responder às necessidades do mundo rural</p> <p>Aumento da produção de cereais e de leguminosas</p> <p>Contributo para a melhoria da segurança alimentar</p>	7 998,5	9 786,6	17 775,1
<p>Eixo 2 – Cluster das actividades da pesca</p> <p>Acção 1 – Capital humano</p> <p>Acção 2 – Capacitação institucional e investigação</p> <p>Acção 3 – Infra-estruturas de apoio a actividade da pesca, distribuição e comercialização</p> <p>Acção 4 – Financiamento da actividade produtiva</p>	<p>Aumento das capturas de peixe</p> <p>Aumento da transformação industrial dos produtos da pesca</p> <p>Aumento da produção de sal</p> <p>Aumentar a prestação de serviços e assistência técnica a pesca continental e artesanal</p> <p>Reabilitação da ponte-cais da Cefopescas em Luanda</p> <p>Reabilitação do cais de Kicombo no Cuanza-Sul</p> <p>Reabilitação e apetrechamento da Cefopescas em Luanda</p>	18 298,4	9 334,8	27 632,2
<p>Eixo 3 – Indústria transformadora</p> <p>Acção 1 – Capital humano</p> <p>Acção 2 – Capacitação institucional</p> <p>Acção 3 – Infra-estruturas de apoio à localização industrial</p> <p>Acção 4 – Financiamento da actividade produtiva</p>	<p>Melhoria da capacidade produtiva</p> <p>Aumento anual da produção industrial</p> <p>Criação de novos postos de trabalho</p> <p>Criação de novas empresas</p>	7 580,4	3 017,5	10 597,9
<p>Eixo 4 – Indústria extractiva não petrolífera</p> <p>Acção 1 – Capacitação institucional</p> <p>Acção 2 – Financiamento da actividade produtiva</p>	<p>Melhoria da gestão de concessões minerais</p> <p>Contribuir para a diversificação no aproveitamento dos recursos minerais</p>	0	0	0
<p>Eixo 5 – Indústria petrolífera</p> <p>Acção 1 – Capital humano</p> <p>Acção 2 – Reforço institucional</p>	<p>Angolanização do sector petrolífero</p> <p>Attingir a taxa global de angolanização de 80%</p> <p>Aumento das competências do Ministério dos Petróleos para melhoria do processo de supervisão e controlo da actividade</p>			

Eixo/Ação	Metas/resultados esperados	Custos (milhões de Kwanzas)		
		2005	2006	Total
<p>Ação 3 – Exploração, desenvolvimento e produção do petróleo bruto e gás</p> <p>Ação 4 – Comercialização do petróleo bruto e seus derivados</p>	<p>Início da actividade de prospecção das bacias interiores (Kassanje, Okavango e Etosha) e reinício da actividade no onshore Kwanza</p> <p>Cessação de todas as prorrogações dos períodos de pesquisa</p> <p>Início da produção dos campos Benguela/Belize (Bloco 14) e dos campos Kizomba B (Bloco 15) e Dália/Camelina (Bloco 17)</p> <p>Implementação dos projectos para o aproveitamento do gas associado</p> <p>Alungir uma produção média diária de 1 200 000 b/d em 2005 e 1 600 000 em 2006</p> <p>Extensão da rede de distribuição a todo o País</p> <p>Arrecadação de receitas cambiais</p> <p>Alungir vendas no mercado interno de 2 milhões de Tn/ano e uma taxa de crescimento de 3% ao ano</p>			
<p>Eixo 7 - Turismo</p> <p>Ação 1 – Capital humano</p> <p>Ação 2 – Reforço institucional</p> <p>Ação 3 – Financiamento à actividade turística</p>	<p>Aumentar a capacidade de alojamento hoteleiro do País</p> <p>Aumentar o volume de emprego</p> <p>Apoio ao desenvolvimento do sector privado</p> <p>Informatização do Ministério</p> <p>Aumento da capacidade hoteleira em 2 665 quartos</p>	10,0	10,0	20,0
<p>Eixo 8 – Comércio e outros serviços não financeiros</p> <p>Ação 1 – Capacitação institucional</p> <p>Eixo 9 – Serviços Financeiros</p>	<p>Simplificação dos procedimentos do licenciamento comercial</p> <p>Melhoria do controle e fiscalização da qualidade dos bens alimentares</p>	1 142,8	125,9	1 268,7
	<i>Total</i>	134 667,0	96 440,6	231 107,7

7.1.5. Participação do sector privado no financiamento das infra-estruturas de apoio às actividades económicas:

Como já foi salientado, os danos nas infra-estruturas de apoio à actividade económica, decorrentes de vários anos de conflitos armados, constituem um dos principais factores condicionadores do desenvolvimento económico e social de Angola. A superação desta situação exige um forte investimento que terá de ser financiado por fundos provenientes de várias origens: dotações orçamentais do Estado Angolano, doações internacionais e financiamentos privados.

O «Relatório de Enquadramento Nacional sobre Angola: Oportunidades para a Participação Privada nas Infra-estruturas» identifica as oportunidades e os obstáculos para a participação privada nas infra-estruturas

(PPI) e as medidas e acções para promover um maior envolvimento do sector privado no desenvolvimento de infra-estruturas nos seguintes sectores: electricidade e gás, água e saneamento, transportes e telecomunicações. O relatório estabelece uma tipologia de acções baseada na fixação de três horizontes temporais alternativos: 3-5 anos (curto prazo), 5-10 anos (médio prazo) e até 2020 (longo prazo). Dada a pertinência das parcerias público-privadas no contexto do financiamento da reabilitação das infra-estruturas no quadro da execução do Programa Geral do Governo e tendo em conta a natureza bienal do Programa do Governo e a necessidade do estabelecimento do quadro regulador, destacam-se as acções de carácter transversal, a serem realizadas durante o biênio, devendo os sectores das infra-estruturas identificarem e realizarem as acções concorrentes a mobilização do sector privado no desenvolvimento das mesmas com base do estudo já elaborado.

Ações transversais: plano de acção

Área de acção	Acção
Política Institucional	Publicar documento traçando e explicando a política angolana em relação à PPI Realizar uma campanha de divulgação pública da PPI Criação de uma estrutura dedicada à PPI
Finanças e crédito	Estabilização macroeconómica de forma a criar o ambiente propício a concessão de crédito às actividades produtivas Rever a capacidade e sistemas de incentivos do actual mercado de crédito doméstico Encorajar os bancos a expandir as suas operações
Quadro legal e regulador	Aprofundar o enquadramento regulador das infra-estruturas dos diferentes sectores envolvidos
Nível de empresa	Implementar uma gestão de tipo empresarial nas empresas de serviços de infra-estruturas Assegurar a adopção de práticas contabilísticas adequadas
Emprego	Implementar programas de reforço de capacidades para todos os níveis de pessoal qualificado

7.1.6. Um bom desempenho no biénio 2005/2006 na área das infra-estruturas económicas exige uma articulação exigente entre os Ministérios cujas funções são as de concretizar no terreno as diferentes infra-estruturas, Ministério das Obras Públicas, Ministério dos Transportes, Ministério da Energia e Águas e Ministério dos Correios e Telecomunicações, quer com os Ministérios que lhes podem fornecer *inputs* como a indústria e a indústria extractiva não petrolífera, quer com os sectores produtores de bens e produtos (todos os da economia real), com realce para, na situação actual, se atingir o cumprimento das metas no domínio da segurança alimentar que é a prioridade primeira do Governo de Angola. Neste contexto, terá de se operar um esforço de coordenação entre os sectores produtores de infra-estruturas e os sectores produtores de bens alimentares, com relevo para o sector agro-pecuário, pescas e indústria transformadora, na sua componente de produção de bens alimentares e bebidas e ainda com as respectivas actividades conexas.

7.2. Sub-programa integrado da melhoria dos serviços sociais:

7.2.1. Âmbito do sub-programa:

Este sub-programa, estruturante no contexto do Programa do Governo para o biénio 2005-2006, sustenta-se em dois grandes domínios, qualquer deles de vital importância para o país no momento presente: a saúde e a educação. Além destes domínios, o sub-programa integra outros contributos, todos de enorme importância pelas

áreas que abarcam, embora de menor relevância em termos de investimento, como sejam a mulher, a juventude, o emprego e a formação profissional, a cultura, a comunicação social, o desporto e os restantes domínios sociais, com excepção da assistência social que, pela sua actual importância, se constituiu como um sub-programa autónomo.

O sub-programa «Melhoria dos Serviços Sociais», tal como cada um dos outros, não esgota as medidas que concorrem para alcançar os respectivos objectivos. Entre eles existem importantes ligações, havendo medidas incluídas noutros sub-programas que não deixarão de ter importantes repercussões neste e vice-versa. Refira-se, como ilustrativo desta situação, o estado da saúde que é simultaneamente causa e consequência da economia angolana.

Com este sub-programa pretende-se remover parte dos estrangulamentos identificados no capítulo referente ao diagnóstico nos domínios que integram este sub-programa. Entre esses problemas destacamos

no domínio do estado da saúde da população, a elevada mortalidade infanto-juvenil, menores de 5 anos, com uma taxa de 250/1000. Entre as doenças de maior incidência destacam-se o paludismo, as doenças respiratórias agudas e as diarreias agudas. De grande preocupação e a merecer um combate especial é o VIH/SIDA que segundo estimativas da ONU-SIDA terá atingido em 2001 cerca de 350 000 angolanos adultos, o que corresponde a uma taxa de prevalência para os adultos de 5,5%. De acordo com outros estudos, esta taxa, para as trabalhadoras do sexo, em Luanda, terá atingido 33%.

no domínio dos recursos humanos na Saúde, as disponibilidades são muito exíguas. Os últimos dados disponíveis registam cerca de 53 mil trabalhadores neste sector, dos quais apenas 811 são médicos. Cerca de 17 000 são classificados como enfermeiros, mas apenas 163 têm formação superior. A estes valores há ainda que adicionar 3670 técnicos diversos de diagnóstico e terapêutica. A guerra afectou também a distribuição geográfica dos profissionais de saúde, concentrando em Luanda grande parte destes profissionais,

no domínio das infra-estruturas e equipamentos de saúde a rede é insuficiente para cobrir as necessidades da população. Os centros de saúde são escassos e concentrados em áreas urbanas. Estima-se que apenas 30-40% da população tenha acesso a instalações de saúde. Há uma carência forte de equipamentos básicos de diagnóstico, sendo de registar um significativo número de centros e postos de saúde inoperacionais,

no que se refere ao abastecimento de medicamentos essenciais são evidentes graves carências, sendo o acesso da população ainda muito

- limitado Segundo a OMS apenas 20% da população angolana teve acesso a medicamentos em 2001,
- na Educação e no que se reporta aos seus recursos humanos, constata-se que o rácio alunos/professor é bastante elevado, tendo por exemplo em Luanda um professor frente a 70 alunos Apesar dos esforços do Governo, a maioria dos professores ainda não tem a qualificação pedagógica;
- o crescimento dos efectivos escolares não foi acompanhado pelo aumento das infra-estruturas escolares Como consequência, assistimos a uma deterioração do rácio alunos/salas de aula passando de 81 no ano lectivo 2000 para 108 em 2003 no I nível, enquanto no II e III níveis, o rácio passou de 79 para 108 Esta situação é mais problemática em Luanda e principais centros urbanos, obrigando a que as salas funcionem em regime de três turnos diários,
- o rendimento escolar não poderia deixar de traduzir as condições descritas As taxas de repetência e de abandono são muito elevadas, sendo sinónimo de desperdício de recursos pela permanência de jovens na escola para além do tempo desejável ocupando recursos educativos que outros necessitam Somente 15,7% dos alunos que frequentam a 1.ª classe conclui a 4.ª classe e para os alunos que concluem o ensino do I nível, são investidos 4,75 vezes mais recursos do que seria necessário se a conclusão ocorresse nos 4 anos previstos na lei No ensino do II e III níveis de ensino o rendimento é igualmente muito fraco,
- a taxa de analfabetismo em Angola era, para a população com mais de 15 anos, em 2001, de 58%, valor muito superior ao verificado para os Países da África subsaariana que é da ordem dos 38% Destaque-se a clara desigualdade de género no acesso a educação, com as taxas de analfabetismo da população feminina a atingir valores substancialmente mais elevados do que a média nacional,
- a cobertura geral em termos de Ensino Superior é nitidamente insuficiente A baixa taxa de escolaridade demonstra a fraca capacidade de atendimento deste subsistema de ensino Refira-se, a título de exemplo, que nos últimos exames de acesso à Universidade Agostinho Neto havia 10 candidatos para cada vaga disponível No entanto, o Ensino Médio, apesar de ainda possuir uma importância relativamente reduzida, tem registado um acréscimo significativo e sempre crescente dos efectivos escolares,
- no domínio do emprego e da formação profissional há um claro desencontro entre a oferta e a procura de mão-de-obra Há necessidades do tecido produtivo que não encontram resposta nos recursos humanos angolanos Em paralelo,

há jovens que saem do sistema de ensino nacional e ex-bolseiros que retornam ao país que têm expectativas profissionais mais elevadas do que aquelas que as actividades económicas internas lhes podem proporcionar,

Angola possui uma população extremamente jovem, pelo que a juventude se confunde com a globalidade da população No entanto, destacar o segmento juventude na população angolana justifica-se plenamente pela sua especificidade, e as políticas a ela dirigidas, no sentido de melhorar a sua qualidade, têm o significado de um bom investimento cujo retorno futuro compensará largamente o investimento efectuado,

no que se refere à igualdade de género e família encontra-se em curso e vai prosseguir, o programa de Promoção e Desenvolvimento da Mulher O primeiro visa acelerar a participação das mulheres em postos de maior destaque nos domínios social, económico e político reconhecendo o seu importante papel no processo de desenvolvimento da sociedade O segundo visa a unidade, a protecção e a promoção da família, a nível cultural, a destruição e as impressionantes movimentações de populações rurais em direcção às capitais provinciais e a Luanda, causadas pelas sucessivas guerras, terão provocado efeitos de muito difícil reversão no que se refere a valores identitários, dando lugar a novas recomposições das distintas comunidades no âmbito sócio-cultural, agora com predominância urbana,

no que se refere ao desporto, Angola encontra-se numa fase de recessão causada, por um lado, pela debilidade das suas infra-estruturas, equipamentos e meios disponíveis em grande parte destruídos e por outro lado, pela não assumpção do desporto como prioridade da acção política, o que foi até agora perfeitamente justificável mas que não o será de ora em diante, pois o fomento do desporto poderá ser um importante instrumento de inserção social e de combate aos problemas de diversa índole que padece a sociedade angolana

7.2.2. Objectivos

Pretende-se com este sub-programa assegurar o acesso generalizado da população aos serviços sociais essenciais a fim de garantir a satisfação das suas necessidades básicas e desta forma tornar os cidadãos menos vulneráveis Trata-se de assegurar o acesso a serviços como a educação e a saúde mas também e de forma progressiva, à cultura e ao desporto, a par do reforço e modernização do sector da comunicação social Em simultâneo procurar-se-á desenvolver políticas pró activas dirigidas a segmentos da população que têm de alguma forma visto subestimadas as suas potencialidades como a juventude e a mulher

Para que tal seja cumprido é necessário dotar o território de uma rede de infra-estruturas e equipamentos sociais complementada por vias de comunicação operacionais que permitam o seu acesso generalizado a partir de qualquer ponto do país

A par da rede básica das infra-estruturas e equipamentos torna-se fundamental reforçar a oferta de serviços quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. Tal passa pela recuperação, apetrechamento e operacionalização dos equipamentos e por um reforço muito substancial dos recursos humanos que actualmente são claramente insuficientes para satisfazer a procura existente e a potencial

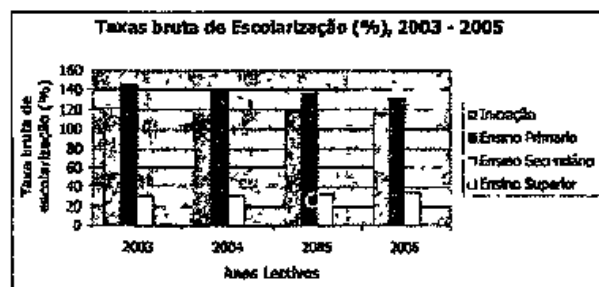
O Governo definiu para o período de 2005-2006 como objectivo geral para o país, no domínio da saúde «melhorar a situação da saúde da população angolana, sem discriminação e na base do pressuposto da equidade». No domínio da educação definiu como grande desafio a qualificação dos recursos humanos do País, o que passa por uma aposta clara e intensa na educação e na formação profissional a todos os níveis, como sublinhado no capítulo sobre política e medidas de política dos respectivos sectores

7.2.3. Metas

O alcance dos objectivos definidos passa por atingir metas concretas que se definem como possíveis de serem alcançadas com a finalidade de reduzir o atraso escolar fundamentalmente na iniciação e no ensino primário durante a vigência deste plano ou seja, 2005 e 2006

Taxas brutas de escolarização (%)

	2003	2004	2005	2006
Iniciação	122,4	120,3	118,1	115,7
Ensino primário	144,7	140,1	135,5	130,9
Ensino secundário	30,4	31,1	32,1	34,0
Ensino superior	1,5	1,8	2,0	2,5



QUADRO 2

Infra-estruturas do sector da educação

Intervenção	N.º de realizações	Provincia
Reabilitação	6	
Escola do II nível Cde Bula (2.ª fase)	1	Huambo
Escola do II nível de Saurimo (2.ª fase)	1	Lunda-Sul
Escola do II e III níveis do Uíge	1	Uíge
Instituto médio industrial pedagógico	1	Huambo
Instituto médio agrário	1	Malanje
Instituto médio de Caxito	1	Bengo
Reabilitação e ampliação	2	
Escola do III nível do Dundo	1	Lunda-Norte
Escola do II e III níveis do Kuito	1	Bie
Ampliação	1	
Escola do II e III níveis de Caxito	1	Bengo
Projecto Educação	2	
BAD / FAD	1	Nacional
Reforma do ensino técnico profissional	1	Nacional
Construção	1	
Campos desportivos da escola Ngola Kiluanji	1	Luanda (Ingombota)
Construção e apetrechamento	40	
Escolas do II nível	8	Luanda, Luanda, Luanda, Huambo, Benguela, Benguela, Malanje, Huíla
Escolas do III nível	10	Huíla, Namibe, Luanda, Luanda, Huambo, Benguela, Uíge, Malanje, Huíla, Namibe
Institutos politécnicos	14	Luanda, Luanda, Luanda, Benguela, Benguela, Huambo, Namibe, Cabinda, Uíge, Lunda-Norte, Cuanza-Sul, Bié, Lunda-Sul, Malanje
Institutos médios agrários	6	Bengo, Uíge, Huambo, Bie, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul
Construção e apetrechamento	12	
Institutos médios de administração e gestão	12	Luanda, Luanda, Benguela, Huíla, Huambo, Bié, Uíge, Moxico, Cimeca, Cuando Cubango, Zaire, Namibe
Fiscalização	64	
Elaboração de estudos e fiscalização	64	Nacional

QUADRO 3
Infra-estruturas do sector da saúde

Intervenção	N.º de realizações	Provincia
Reabilitação de hospitais		
Hospitais gerais	11	Luanda, Cunene, Huambo, Bie, Malanje, Moçim, Lubango
Hospitais pediátricos	1	Luanda
Hospitais psiquiátricos	1	Luanda
Sanatórios	2	Luanda e Huambo
Construção e apetrechamento de hospitais municipais de 60 camas	28	Bie, Cunene, Huambo, Huila, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Lunda-Norte e Lunda-Sul, Namibe, Zaire
Reabilitação do centro de medicina física e reabilitação	1	Luanda
Reabilitação/apetrechamento de centros ortopédicos	1	Luanda
Reabilitação/ampliação do centro nacional de oncologia	1	Luanda
Reabilitação de maternidades	2	Luanda e Malanje
Centros de saúde permanentes	15	Huambo, Huila, Cuando Cubango, Cuanza-Norte, Malanje, Moçim, Namibe, Zaire
Reabilitação da escola técnico-profissional de saúde	1	Luanda
Construção do centro nacional do sangue	1	Luanda
Construção do centro de aconselhamento da SIDA	1	Luanda
Construção e apetrechamento de laboratórios provinciais de saúde pública	2	Benguela e Namibe
Construção e apetrechamento do laboratório de controlo qualidade	1	Luanda
Construção e apetrechamento de um depósito nacional de medicamentos	1	Luanda
Construção e apetrechamento de um depósito provincial de medicamentos	1	Benguela
Aquisição de ambulâncias para todos os municípios do país	162	Todo o País

QUADRO 4
Metas/Resultados no sector da saúde

Indicadores	Meta 2006
Taxa de detecção de casos de T.B	60%
Taxa de cura de doentes com T.B	75%
Famílias que beneficiam de mosquiteiros impregnados	60%
Número de amódiplas da mesca Esc. - Esc. distribuídas	150 000

Indicadores	Meta 2006
Cobertura da 3.ª dose de DTP	80%
Número de profissionais de saúde treinados em AID1	250
N.º de novos centros de ATV criados	25
N.º de serviços para o tratamento do SIDA	4
Instalações de saúde periféricas que prestam cuidados pré-natais	65%
Unidades sanitárias periféricas com salas de partos	50
Aumentar o número actual de partos nas unidades sanitárias	24%
Reduzir a mortalidade entre as mulheres com complicação obstétrica	24%
Reduzir a taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos	20%
Reduzir a taxa de desnutrição das crianças menores de 5 anos	15%

QUADRO 5
Metas/Resultados nos domínios da mulher

Ação	Meta
Elaboração e Regulamentação da Política Nacional de Género	Aprovar a Lei
Garantir a participação feminina em cargos de destaque	30%
Aumentar o número de mulheres como formadores, mobilizadores e activistas em género	50%
Reforçar a qualificação profissional das mulheres	50%
Incrementar a prática desportiva feminina	750 000
Formar conselheiros familiares, em cada provincia, como forma a diminuir os indices de violência	100 por Provincia

QUADRO 6
Metas/Resultados nos domínios da cultura

Designação	Meta
Publicação do resultado das investigações	5 publicações
Aumentar o número de utilizadores das instituições culturais	50%
Incrementar a formação de técnicos e agentes culturais	30%

QUADRO 7
Metas/Resultados nos domínios da juventude e desporto

Domínio	Ação	N.º de beneficiários
Juventude	Cartão-juvem	1 500
	Redução do clima de intolerância entre os jovens	1 500 000
	Cooperação entre jovens	10 000
	Ateliers de formação profissional para jovens (deficientes de guerra ou desamparados)	1 500
Desporto	Desporto para todos	40 000
	Desporto na escola e universidade	10 000
	Desporto para portadores de deficiência	1 500
	Deteção de novos talentos	500
	Alta competição	250
	Incremento da actividade desportiva nos órgãos das defesa e segurança	17 000 policiaes
	Formação de agentes desportivos	10 000 militares
	Construção e modernização de estádios de futebol (Cabinda, Huambo, Lunda-Norte e Benguela)	2 000
	100 000 adeptos	

7.2.4. Resultados esperados e programação financeira

Estas são as que se encontram previstas para serem concretizadas nos anos 2005 e 2006 de acordo com as propostas dos diversos Ministérios

Este capítulo encontra-se estruturado em eixos de intervenção que, por sua vez, se desagregam em acções

Eixo/Ação	Resultados esperados	Custos (milhões de Kwanzas)		
		2005	2006	Total
1 Construção, reabilitação, equipamento e reapetrechamento de infra-estruturas sociais		43 550,0	18 067,1	61 617,2
1.1 Construção e reabilitação de infra-estruturas para o ensino primário, secundário e médio técnico	Aumento da oferta pública para estes níveis de ensino. Melhora da sua cobertura no território nacional. Aumento do acesso à educação, diminuindo as desigualdades de género. Redução do analfabetismo.			
1.2 Construção e reabilitação de infra-estruturas para o ensino superior	Aumento da oferta pública de ensino superior. Melhora da sua cobertura no território nacional.			
1.3 Equipamento e reapetrechamento dos estabelecimentos de ensino primário, secundário e médio	Melhora da qualidade do ensino através da qualificação das suas condições materiais. Aumento da rentabilidade interna do sistema.			
1.4 Construção, recuperação e apetrechamento da rede sanitária	Melhora do acesso ao Serviço Nacional de Saúde, com a consequente redução dos níveis de morbilidade em particular a infanto-juvenil e a erradicação de alguns surtos epidémicos.			
1.5 Construção e reabilitação de infra-estruturas para a juventude e desportos	Existência de uma rede que permita fomentar a prática desportiva e melhorar o rendimento dos atletas. Disponibilidade de locais de lazer, cultura, aprendizagem e desporto juvenis, que lhes permita ocupar de forma saudável os tempos livres.			
1.6 Construção, reconversão e reabilitação de infra-estruturas para as artes e cultura	Recuperação do património cultural edificado, construção e reabilitação de museus. Aumento do acesso da população aos serviços culturais.			
1.7 Apoio suplementar para infra-estruturas de apoio à investigação científica	Reforço da capacidade científica nacional nos domínios da ciência e tecnologia.			
1.8 Construção e reabilitação de infra-estruturas de apoio à comunicação social	Modernização e melhoria da qualidade dos serviços de rádio e televisão e restantes meios de comunicação social.			
2 Melhorar os resultados da prestação de serviços sociais		3 587,8	7 050,2	10 637,8
2.1 – Melhorar os níveis de rendimento interno dos ensinos primário, secundário e superior	Melhora da qualidade do ensino através da qualificação dos seus recursos humanos e a dotação de meios de ensino adequados. Aumento da rentabilidade interna do sistema.			
2.2 Reforço da prevenção e melhoria das competências técnicas do pessoal clínico	Melhora da prestação de serviços de saúde através do aumento das competências dos seus recursos humanos.			
2.3 Disponibilizar medicamentos essenciais de qualidade	Redução dos níveis de morbilidade em particular a infanto-juvenil e a erradicação de alguns surtos epidémicos.			
2.4 – Incrementar os níveis de acesso aos bens de consumo culturais	Reforço do nível cultural do País desenvolvendo o mercado deste mercado específico.			
2.5 – Melhorar os serviços de comunicação social	Modernização e melhoria da qualidade dos serviços de rádio e televisão e restantes meios de comunicação social.			
<i>Total do Sub-programa</i>		47 137,6	25 117,4	72 255,1

7.3. Sub-programa integrado geral de assistência social

7.3.1. Âmbito do sub-programa

O sub-programa Assistência Social assume um carácter prioritário no contexto actual do País, uma época de reconstrução nacional, após um prolongado conflito armado que afectou de forma muito significativa toda a sociedade angolana, as suas infra-estruturas básicas, as suas cadetas produtivas, deixando problemas que demorarão décadas a ser removidos.

O sub-programa agora proposto não pode ser dissociado da estratégia de combate à pobreza, devendo até, ser visto como uma sua concretização para o biénio 2005-2006, na medida em que parte dos mesmos pressupostos e pretende cumprir, embora de forma parcial, os mesmos objectivos. As acções que iremos incluir neste sub-programa permitirão evoluir de uma perspectiva assistencialista, assente na solidariedade humana, para uma perspectiva mais baseada no desenvolvimento sócio-económico. Contudo, o actual sub-programa contém, ainda, as duas perspectivas. Na primeira assume-se a responsabilidade social de garantir as condições de sobrevivência das pessoas carenciadas, rompendo com os círculos de pobreza. Na segunda perspectiva procura-se proporcionar as condições de inclusão social dos grupos mais vulneráveis, desenvolvendo competências, fomentando a criação de emprego, assegurando-lhes um papel economicamente activo.

A integração deste sub-programa e a sua formatação é feita a partir da articulação dos contributos de vários Ministérios. Partimos de um núcleo central constituído pelo contributo do Ministério da Assistência e Reinserção Social, a que se juntaram aspectos parcelares dos contributos do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social no que se refere ao domínio da segurança social e do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra no que se refere às propostas relativas ao domínio da assistência, apoio e reintegração social. A este núcleo central de contributos juntaram-se as propostas com relevância na concretização dos objectivos deste domínio, que provieram de diversos outros Ministérios, como o da Agricultura, o das Pescas, o das Obras Públicas, o da Saúde e o da Educação.

Da integração e estruturação das acções resultam dois grandes domínios de intervenção. Um de carácter mais imediato, que procura resolver problemas mais urgentes e que têm o referido cariz de solidariedade ou assistencialista, onde incluímos acções nos eixos do «apoio à criança e ao adolescente», da «assistência e promoção

social», da «reintegração de ex-militares», do «apoio à pessoa portadora de deficiência», da «desminagem» e do «apoio social à Antigos Combatentes». O segundo domínio produzirá resultados sobretudo a médio e longo prazos e perspectiva-se numa óptica de desenvolvimento abrangendo domínios como o «regime de Segurança Social», o «desenvolvimento da economia rural», o «fomento das produções alimentares», a «reabilitação das principais vias de acesso», a «construção de escolas e de centros de saúde» ou o próprio «melhoramento da administração pública».

Saliente-se que não obstante a integração efectuada, podemos identificar diversas medidas essenciais para a concretização dos objectivos deste sub-programa que aparecem integradas noutros sub-programas.

Este sub-programa é coordenado pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social mas, tal como referimos atrás, integra diversas acções da responsabilidade de outros Ministérios, que aqui se encontram reunidas por questões de eficácia e de eficiência das intervenções. Para o êxito da concretização dos objectivos aqui propostos, há ainda que relevar a importância do envolvimento da sociedade civil angolana, empresas, associações, igrejas, etc e da solidariedade e apoio internacional, nomeadamente através das ONG com uma intervenção mais significativa nestes domínios.

7.3.2. Objectivos

O objectivo central deste sub-programa é o da melhoria sustentada das condições de vida da população. Com o combate à pobreza aconter-se-á, no imediato, às situações sociais mais graves, não perdendo, contudo, a perspectiva de médio prazo incorporando as políticas sociais no modelo de desenvolvimento, possibilitando a inclusão de todos os residentes.

Tal passará por alcançar um conjunto de objectivos específicos da máxima importância no actual contexto do País, dos quais assume grande destaque a necessidade de garantir as condições de segurança de fixação, trabalho e circulação de pessoas e mercadorias através da desminagem.

A par deste objectivo central na estratégia nacional impõem-se prosseguir no sentido de apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para as zonas de origem ou reassentamento, apoiar a reintegração social dos ex-militares desmobilizados de forma a proporcionar-lhes uma nova etapa de sua vida profissional auto-sustentável.

Em paralelo há que reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico social e humano e criar as condições para a protecção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades especiais, em particular os idosos e as pessoas portadoras de deficiência

7.3.3. Metas

O alcance dos objectivos definidos passa por atingir metas concretas que se definem como possíveis de serem alcançadas no final deste Plano, ou seja 2006

QUADRO 1

Metas a atingir no final de 2006 pelo sub-programa de assistência social

Eixos	Ações	Beneficiários
Crianças e adolescentes	Programas infantis comunitários	80 000
	Reunificação e colocação nas famílias	60 000
	Colocação de crianças entre 0 e 2 anos em novas mães	2000
	Colocação de crianças em novas famílias	15 000
	Capacitação de técnicos sociais especializados em delinquência e recuperação de menores	3500

Eixos	Ações	Beneficiários
Assistência e promoção social	Assistir a pessoas em situação de vulnerabilidade	1 000 000
	Reintegrar e promover a auto-sustentabilidade de famílias	330 000
	Assistência social a pessoas idosas internadas em lares	2000
	Apoiar lares de atendimento a pessoas idosas	4
	Garantir a ocupação de tempos livres a pessoas idosas	15 000
	Repatriação de angolanos refugiados	400 000
Portadores de deficiência	Reabilitar e integrar pessoas portadoras de deficiência	70 000
	Reabilitar integralmente pessoas portadoras de deficiência e suas famílias	10 000
Reintegração social dos ex-militares		239 788
Desminagem	Constituição de brigadas de sapadores para os caminhos-de-ferro (CFB e CFM) e terrenos cultiváveis	8

7.3.4. Resultados esperados e programação financeira

Neste capítulo especificam-se as acções propostas pelos diversos Ministérios. Estruturamo-las por eixos de intervenção e desagregámos os respectivos custos pelos 2 anos deste Programa (2005-2006)

Eixos/Ações	Resultados esperados	Custos (milhões de Kwanzas)		
		2005	2006	Total
3.4.3.1. Apoio à criança e ao adolescente		353,1	0	353,1
3.4.3.1.1. Desenvolvimento da 1ª infância e do ensino pré-escolar	Atendimento de mais de 80 000 crianças nos programas infantis comunitários e incremento do ensino pré-escolar			
3.4.3.1.2. Infra-estruturas e equipamentos para o ensino pré-escolar	Melhorar a prestação escolar do ensino primário, através do incremento da frequência do pré-escolar			
3.4.3.1.3. Programa de localização e reunificação familiar	Reunificar e colocar crianças nas suas famílias, colocar crianças órfãs em novas mães e em novas famílias em todo o País			
3.4.3.1.4. Programa de apoio ao menor em conflito com a lei	Capacitar técnicos sociais para prevenção da delinquência juvenil e recuperação de menores com problemas de comportamento			
3.4.3.1.5. Programa da jornada da criança e Fórum nacional da primeira infância	Sensibilizar a sociedade angolana e a comunidade internacional para os problemas especiais da criança			
3.4.3.2. Assistência e promoção social		148,2	34,4	182,6
3.4.3.2.1. Assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade	Assistir a população em situação de grande vulnerabilidade			

Eixos/Ações	Resultados esperados	Custos (milhões de Kwanzas)		
		2005	2006	Total
3 4 3 2 2 Apoio às famílias em situação de pobreza	Reintegração e a auto sustentabilidade de milhares de famílias em situação de risco			
3 4 3 2 3 Combater o analfabetismo	Reduzir o analfabetismo do país			
3 4 3 2 4 Programa de repatriamento voluntário e organizado dos angolanos exilados no exterior do país	Repatriar centenas de milhares de angolanos exilados no exterior do País			
3 4 3 2 5 Integração sócio-económica dos refugiados e exilados em Angola	Garantir as condições de acolhimento e integração aos estrangeiros que permanecem no nosso País por motivos de exílio ou refúgio			
3 4 3 2 6 Assistência à pessoa idosa	Garantir a assistência social a idosos em lares, apetrechar lares de atendimento à pessoa idosa e ocupar os seus tempos livres			
3 4.3 3 Apoio à pessoa portadora de deficiência		7,7		7,7
3 4 3 3 1 Promoção da igualdade de oportunidades e participação comunitária	Reabilitar pessoas portadoras de deficiência e garantir apoio aos seus agregados familiares			
3 4.3 4. Desminagem		1 652,5	1 004,9	2 657,4
3 4 3 4 1 Programa nacional de desminagem	Formar novas brigadas de sapadores, formar equipas para operações especiais, desminar estradas, caminhos e terras para a agricultura			
3 4.3 5 Reintegração dos ex-militares				
3 4 3 5 1 Programa geral de desmobilização e reintegração dos ex-militares	Garantir a integração social e económica a ex-militares			
3 4 3 5 2 Programa de formação/reconversão profissional de ex-militares	Dotar os ex-militares de capacidade profissional habilitante para o exercício de uma nova profissão			
3 4 3 5 3 Programa de reintegração social dos ex-militares e de desenvolvimento local	Assentamento de ex-militares e seus dependentes em comunidades já existentes			
3.4.3 6 Reforço da capacidade institucional				
3 4 3 6 1 Reforço da capacidade institucional do MINARS	Dotar o Ministério e os Serviços de Apoio, Centrais e Descentralizados dos meios necessários ao seu desempenho eficaz			
<i>Total do Sub-programa</i>		2 166,7	1 039,3	3 206,0

7.4. Sub-programa integrado de reformas e capacitação institucional

7.4.1. Âmbito do sub-programa

A consolidação da paz e a promoção da reconciliação nacional, o aprofundamento das bases estruturantes do Estado de Direito, o desenvolvimento do território, o reforço e a consolidação da Unidade Nacional, a estruturação de um sector privado competitivo e de um modelo de desenvolvimento económico sustentável são inequivocamente influenciadas pela adopção de uma postura reformista que privilegie o desenvolvimento de acções que contribuam para melhorar a qualidade e o desempenho das instituições da administração pública e do sistema de justiça ou que minimizem o ainda excessivo centralismo do Estado Angolano, apostando em modelos

de organização e gestão públicas que valorizem a desconcentração e a descentralização administrativas e a institucionalização das autarquias locais

Deve ainda realçar-se que a emergência de graves divergências políticas internas que confluíram em conflitos militares, impediram que, durante muitos anos, a administração do Estado se pudesse exercer, em condições normais, na totalidade do território nacional. Por essa razão, uma das preocupações centrais, no momento presente, é o restabelecimento da administração do Estado em todo o território nacional.

Na perspectiva que acabamos de enunciar, este sub-programa integra as grandes linhas de orientação convergentes para a realização das reformas institucionais e jurídicas, no âmbito do Programa Geral do Governo para o período 2005-2006.

a) reforma do Estado e da Administração Pública

reforço da autoridade do Estado e normalização da Administração do Estado em todas as localidades do País,
 desconcentração e descentralização administrativas e institucionalização das autarquias, racionalização dos institutos públicos e dos fundos autónomos;
 implantação do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Humanos,
 criação da Escola Nacional de Administração Pública,
 promoção de políticas que permitam o surgimento de parcerias público-privadas como elemento catalizador do desenvolvimento,
 estudo da problemática das autoridades tradicionais com vista à sua regulamentação jurídica,
 implementação das recomendações sobre o estudo relativo à macroestrutura do Estado;
 sistema de aquisições e contratações do Estado (procurement)

b) reforma da Justiça

reforma do Poder Judicial,
 registo Notariado e Identificação,
 serviços Judiciários e Penitenciários,
 cooperação Judiciária Internacional

c) reforma do Sistema Estatístico Nacional:

melhoria dos métodos de produção e difusão da informação estatística oficial que proporcione um nível mais elevado de satisfação

das necessidades dos utilizadores e de acessibilidade à informação disponível

d) reforma do Sector Empresarial do Estado

continuação do processo de privatização de empresas públicas não estratégicas - privilegiando critérios de mercado na alienação dos activos públicos e reestruturação das estratégicas;
 dar preponderância ao critério da capacidade técnica e de gestão para a provisão dos órgãos sociais das empresas públicas

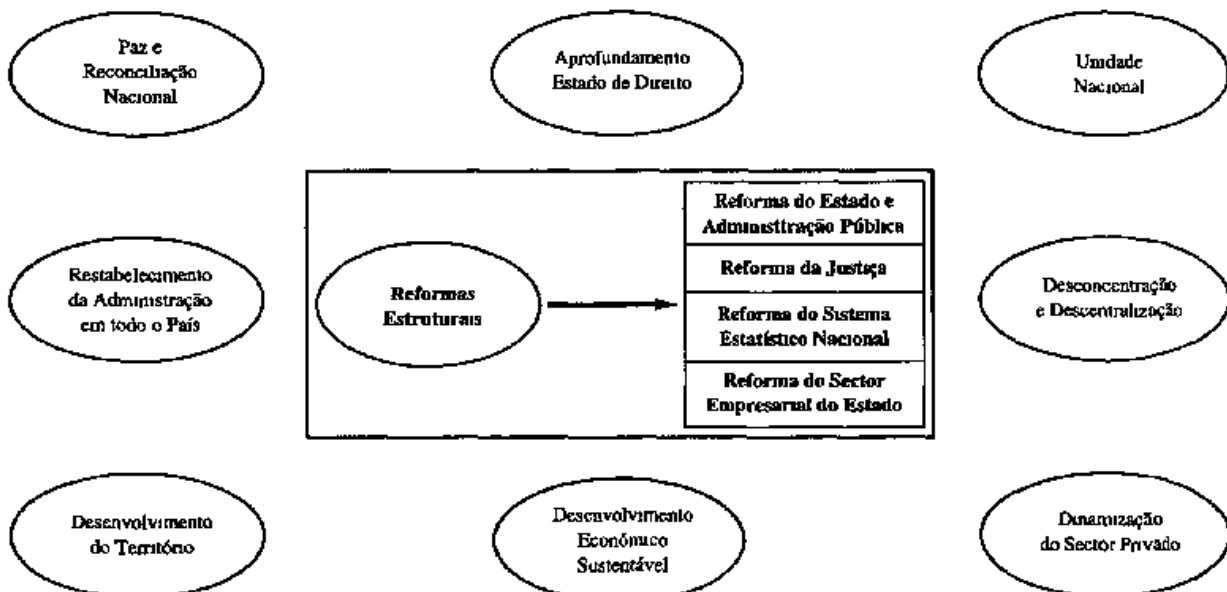
7.4.2. Objectivos

As reformas institucionais e jurídicas, promovidas no âmbito do Programa do Governo para o biénio 2005-2006, visam prosseguir os seguintes objectivos

o restabelecimento da Administração do Estado em todo o País,
 o desenvolvimento harmonioso do território,
 acelerar as principais reformas, em particular nas áreas da Administração Pública, Sistema Financeiro e Justiça

A prossecução das reformas constitui uma pré-condição essencial para a concretização de todos os restantes objectivos gerais e específicos deste Programa de Governo

As áreas que serão objecto prioritário de reformas institucionais e jurídicas



7.4.3. Metas e resultados esperados

7.4.3.1. Administração do Estado e capacitação institucional

A reforma da Administração do Estado visa criar as condições que tornem possível transformar a administração pública num meio de promoção do desenvolvimento económico e do bem estar social, num factor de garantia da ordem pública e da autoridade do Estado, num mecanismo indutor da cidadania e da participação dos cidadãos na vida administrativa e, finalmente, numa instituição que promova o aprofundamento das garantias efectivas dos direitos dos cidadãos

QUADRO 1

Administração do Estado e capacitação institucional: resultados esperados

Ação	Resultados esperados
Racionalização e reestruturação dos serviços públicos	Racionalização e reestruturação dos serviços públicos Rever a orgânica dos serviços públicos centrais do Estado Redimensionamento e reestruturação dos institutos públicos Formular normas visando o reforço da função reguladora da administração
Gestão dos recursos humanos	Garantir a gestão informatizada dos recursos humanos, em pelo menos 50% dos organismos da administração do Estado Formação em sala de 4000 formandos Criação da Escola Nacional de Administração Pública Encontrar soluções e resolver os problemas do domínio da política remuneratória Prosseguimento da reconversão profissional de funcionários públicos
Valorização do serviço público	Identificar actos e procedimentos passíveis de desburocratização Sensibilizar a opinião pública e os utentes dos serviços públicos para uma mais justa avaliação do papel da administração e do desempenho dos funcionários. Institucionalização do «prémio qualidade»

A reforma da Administração do Estado visa promover uma redefinição e um reordenamento da estrutura administrativa, proceder à valorização dos recursos humanos e desenvolver uma nova cultura de gestão e organização basicamente orientada para os resultados e com enfoque crescente na promoção das relações com o sector privado, a sociedade civil e os cidadãos

As acções a desenvolver privilegiarão três eixos essenciais: a racionalização e a reestruturação dos serviços, a capacitação e valorização dos recursos humanos e a valorização do serviço público. No quadro 1 apresentam-

-se, resumidamente, os resultados esperados decorrentes das acções a desenvolver no âmbito da reforma da Administração do Estado e da capacitação institucional

7.4.3.2. Desconcentração e Descentralização Administrativas

a) desconcentração administrativa

Efectuado o diagnóstico com o estudo sobre a macro-estrutura da administração local e elaborados os projectos de diplomas relativos à desconcentração administrativa, acções deverão ser orientadas na perspectiva da aprovação dos mesmos. Com a apresentação do relatório do estudo sobre o sistema racional de equidade financeira, está-se em condições de, durante o biênio, apresentar e discutir o projecto de revisão do Decreto executivo n.º 80/99, que visa dar suporte legal à desconcentração financeira. Paralelamente, deverão ser elaborados e aprovados, os seguintes diplomas: Parcerias Locais e a Geminação de Cidades e Municípios.

b) descentralização administrativa

Com a aprovação dos diplomas sobre a descentralização administrativa, será desenvolvida a experiência piloto para a criação de autarquias locais, tendo em atenção o princípio do gradualismo. Para o efeito, foram seleccionados 41 municípios que constam do quadro 2. Como critério de selecção, foram seleccionados os municípios sede das províncias e outros com relativa importância sócio-económica.

QUADRO 2

Experiência piloto para criação de autarquias locais: municípios seleccionados

Província	Municípios	Província	Municípios
Bengo (2)	Caxito (sede) Icolo e Bengo	Cuanza Sul (3)	Sumbe (sede) Gabala Porto Amboim
Benguela (5)	Benguela (sede) Lobito Cubal Ganda Bana Farta	Luanda	Todos
Bite (3)	Kuito (sede) Camacupa Andulo	Lunda Norte (2)	Lucapa Cuango

Provincia	Municípios	Provincia	Municípios
Cabinda (2)	Cabinda (sede) Kakongo	Lunda Sul (1)	Saurimo (sede)
Huambo (2)	Huambo (sede) Cnala	Malanje (2)	Malanje (sede) Kalandula
Huíla (3)	Lubango (sede) Chibia Matala	Namibe (2)	Namibe (sede) Tómbwa
Cunene (2)	Ondjiva (sede) Namacunde	Uíge (3)	Uíge (sede) Negage Sanza Pombo
Cuando Cubango (1)	Menongue (sede)	Zaire (2)	Mbanza Congo (sede) Soyo
Cuanza Norte (2)	Ndalatando (sede) Cambambe	Moxico (1)	Luena (sede)

c) normalização da administração local do Estado

Reposta a administração local do Estado a todas as localidades do País, acções deverão ser realizadas no sentido da manutenção do normal funcionamento da mesma, assim como a reabilitação das infra-estruturas sócio-económica, incluindo as vias de comunicação

Para a capacitação das administrações locais do Estado deve ser concretizado o Programa de formação de responsáveis, técnicos e administrativos no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL)

Deve ainda concretizar-se a modernização da rede VSAT em duas componentes, sendo uma da rede de dados integrada e outra da rede espacial, bem como o projecto de informatização das administrações locais do Estado

d) Formação e capacitação dos recursos humanos

No domínio dos recursos humanos, a nível local, vão continuar a merecer particular atenção as seguintes tarefas

supervisionar a correcta aplicação da legislação sobre a função pública e nos órgãos da administração local do Estado,

acompanhar a execução do programa de formação da administração local,

acompanhar o ingresso e acesso nas carreiras e categorias de regime geral da função pública nos serviços locais do Estado,

actualizar o cadastro e estatística do pessoal e quadros dos serviços administrativos dos Órgãos Locais do Estado,

realizar cursos de formação de administradores, responsáveis e técnicos da Administração Local do Estado

7.4.3.3. Reforma e capacitação institucional da Justiça

A reforma do sistema judiciário é um dos pilares básicos do reforço e consolidação do Estado Direito, promovendo a autoridade, confiança e credibilidade da justiça, evitando o incumprimento das normas legais e a violação dos direitos, estabelecendo os mecanismos de fiscalização da constitucionalidade das leis e promovendo o acesso dos cidadãos à justiça. As acções a desenvolver no âmbito da reforma da justiça privilegiarão três eixos essenciais a elaboração e revisão de legislação, a capacitação de recursos humanos e a criação de infra-estruturas de apoio ao sistema de justiça. No quadro 3 apresentam-se os resultados esperados decorrentes das acções a desenvolver no âmbito da reforma da justiça

QUADRO 3

Reforma e capacitação institucional da Justiça: resultados esperados

Ação	Resultados esperados
Elaboração e revisão da legislação	Ajustar a organização judiciária e os códigos (penal, civil, processual penal, processual civil, dos registos e notários) às regras, princípios e valores de um sistema judicial moderno para a futura constituição e diminuir o excessivo formalismo hoje prevalecente e a abundância da legislação extravagante. Melhorar o acesso à justiça, com o funcionamento célere dos Tribunais e aumento da autoridade, confiança e credibilidade da justiça, com a tutela efectiva dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e das instituições, Estabelecer os mecanismos de fiscalização da constitucionalidade dos actos de natureza jurídico-constitucional criação do Tribunal Constitucional, elaboração do estatuto do provedor de justiça e da alta autoridade contra a corrupção
Recursos humanos (formação profissional - Programa FIR - PALOP)	Complementar a formação académica com a formação profissionalizante, Prestação de serviços judiciais de qualidade e eficiência com custos equilibrados, ajustados ao desenvolvimento económico que se vai alcançando, Ter profissionais de direito na área da justiça e outras, com experiência, formação complementar e permanente
Criação de infra-estruturas (tribunais, residências oficiais, serviços administrativos e instituições de internamento de menores delinquentes. Aquisição de equipamentos e materiais)	Levar os serviços da justiça a todo o território nacional, Viabilizar a rotação de quadros, Tornar efectiva as medidas de protecção social e de prevenção criminal de menores, Funcionamento célere dos serviços de justiça, com a satisfação da demanda dos cidadãos, empresas e instituições, bem como a diminuição do fenómeno das crianças de rua em situação de perigo social, quer como vítimas, quer como agentes de infracções criminais

7.4.3.4. Criação das condições materiais e técnicas para a realização das eleições gerais

No início de 2003 foi elaborado um estudo de diagnóstico que identificou as tarefas desenvolvidas para a realização das próximas eleições, tendo estabelecido o respectivo cronograma de realização e procedido à estimação de custos. Este estudo foi apreciado e aprovado pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros e do Conselho da República, o que permitiu a inclusão dos custos eleitorais no Orçamento do Estado. No que concerne à produção legislativa, considera-se necessário a aprovação dos seguintes projectos de diplomas:

Lei do Registo Eleitoral,
 Lei Eleitoral,
 Código de Conduta de Observação Nacional e Internacional,
 Alteração à Lei dos Partidos Políticos,
 Alteração à Lei da Nacionalidade,
 Alteração à Lei do Direito de Antena e de Resposta e Réplica Política dos Partidos Políticos,
 Lei de Imprensa,
 Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos,
 Alteração à Lei das Associações,
 Lei do Código de Conduta Eleitoral

Por outro lado, deverão ser criadas condições técnico-materiais para a realização do Registo Eleitoral, nomeadamente:

Reinstalação dos Gabinetes de Apoio do Processo Eleitoral,
 Formação de Formadores para o Registo Eleitoral,
 Formação de Membros das Mesas de Voto,
 Campanha de Educação Cívica de Registo Eleitoral
 Publicação dos Cadernos de Registo Eleitoral

7.4.3.5. Reforma do Sistema Estatístico Nacional

As acções a desenvolver, no contexto da reforma do Sistema Estatístico Nacional, visam atingir os seguintes resultados:

Desenvolvimento das infra-estruturas de produção e difusão estatística
 Revisão dos comandos legais, dos princípios orientadores e do modelo organizativo do Sistema Nacional de Estatística,
 Montagem do Sistema de Inquéritos: realização do inquérito aos agregados familiares em todo o território nacional e dos 1.º e 2.º inquéritos à produção industrial, bem como dos 2.º e 3.º inquéritos harmonizados às empresas,

Produção de outras estatísticas correntes, designadamente implementação do projecto de estatísticas do comércio externo, do projecto do IPC - agregado,

Instalação dos serviços provinciais do INE e preparação do próximo recenseamento geral da população e habitação

7.4.3.6. Reforma do sector empresarial do Estado

Nos quadros 4 e 5 apresentam-se as grandes linhas de acção e alguns dos resultados esperados decorrentes da prossecução da reforma do sector empresarial do Estado

QUADRO 4

Acções e resultados esperados a desenvolver no âmbito da reforma do sector empresarial do Estado

Acção	Resultados esperados
Enquadramento legal	As medidas que têm em vista a melhoria do quadro jurídico-legal actual, elas deverão centrar-se na sistematização e melhoria da legislação actual aplicável às empresas públicas consubstanciando-se, sobretudo, em: Aprovação do Estatuto do Gestor Público, Revisão do Decreto n.º 78/01, de 19 de Outubro, sobre o Contrato-Programa, Revisão da Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro - Lei das Empresas Públicas e do Decreto n.º 8/02, de 12 de Abril, que o regulamenta e Revogação de eventual legislação redundante
Quadro institucional e organizacional	A reorganização do sector empresarial do Estado deve obedecer a legislação em vigor. Nestes termos, para se adequar a organização das empresas estatais ao quadro legal actual, será necessário adoptar as seguintes medidas: Regularização da nomeação dos Conselhos de Administração e dos Conselhos Fiscais das empresas estatais já estruturadas nos termos da Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro - Lei das Empresas Públicas. Isso inclui a observância das disposições legais quanto ao limite dos mandatos e a sua renovação. Levantamento e registo pelo Ministério das Finanças, com o concurso dos Ministérios de tutela e dos Governos provinciais, do universo de empresas públicas que mantêm o figurino de UEE, nos termos da revogada Lei n.º 11/88, de 9 de Julho, e caracterização da sua situação. Em função dessa caracterização deverá proceder-se do modo seguinte: Estruturação, nos termos da Lei n.º 9/95 de 15 de Setembro - Lei das Empresas Públicas, das empresas que, sendo viáveis, não devem, no interesse do Estado, ser privatizadas; Inclusão das empresas com algum valor de mercado, mas que não interessa ao Estado manter a titularidade no Programa de Privatizações, e Liquidação ou extinção das empresas sem valor de mercado, inoperantes ou desactivadas, procedendo-se a venda no mercado dos activos com valor

Acção	Resultados esperados
	Imposição pelos Ministérios de tutela e das Finanças da observância rigorosa dos deveres e obrigações estabelecidos para as empresas públicas na legislação em vigor, assumindo também aqueles a plenitude das suas atribuições em relação a tutela e superintendência das mesmas
Medidas económicas e financeiras	<p>Para as empresas estatutárias já estruturadas como EP e para aquelas que, no âmbito das medidas acima propostas, vierem a ser estruturadas como EP, será necessário tomarem-se providências para que elas possam realizar as suas funções dentro do princípio da racionalidade económica. Assim, tendo em conta alguns dos constrangimentos de natureza económica e financeira apontados, avança-se como necessário a tomada das seguintes medidas:</p> <p>Apresentação pelas empresas da sua estrutura orgânica e do correspondente quadro de pessoal, incluindo as categorias ocupacionais e seu preenchimento actual, e determinação, com base nisso, do número e categoria do pessoal excedentário</p> <p>Aprovação pelo Ministério das Finanças do quadro de remunerações para cada empresa. Preparação, caso a caso, de um Plano de Santamento de Recursos Humanos excedentários, com a intervenção dos Ministérios de tutela, da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças</p> <p>Levantamento e regularização, caso a caso, com a intervenção do Tesouro Nacional, da dívida intra-sector público</p> <p>Levantamento e regularização, caso a caso, da dívida das empresas a terceiros decorrente da realização de actividades fiscais (dívida quase fiscal) pelas empresas</p> <p>Aprovação, nos termos da lei, dos planos de actividade, dos orçamentos e do programa de investimentos para as empresas</p>
Medidas no âmbito da superintendência	<p>O Ministério das Finanças deverá assegurar o exercício efectivo da superintendência e do direito de propriedade sobre as empresas públicas nos termos da legislação em vigor, nomeadamente (i) a Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro - Lei das Empresas Públicas, (ii) o Decreto n.º 8/02, de 12 de Abril - Regulamento da Lei das Empresas Públicas, (iii) o Decreto n.º 48/02, de 24 de Setembro - Normas a observar pelas empresas públicas no âmbito do cumprimento do disposto na Lei do Orçamento Geral do Estado, (iv) o Decreto n.º 78/01, de 19 de Outubro - Contrato-Programa, (v) a Resolução n.º 22/01, de 4 de Dezembro - Regularização da Dívida Intra-Sector Público de Janeiro de 1991 a Outubro de 2000, e (vi) o Decreto executivo n.º 42/01, de 6 de Julho - Regulamento de Funcionamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas. Como medidas para tornar mais próximo das empresas o acompanhamento do seu desempenho pelo Ministério das Finanças, há a considerar o seguinte:</p> <p>Tornar o administrador designado pelo Ministro das Finanças nos Conselhos de Administração das EP em administrador delegado, com funções não executivas e com a principal missão de acompanhar permanentemente a administração da empresa, servindo de elo de ligação entre esta e o Ministério das Finanças. Em razão disso, esse administrador não deverá pertencer aos quadros da empresa para a qual for designado</p>

Acção	Resultados esperados
	<p>Instituir uma espécie de «Assembleias Gerais» das empresas públicas para onde devem ser levados a discussão os principais instrumentos de gestão das empresas, nomeadamente os planos, os orçamentos, os relatórios e contas e o parecer dos Conselhos Fiscais. As assembleias devem ser presididas pelo Ministro do Planeamento ou seu representante e ter a participação do Ministro das Finanças ou seu representante, dos Ministros de tutela ou seus representantes, de responsáveis do Ministério das Finanças e dos Ministérios de tutela com responsabilidades directas sobre as empresas públicas, para além dos membros dos órgãos sociais da empresa, designadamente o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. As deliberações das assembleias devem ser tomadas por consenso e, na falta deste, por voto, cabendo ao Ministério de tutela e ao Ministério das Finanças um voto cada, sendo este último, em situação de empate, qualificado</p> <p>Deve-se ainda considerar que nenhum fluxo financeiro deverá ocorrer entre instituições do sector público administrativo para as empresas públicas, na forma de capitalização, transferências ou subsídios se não por via e autorização do Ministério das Finanças</p>

1.4. Resultados esperados e programação financeira

Acção	Exo	Custos (milhões Ka)		
	Resultados esperados	2005	2006	Total
	Exo 1 — Administração do Estado e capacitação institucional	10 146,7	14 874,0	25 020,7
Acção 1 — Racionalização e reestruturação dos serviços públicos	Rever a orgânica dos serviços públicos centrais do Estado Rendimensionamento e reestruturação dos institutos públicos Formular normas visando o reforço da função reguladora da administração			
Acção 2 — Gestão dos recursos humanos	Garantir a gestão informatizada dos recursos humanos, em pelo menos 50% dos organismos da administração do Estado Formação em sala de 4000 formandos Criação da escola nacional de administração pública Encontrar soluções e resolução dos problemas do domínio da política remuneratória definidas para o ano em todos os domínios Prosseguimento da reconversão profissional de funcionários públicos			
Acção 3 — Valorização do serviço público	Identificar actos e procedimentos passíveis de desburocratização Sensibilizar a opinião pública e os utentes dos serviços públicos para uma mais justa avaliação do papel da administração e do desempenho dos funcionários			

Acção	Eixo	Custos (milhões Kz)		
		2005	2006	Total
	Eixo 2 — Desconcentração e descentralização administrativa	0	0	0
	Eixo 3 — Reforma e capacitação institucional da justiça	2 399,4	1 507,3	3 906,7
Acção 1 — Elaboração e revisão de legislação	Ajustar a organização judicial e os códigos (penal, civil, processual penal, processual civil, dos registos e notariados) às regras, princípios e valores de um sistema judicial moderno para a futura constituição e diminuir o excessivo formalismo hoje prevalente e a abundância da legislação extravagante. Melhorar o acesso à justiça, com o funcionamento célere dos Tribunais e aumento da autoridade, confiança e credibilidade da justiça, com a tutela efectiva dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e das instituições			
Acção 2 — Recursos humanos (formação profissional — Programa PIR-PALOP)	Complementar a formação académica com a formação profissionalizante, Prestação de serviços judiciais de qualidade e eficiência com custos equilibrados, ajustados ao desenvolvimento económico que se vai alcançando, Ter profissionais de direito na arca da justiça e outras, com experiência, formação complementar e permanente			
Acção 3 — Criação de infra-estruturas (tribunais, recções oficiais, serviços administrativos e instituições de internamento de menores delinquentes — aquisição de equipamentos e materiais)	Levar os serviços da justiça a todo o território nacional, Viabilizar a rotação de quadros, Tornar efectiva as medidas de protecção social e de prevenção criminal de menores, Funcionamento célere dos serviços de justiça, com a satisfação da demanda dos cidadãos, empresas e instituições, bem como a diminuição do fenómeno das crianças de rua em situação de perigo social, quer como vítimas, quer como agentes de infracções criminais			
	Eixo 4 — Reforma do sistema estatístico nacional Realização do inquérito aos agregados familiares em todo o território nacional e dos 1.º e 2.º inquéritos à produção industrial, bem como dos 2.º e 3.º inquéritos harmonizados às empresas.	769,3	955,6	1 724,9

Acção	Eixo	Custos (milhões Kz)		
		2005	2006	Total
	Produção de outras estatísticas correntes, designadamente implementação de projectos de estatísticas do comércio externo, do projecto do IPC-Agregado Instalação dos serviços provinciais do INE Desenvolvimento das infra-estruturas de produção e difusão estatística			
	Eixo 5 — Reforma do Sector Empresarial do Estado	0	0	0

7.5. Sub-programa integrado de habitação, urbanismo, saneamento básico e ambiente:

7.5.1. Âmbito do sub-programa:

Durante a situação de guerra prolongada e de grande instabilidade que o País atravessou desde a sua independência, o Estado Angolano não reunia as condições mínimas para atender como prioritárias as áreas do ordenamento do território e urbanismo, habitação, geodesia e cartografia, ambiente, recursos naturais, saneamento básico, sistemas de águas residuais e das chuvas que integram este sub-programa

Com a paz e a estabilidade em 2002, começam a estruturar-se as condições que vão permitir a definição de estratégias integradas para este conjunto de áreas com um impacto decisivo na qualidade de vida e bem-estar das pessoas e sob múltiplas ópticas no desenvolvimento económico, as quais ainda se encontram numa situação, embora diferenciada, de bastante precariedade, designadamente em termos de conhecimento e avaliação das potencialidades e de falhas na constituição de instrumentos de intervenção e gestão

A definição de estratégias integradas de ordenamento do território que facilitem e orientem a promoção de diferentes usos e actividades tem um duplo objectivo

Protecção dos recursos e património naturais,
Valorização desses mesmos recursos

Para a implementação da estratégia de forma ajustada através de eixos e acções de forma a reverter os resultados em benefício das populações, é necessário que o País seja dotado de instrumentos adequados, — os planos integrados de ordenamento, de urbanismo e os correspondentes programas de intervenção

Nas zonas urbanas, a situação habitacional é claramente preocupante, fruto da pressão demográfica, decorrente dos movimentos de deslocação das pessoas do campo para as

idades, pelo que uma parte importante da população vive até com alguns riscos da sua integridade física. Assim, uma prioridade deste sub-programa consiste em melhorar as condições de habitabilidade nos musseques e prédios degradados, bem como a construção de habitação social para alojar as camadas mais carenciadas como os sem abrigo e os deslocados. Mas deve avançar-se com método e realismo pelo que as orientações estratégicas no domínio do urbanismo são fundamentais.

No campo do saneamento básico estima-se que menos de 59% da população tenha acesso a sistemas de saneamento. Luanda é uma cidade com um sistema de escoamento misto das águas residuais e das chuvas, formatado originariamente para 400 000 pessoas. Esta situação fez aparecer serviços privados não regulados que operam o despejo das fossas de águas residuais. Nas restantes zonas urbanas a percentagem da população com acesso a sistemas de saneamento é estimada em 74% enquanto nas zonas rurais não atinge 25%.

No domínio do ambiente, definir as medidas que permitam responder ao equacionamento das necessidades básicas de ambiente, de maneira a que, no futuro, as políticas ambientais possam vir a centrar-se na qualidade e na conservação da natureza e na integração das preocupações ambientais nas diferentes políticas sectoriais. Deste modo, começam a lançar-se as bases do desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a implementação deste sub-programa deve conduzir à realização de várias metas e resultados, entre eles uma maior integração das acções a realizar em todos os seus domínios pelos diferentes órgãos/Ministérios/ Governos Provinciais que para eles concorrem e por conseguinte, a uma racionalidade económica dos meios materiais, humanos e financeiros aplicados e a um melhor desempenho em termos globais e específicos. Em suma, produzir mais e melhor com os mesmos recursos materiais financeiros e humanos.

7.5.2. Objectivos

Este programa integrado, tendo como foco o ordenamento do território, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, relevando portanto as vertentes de ambiente, urbanismo e habitação e conservação da natureza, para que o uso/utilização dos recursos e do património naturais se processe de forma

equilibrada, procura responder a objectivos definidos no capítulo das políticas e medidas de política do respectivo sector.

7.5.3. Metas

Com este programa as metas globais a atingir, durante o período de 2005/2006 prendem-se com

execução de cartografia das cidades, vilas e povoações às escalas 1 2000, 1 5000, 1 10 000

concluir as obras em curso de combate às ravinas em diversos pontos do País,

prosseguir com a construção de habitação social com vista a melhorar as condições de alojamento e conforto das populações,

quanto à habitação no Quadro 1 apresenta-se a quantificação das metas a atingir,

produção legislativa necessária ao enquadramento da intervenção e actuação nestes domínios, proporcionando aos diferentes sectores as orientações e as preocupações em matéria de ordenamento e ambiente.

QUADRO 1
Habitação

Investimento	Ação	Provincias
Infra-estruturas de apoio a construção de habitação	Infra-estrutura da Vila Camama com vista a construir 6060 residências de renda elevada e 18 480 de renda média	Luanda
Construção de habitação	Construção de 5130 casas sociais, promoção da auto-construção e da construção, sob forma cooperativa Construção de 300 casas Bauer tipo C	Luanda e outras provincias Viana
Construção de equipamento social do Projecto Nova Vida e implementação da 2ª fase	Construção de 1762 residências	
Disponibilidade de habitação social	4400 famílias, sendo 1800 em Luanda e 3400 nas outras 17 provincias	

7.5.4. Resultados esperados e programação financeira

No quadro 2 estão recensados os custos apresentados pelos diferentes sectores que confluem para implementar as acções tipificadas, no período 2005/2006.

QUADRO 2

Eixos prioritários/acções	Resultados esperados	Custos (milhões Kz)		
		2005	2006	Total
Eixo 1 — Urbanismo	Implementação da lei de ordenamento do território Levantamento do uso dos solos Reabilitação da sede do INOTU	1 866,0	0	1 866,0
Eixo 2 — Habitação	Elaboração da lei quadro da habitação Melhoria das condições de habitabilidade nos muestrejos Promoção da construção de habitação social Manutenção de edifícios	3 026,6	1 676,1	4 702,8
Eixo 3 — Cartografia e cadastro	Reabilitação e apetrechamento das infra-estruturas do IGCA Modernização da rede geodésica Levantamento e reposição de marcos geodésicos transfronteiriços Implementação da SIG	9,1		9,1
Eixo 4 — Ambiente	Elaboração da política e estratégia nacional do ambiente Relatório do estado geral do ambiente Programa nacional de gestão ambiental Programa de combate à desertificação Programa nacional de gestão de resíduos Programa de combate à desertificação	872,7	312,4	1 185,1
Eixo 5 — Recursos naturais	Reabilitação fazenda dos parques nacionais existentes Estratégia de conservação da biodiversidade Criação de áreas prioritárias de conservação, utilização sustentável de recursos e partilha de benefícios	0	0	0
Eixo 6 — Saneamento básico e águas residuais e das chuvas	Reabilitar os sistemas de saneamento de Luanda e de outras cidades de acordo com planos directores Recolha e tratamento de resíduos sólidos Melhoria das condições dos bairros periféricos das cidades Reparação de arruamentos e obras de drenagem e controlo de ravinas	7 148,2	1 677,8	8 826,1
Eixo 7 — Domínio institucional	Produção legislativa no domínio do urbanismo, ordenamento do território, habitação e ambiente Instalação dos órgãos centrais do Ministério do Urbanismo e Ambiente Instalação dos órgãos tutelados nas províncias Estabelecimento de uma base de dados sobre ambiente e recursos naturais Assistência técnica no domínio do urbanismo, ordenamento do território, habitação e ambiente			

7.6. Sub-programa de desenvolvimento do sistema financeiro

7.6.1. Âmbito do sub-programa

O sistema financeiro nacional é, ainda, muito primário e subdesenvolvido. A instabilidade política e social e a instabilidade macroeconómica, associadas às limitações de um sistema de economia centralizada, que ditaram a existência inicial de um banco universal de monopólio da indústria seguradora, foram determinantes para essa situação.

De entre as instituições financeiras bancárias predominam os bancos comerciais, enquanto que entre as instituições financeiras não bancárias existem apenas instituições seguradoras e fundos de pensões cujo surgimento é recente, mercê da liberalização do sector segurador, a partir do ano de 2001 e da regulamentação dos fundos de pensão feita em 1998. Não existe outro tipo de instituições financeiras bancárias, como, por exemplo, sociedades de locação financeira, sociedades de cessão de crédito, sociedades cooperativas de crédito e mediadoras dos mercados monetários, também não existem instituições financeiras não bancárias como as sociedades de capital de risco, as sociedades de investimento e as sociedades gestoras de fundos de investimento.

No ano de 1997 o Ministério das Finanças, no âmbito da política do Governo e visando impulsionar o desenvolvimento do sistema financeiro nacional, instituiu o Núcleo do Mercado de Capitais e Bolsa e Valores (NMC) cuja função é promover o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Sendo assim, avalia-se necessária a sistematização das acções de desenvolvimento do sistema financeiro de modo a assegurar-se o seu desenvolvimento de forma equilibrada e dinâmica.

7.6.2. Objectivo geral do sub-programa

O Sub-Programa de Desenvolvimento do Sistema Financeiro tem como objectivo geral o estabelecimento e aplicação de um quadro legal de estruturação, organização, funcionamento, controlo e fiscalização do sistema financeiro que permita o seu desenvolvimento harmonioso, equilibrado e dinâmico.

7.6.2.1 — Objectivos e metas específicas

Objectivos específicos	Metas	Projectos ou Actividades	Calendário/Orçamento		Instituição responsável
			2005	2006	
Criação de um quadro legal abrangente de regulação do sistema financeiro nacional	Revisão da Lei n.º 1/99, de 23 de Abril - Lei das Instituições Financeiras, sendo harmonizada com a Lei n.º 1/00 - Lei Geral da Actividade Seguradora, com o Decreto-Lei n.º 24/98 - Regulamento dos Fundos de Pensões e com a Lei de Valores Mobiliários	Preparação e aprovação da nova Lei das Instituições Financeiras	X	—	Banco Nacional de Angola
		Preparação e aprovação de uma Lei de Valores Mobiliários	X	—	Ministério das Finanças
	Compatibilização da legislação em vigor com a necessidade de instituição do mercado de capitais e da bolsa de valores	Preparação e aprovação de uma Lei de Falências	X	—	Ministério da Justiça
		Revisão das disposições da Lei de Delimitação das Actividades Económicas, no que se refere aos sectores que constituem reserva do Estado			Ministério das Finanças
		Revisão das disposições da Lei do Investimento Privado, relativamente aos critérios e montantes mínimos para aprovação em Conselho de Ministros e venda de posições patrimoniais	X	—	
		Revisão das disposições da Lei das Sociedades Comerciais, nomeadamente no que se refere a indexação ao dólar, a limitação no valor mínimo das acções, a emissão de obrigações e a variabilidade do capital	X	—	Ministério da Justiça
		Revisão das disposições da Lei das Empresas Públicas, no que concerne a forma de constituição, liquidação e governação das empresas públicas	X	—	Ministério das Finanças
		Revisão das disposições da Lei das Privatizações, quanto a possível primazia do ajuste directo do que a livre negociação no mercado de acções que possibilitaria obter, mediante oferta e procura, os melhores preços nas privatizações	X	—	
		Melhorar a regulamentação e a normalização da actividade de contabilidade e de auditoria			
		Instituição da Ordem do Contabilista e Auditores	X	—	

Objectivos específicos	Metas	Projectos ou Actividades	Calendarário/Orçamento		Instituição responsável
			2005	2006	
Adequação do modelo de supervisão das instituições financeiras	Estabelecimento de três entidades de supervisão e definição do seu âmbito de actuação	Redefinição do âmbito de actuação da supervisão bancária para cobrir sociedades de locação financeira, sociedades de cessão de crédito, sociedades cooperativas de crédito, casas de câmbio, sociedades mediadoras dos mercados monetários ou de câmbios, sociedade de micro-crédito, sociedades prestadoras de serviços de pagamento e compensação de valores monetários e outras ligadas ao mercado monetário e ao crédito	X	—	Ministério das Finanças
		Redefinição do âmbito de actuação da Supervisão de Seguros para cobrir sociedades seguradoras, sociedades gestoras de fundos de pensões	X	—	
		Definição do âmbito de actuação da Supervisão do Mercado de Capitais para cobrir sociedades corretoras, sociedades gestoras de participações sociais (empresas), sociedades de capital de risco, sociedades de investimento, sociedades gestoras de patrimónios, sociedades gestoras de fundos de investimento, sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos, sociedade de gestão e investimento imobiliário e sociedades de compensação ou câmaras de compensação de valores mobiliários	X	—	
Promover o surgimento do mercado de capitais	Aumento do número de empresas cujo capital é aberto	Incentivar as empresas a transformarem-se em sociedades abertas	X	X	Ministério da Justiça
	Aumento da actividade de intermediação financeira	Fomentar o surgimento de depositários de títulos e valores mobiliários, bem como a desmaterialização dos títulos	X	—	Ministério das Finanças
		Incentivar o surgimento de intermediários financeiros, assim como a criação de divisões de finanças empresariais e mercados nos bancos comerciais, de investimento e nas companhias de seguro	X	—	
	Implantação de uma instituição de formação e treinamento de profissionais operadores do mercado de capitais	Instituição do Instituto do Mercado de Capitais	X	—	
	Treinar e credenciar os trabalhadores da supervisão da bolsa de outros operadores do mercado de capitais	X	X		

Objectivos específicos	Metas	Projectos ou Atividades	Calendário/Orçamento		Instituição responsável	
			2005	2006		
Instituição e desenvolvimento do mercado de capitais e da bolsa de valores	Implantação da Comissão do Mercado de Capitais	Preparação e aprovação do diploma orgânico da Comissão do Mercado de Capitais	X	—	Ministerio das Finanças	
		Elaborar as normas de supervisão e prestação de informação dos intervenientes do mercado de capitais	X	X		
		Estabelecer os sistemas de negociação, compensação e liquidação de valores mobiliários em rede informática	X	X		
		Preparar a infra-estrutura e logística necessárias ao funcionamento do mercado de capitais	X	X		
		Promover a avaliação primária das empresas angolanas	X	—		
		Divulgar os princípios de boa governança, corporativa e outros códigos de boas práticas aceites internacionalmente nos mercados de capitais	X	X		
		Certificar os primeiros corretores e distribuidores	X	—		
	Implementação da bolsa de valores	Instituição da Bolsa de Valores	X	—		
		Preparar um conjunto de 10 empresas para listar em bolsa	X	—		
		Promover os mecanismos de incentivo das transações na bolsa e no mercado de balcão	X	X		
	Desenvolvimento do sector segurador	Instituição de seguros de protecção social mínima	Implementação do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel	X		—
			Implementação do seguro obrigatório de responsabilidade civil aviação	X		—
			Regulamentação do seguro obrigatório de acidentes de trabalho e doenças profissionais	X		—
Instituição do Fundo de Garantia Automóvel			X	—		
Expansão do mercado de seguros		Elaboração de diplomas para o estabelecimento, de entre outros, os seguintes seguros obrigatórios de responsabilidade civil De escolas, e De atletas de alta competição	X	X		

Objectivos específicos	Metas	Projectos ou Actividades	Calendário/Orçamento		Instituição responsável
			2005	2006	
		Estudos e elaboração de enquadramento básico sobre seguros com condições especiais de funcionamento, nomeadamente Organização macro de seguro agrícola, Seguro de crédito à exportação, Contribuições dos seguradores para os serviços de prevenção rodoviária, dos serviços e equipamentos de bombeiros e serviços de ambulâncias	—	X	Ministério das Finanças
Desenvolvimento dos fundos de pensões	Aumento da constituição de fundos de pensão complementar pelas empresas e serviços públicos	Instituição do Fundo de Actualização de Pensões	X	—	
		Promoção da constituição pelas empresas e pelos serviços públicos de fundos de pensão complementares com base nos seus fundos sociais	X	X	

VIII. Orçamento global e financiamento:

O Programa Geral do Governo 2005-2006 na óptica dos sub-programas está orçado em Kz 364 323 495 264,35, distribuídos pelos sub-programas como se indica no seguinte quadro

Orçamento do programa

Sub-programa integrado	Custo (Kwanzas)	%
(i) Relançamento da actividade económica	231 107 708 204 32	63,4
(ii) Melhoria dos serviços sociais	72 255 148 245 65	19,8
(iii) Assistência social	3 206 039 632 00	0,8
(iv) Reformas e capacitação institucional	30 652 495 495,51	8,4
(v) Habitação urbanismo saneamento básico e ambiente	16 589 370 637 87	4,5
(vi) Outros projectos	10 512 633 049,00	2,8
Total	364 323 495 264,35	100

Do valor global do Programa, Kz 10 512 633 049,00 correspondem a projectos que, pela sua especificidade, concorrem para o alcance dos objectivos, quer do sub-programa de melhoria dos serviços sociais, quer do de relançamento da actividade económica

As acções que vão ser implementadas no quadro do programa estão orientadas prioritariamente para a criação das condições fundamentais que tornarão irreversível o crescimento económico, em especial do sector não

petrolífero e a melhoria dos indicadores sociais. Nessa perspectiva, o sub-programa integrado de relançamento da actividade económica absorve 63,4% dos recursos financeiros, enquanto que aos sub-programas integrados de melhoria dos serviços sociais, de assistência social e da habitação, urbanismo, saneamento básico e ambiente, cabem 19,8%, 0,8% e 4,5%, respectivamente

Para a criação das condições institucionais indispensáveis ao relançamento da actividade económica e à melhoria dos serviços sociais, tendo em vista o aumento dos rendimentos da população e concomitantemente a melhoria do seu bem-estar, são alocados ao reforço da capacidade institucional e às reformas jurídicas cerca de 8,4% do total de recursos financeiros, por forma a promover o aumento da produtividade, em particular no sector da administração pública

O financiamento do Programa Geral do Governo 2005-2006 será assegurado predominantemente mediante recursos provenientes da ajuda pública ao desenvolvimento correspondendo em cerca de 61% do total dos recursos financeiros, sob a forma de mecanismos de crédito bilaterais e multilaterais, sendo que a China assegurará um volume de recursos correspondente a cerca de 79% do total, seguido do Brasil com 10%. A nível multilateral, a Comunidade Europeia assegurará recursos na ordem dos 1,5% e o Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento recursos na ordem dos 1,7% e 0,2%, respectivamente. Além dos recursos provenientes da ajuda pública ao desenvolvimento, o programa contará, também, com recursos ordinários do tesouro que financiarão principalmente a totalidade das despesas de funcionamento

O Presidente da República, JOSE EDUARDO DOS SANTOS

Programa Geral do Governo — 2005/2006

Unidade Monetária: Kz

Código	Designação do projecto	Localização		Ano		Total	Entidade Financiadora
		Província	Município	2005	2006		
	<i>Total geral</i>			210 209 852 178,58	143 600 910 036,77	353 810 762 215,35	
	<i>Projectos em curso</i>			104 865 803 970,57	56 287 330 296,18	161 153 134 266,75	
	<i>Projectos novos</i>			105 344 048 208,01	86 918 255 162,81	192 262 303 370,82	
	I. Subprograma integrado de reformas e capacitação institucional (infra-estruturas institucionais)						
	<i>Total do subprograma</i>			13 315 469 070,55	17 337 026 424,96	30 652 495 495,51	
	<i>Projectos em curso</i>			6 645 253 661,39	12 206 695 547,96	18 851 949 209,35	
	<i>Projectos novos</i>			6 670 215 409,16	5 130 330 877,00	11 800 546 286,16	
	Exo I — Administração do Estado e capacitação institucional						
	<i>Total do exo</i>			10 146 714 672,43	14 874 052 251,36	25 020 766 923,79	
753	Reabilitação do edifício Marginal/MINFIN	Luanda	Ingombota	18 991 089,90	18 991 089,90	17 982 179,80	
756	Reabilitação do 1.º Bairro Fiscal de Luanda	Luanda	Ingombota	40 000 000,00	40 000 000,00	80 000 000,00	
758	Reabilitação do 3.º Bairro Fiscal de Luanda	Luanda	Ingombota	40 000 000,00	40 000 000,00	80 000 000,00	
762	Reabilitação da Delegação Provincial de Finanças do Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	24 673 572,00	24 673 572,00	49 347 144,00	
769	Construção do Gabinete de Inspeção de Benguela	Benguela	Benguela	28 198 368,00	28 198 368,00	56 396 736,00	
778	Construção de edifícios auxiliares da Delegação Aduaneira de Porto Amboim	Cuanza-Sul	Porto Amboim	27 149 744,58	27 149 744,58	54 299 489,16	
1658	Construção do edifício DNEFA	Luanda	Ingombota	79 200 000,00	1 020 697 712,10	1 099 897 712,10	
1659	Construção do edifício MINSA	Luanda	Ingombota	79 200 000,00	738 999 388,60	818 199 388,60	
2762	Beneficição e renovação das instalações da Imprensa Nacional (2.ª Fase)	Luanda	Ingombota	506 028 000,00	378 112 398,67	884 140 398,67	
2764	Projecto de construção do edifício administrativo	Luanda	Kilamba Kiaxi	378 250 000,00	6 729 491 526,00	7 107 741 526,00	
2826	Reabilitação do edifício ex-Associação dos Comandos	Luanda	Ingombota	1 188 000,00	26 312 039,60	27 500 039,60	
2827	Reabilitação do edifício do ex-SAMM	Luanda	Marazga	1 188 000,00	38 276 423,90	39 464 423,90	
2992	Reabilitação da Reparação Fiscal da Casita	Huambo	Kadia	20 760 333,40	20 760 333,40	41 520 666,80	
2998	Reabilitação do Posto Avançado do Caundo	Luanda	Manongue	20 945 640,80	20 945 640,80	41 891 281,60	
3007	Reabilitação do edifício da Mutamba/MINFIN	Luanda	Ingombota	226 515 288,70	226 515 288,70	452 630 577,40	
3008	Reabilitação da Delegação P.F. da Luanda-Norte e Reparação Fiscal de Luanda	Luanda	Luanda-Norte	23 897 495,00	23 897 495,00	47 794 990,00	
3009	Reabilitação da Delegação Provincial de Finanças de Malauje	Malanje	Malauje (P)	10 601 454,20	10 601 454,20	21 202 908,40	
3072	Construção da Reparação Fiscal de Cacuaco	Luanda	Cacuaco	15 339 668,57	15 339 668,57	30 679 337,14	
3851	Construção da Reparação Fiscal do Caxanga	Luanda	Caxanga	69 776 652,50	69 776 652,50	139 553 305,00	
3852	Construção da Reparação Fiscal do Rocha Pinto	Luanda	Mananga	105 743 880,00	105 743 880,00	211 487 760,00	
3853	Construção da Reparação Fiscal do Palanca	Luanda	Kilamba Kiaxi	105 743 880,00	105 743 880,00	211 487 760,00	
3854	Reabilitação da Delegação Provincial de Finanças do Bié	Bié	Bié (P)	24 062 507,14	24 062 507,14	48 125 014,28	
3855	Construção do edifício das Alfândegas e Imposto de Manongue	Cuando Cubango	Manongue	119 402 463,60	119 402 463,60	238 804 927,20	
3857	Assistência técnica do sistema informático	Luanda	Mananga	239 400 000,00	235 600 000,00	475 000 000,00	
4012	Reabilitação da Reparação Fiscal do Kamacupa	Bié	Kamacupa	21 047 040,10	21 047 040,10	42 094 080,20	

Código	Designação do projeto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2005	2006		
4014	Construção da Repartição Fiscal do Dande	Bengo	Dande	20 567 250,00	20 567 250,00	41 134 500,00	BRA
4016	Reabilitação da Delegação P.F. e Repartição Fiscal do Zaire	Zaire	Mbanza Congo	30 992 472,90	30 992 472,90	61 984 945,80	
4061	Formação e capacitação de quadros públicos	Cabinda	Cabinda (P)	14 766 478,00	0,00	14 766 478,00	
4154	Reabilitação do edifício da Administração Comunal do Inhuca	Cabinda	Bicoo-Zau	1 966 649,00	0,00	1 966 649,00	
4157	Reabilitação do edifício do Administrador-Adjunto do Belize	Cabinda	Belize	1 951 283,00	0,00	1 951 283,00	
4160	Recuperação do edifício da Administração Comunal do Malambo	Cabinda	Cabinda (P)	3 315 000,00	0,00	3 315 000,00	
4166	Reabilitação do Palácio de Cabinda-Edifícios a, f, d	Cabinda	Cabinda (P)	222 490 633,00	0,00	222 490 633,00	
4182	Reabilitação e apetrechamento da Administração Municipal de Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	27 764 154,00	0,00	27 764 154,00	
4187	Construção e apetrechamento da Escola Nacional de Administração Pública	Luanda	Samba	843 038 378,94	180 000 000,00	1 023 038 378,94	
4322	Ações de Formação e Capacitação Técnica de Administração Local	Luanda	Luanda (P)	150 000 000,00	—	150 000 000,00	
4514	Reabilitação do edifício da Direcção Provincial MAPESS	Huambo	Huambo (P)	6 499 285,00	0,00	6 499 285,00	
4631	Reabilitação do edifício sede da Administração de Kamucupa	Bié	Kamucupa	50 888 667,00	0,00	50 888 667,00	
4636	Reabilitação do edifício sede da Administração Municipal do Andulo	Bié	Andulo	7 412 673,00	0,00	7 412 673,00	
4715	Controlo da ajuda externa e outros	Nacional	Nacional	36 038 313,00	0,00	36 038 313,00	
4733	Constituição da Repartição Fiscal da Kabama	Cunene	Kabama	2 682 000,00	0,00	2 682 000,00	
4742	Reabilitação do edifício da Direcção Provincial dos Transportes	Malanje	Malanje	1 209 600,00	0,00	1 209 600,00	
4790	Reabilitação do edifício da Administração Municipal de Malanje	Malanje	Malanje	15 138 000,00	0,00	15 138 000,00	
4792	Reabilitação da Direcção Provincial de Obras Públicas	Malanje	Malanje	1 512 000,00	0,00	1 512 000,00	
4796	Inform. dos Serviços Municipais, Comunas e Form. de Utilizadores	Bengo	Bengo (P)	2 592 000,00	0,00	2 592 000,00	
4803	Reabilitação/Adequação das Instalações do Governo no Sassa	Bengo	Dande	30 900 000,00	0,00	30 900 000,00	
4919	Reabilitação das infra-estruturas das Administrações Municipais e Comunas	Bengo	Bengo (P)	14 100 020,00	0,00	14 100 020,00	
5031	Ponte Sobre o Rio Dzinge	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte (P)	655 040 000,00	0,00	655 040 000,00	
5052	Recalagem das Ruas das Capitais das Províncias	Nacional	Nacional	174 000 000,00	174 000 000,00	348 000 000,00	
5053	Conclusão 1ª Fase Soluções Postuais	Nacional	Nacional	174 000 000,00	174 000 000,00	348 000 000,00	
5071	Reabilitação dos edifícios do Uíge/Saurimo/Menongue	Nacional	Nacional	93 614 103,00	0,00	93 614 103,00	
5073	Reabilitação do edifício sede do MINOP	Luanda	Ingonbota	70 598 438,00	0,00	70 598 438,00	
5079	Reabilitação dos edifícios dos Governos Provinciais	Nacional	Nacional	478 500 000,00	304 500 000,00	783 000 000,00	
5080	Reabilitação dos Palácios dos Governadores	Nacional	Nacional	261 000 000,00	174 000 000,00	435 000 000,00	
5081	Reabilitação dos edif. das Adminis. Municipais e Residências dos Administradores	Luanda	Luanda (P)	522 000 000,00	348 000 000,00	870 000 000,00	
5082	Reabilitação dos edif. das Adminis. Comunas e Resid. dos Administradores	Nacional	Nacional	435 000 000,00	261 000 000,00	696 000 000,00	
5130	Reabilitação da Unidade dos Bombeiros em Viana	Luanda	Viana	5 721 309,00	2 224 953,50	7 946 262,50	
5241	Reabilitação e apetrechamento do edifício do Governo Provincial	Benguela	Benguela	3 150 385,00	0,00	3 150 385,00	
5385	Reabilitação do edifício do Governo Provincial (PEMIRK)	Bié	Kuito	26 609 344,00	26 609 344,00	53 218 688,00	
5387	Reconstrução do edifício do BNA do Kuito (PEMIRK)	Bié	Kuito	41 158 375,92	41 158 375,98	82 316 751,90	
5389	Reabilitação do edifício da Direcção Prov. das O. Públicas do Bié (PEMIRK)	Bié	Kuito	5 446 898,68	0,00	5 446 898,68	
5391	Reabilitação do Palácio do Governador (PEMIRK)	Bié	Kuito	42 958 157,88	42 958 157,88	85 916 315,76	
5510	Construção do edifício da Assembleia Nacional	Luanda	Ingunbora	1 496 666 667,00	2 198 000 000,00	3 694 666 667,00	
5580	Construção da Delegação Provincial das Finanças do Bengo	Bengo	Bengo (P)	37 000 000,00	37 000 000,00	74 000 000,00	
5582	Construção da Repartição Fiscal de Samba-Pombo	Uíge	Samba-Pombo	37 589 328,00	37 589 328,00	75 178 656,00	
5584	Reabilitação da Repartição Fiscal do Kuito	Bié	Kuito	39 469 987,00	39 469 987,00	78 939 974,00	
5586	Reab. da Deleg. Prov. das Finanças e Repart. Fisc. de Gol. Alto	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte (P)	27 000 000,00	27 000 000,00	54 000 000,00	
5590	Reabilitação da Deleg. Prov. das Finanças e Repartição Fiscal do Lobito	Benguela	Benguela (P)	39 515 459,00	39 515 459,00	79 030 918,00	
5591	Reabilitação da Repartição Fiscal de Dombos Kibaxe	Bengo	Bengo (P)	12 703 632,00	12 703 632,00	25 407 264,00	
5596	Reabilitação da Repartição Fiscal de Ambriz	Bengo	Ambriz	12 703 632,00	12 703 632,00	25 407 264,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2005	2006		
5597	Reabilitação da Reparação Fiscal do Sumbe	Cuanza-Sul	Sumbe	12 703 632,00	12 703 632,00	25 407 264,00	
5599	Reabilitação da Reparação Fiscal do Labolo	Cuanza-Sul	Labolo	12 703 632,00	12 703 632,00	25 407 264,00	
5601	Reabilitação da Reparação Fiscal do Waco Kungo	Cuanza-Sul	Waco Kungo	12 703 632,00	12 703 632,00	25 407 264,00	
5602	Reabilitação das Alamedeas do Moxico	Moxico	Moxico (P)	12 703 632,00	12 703 632,00	25 407 264,00	
5604	Reabilitação da Direcção Regional das Alamedeas do Namibe	Namibe	Namibe (P)	10 703 632,00	10 703 632,00	21 407 264,00	
5977	Reab e apetrechamento da Direcção Provincial das Pescas (Ingombota)	Luananda	Ingombota	171 336 467,00	0,00	171 336 467,00	
5978	Reab e apetrechamento da Direcção Provincial do Comércio (Ingombota)	Luananda	Ingombota	171 336 467,00	0,00	171 336 467,00	
5979	Reab e apetrechamento da Direcção Provincial da Educação (Maunanga)	Luananda	Maunanga	171 336 467,00	0,00	171 336 467,00	
6023	Reabilitação das Administrações Comarcais	Zaire	Zaire (P)	6 800 000,00	0,00	6 800 000,00	
6040	Consulta e apetrechamento das Administrações Comarcais do Nóqui	Zaire	Nóqui	11 475 000,00	0,00	11 475 000,00	
6042	Reabilitação e apetrechamento do GEPE	Zaire	Zaire (P)	4 080 000,00	0,00	4 080 000,00	
6044	Consulta e apetrechamento do edifício para Bombeiros	Zaire	Mbanza Congo	10 000 000,00	0,00	10 000 000,00	
6192	Reforço da capacidade institucional do Governo Provincial de Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	88 242 842,00	0,00	88 242 842,00	
6193	Reforço da capacidade instit. Direc. Prov. O. Públicas e Urbanismo	Cabinda	Cabinda (P)	9 881 141,00	0,00	9 881 141,00	
6194	Assistência técnica aos Municípios	Cabinda	Cabinda (P)	7 236 900,00	0,00	7 236 900,00	
6220	Reab instalações da Direcção de Transportes e Comunicações	Cabinda	Cabinda	40 647 556,00	0,00	40 647 556,00	
6237	Reabilitação e apetrechamento dos edifícios públicos	Cabinda	Lândana	2 894 760,00	0,00	2 894 760,00	
6432	Assistência técnica a monitoragem do PIP a nível sectorial e provincial/EMTA	Cabinda	Cabinda	34 447 644,00	0,00	34 447 644,00	
6434	Assist. téc. a nível, pobreza e plano estrat. para a redução da pobreza/EMTA	Nacional	Nacional	43 104 000,00	0,00	43 104 000,00	WB
6440	Assistência técnica às instituições públicas/EMTA	Nacional	Nacional	1 885 800,00	0,00	1 885 800,00	WB
6450	Apoio institucional a diversos organismos	Nacional	Nacional	229 383 626,00	—	229 383 626,00	WB
6462	Reconstrução da antiga Assembleia Provincial (PEMIRK)	Nacional	Nacional	591 891 670,00	457 655 340,00	1 049 547 010,00	UE
6465	Construção e apetrecham. nova sede do adm. municipal do Kuito (PEMIRK)	Bié	Kuito	51 318 591,74	51 318 591,74	102 637 183,48	
		Bié	Kuito	33 523 928,88	0,00	33 523 928,88	
				2 399 417 339,90	1 507 350 533,60	3 906 767 873,50	
Eixo 3 — Reforma e capacitação institucional da justiça							
Total do eixo							
263	Reabilitação dos serviços da justiça da Huila	Huila	Huila (P)	40 302 903,00	0,00	40 302 903,00	
264	Reabilitação de serviços de justiça no Huambo	Huambo	Huambo	10 000 000,00	9 396 154,00	19 396 154,00	
265	Reabilitação de serviços de justiça na Kabamba (Cunene)	Cunene	Cunene (P)	14 278 019,00	0,00	14 278 019,00	
266	Reabilitação de serviços de justiça no Namibe	Namibe	Namibe (P)	30 000 000,00	36 190 958,00	66 190 958,00	
268	Reabilitação do Palácio da Justiça do Uíge	Uíge	Uíge	59 781 515,00	59 000 000,00	118 781 515,00	
271	Impenetrabilização da placa dos tribunais	Nacional	Nacional	2 919 629,00	0,00	2 919 629,00	
274	Reabilitação do 2.º Cartório Notarial	Luananda	Ingombota	16 913 485,00	0,00	16 913 485,00	
275	Reabilitação do 2.º Cartório Notarial (Posto Anexo)	Luananda	Ingombota	6 153 519,00	0,00	6 153 519,00	
276	Reabilitação da 5.ª Conservatória do Registo Civil	Luananda	Ingombota	10 000 000,00	9 177 614,00	19 177 614,00	
277	Reabilitação da 7.ª Conservatória do Registo Civil	Luananda	Xililancha Xiassi	10 000 000,00	17 124 365,00	27 124 365,00	
278	Reabilitação dos Juízes Cíveis	Nacional	Ingombota	60 000 000,00	86 287 953,00	146 287 953,00	
279	Reabilitação da 4.ª Conservatória do Registo Civil	Luananda	Ingombota	27 111 708,00	20 000 000,00	47 111 708,00	
280	Construção do posto de identificação da Samba	Nacional	Ingombota	13 000 000,00	14 280 986,00	27 280 986,00	
285	Reabilitação do Tribunal de Polícia	Luananda	Ingombota	16 689 629,00	16 000 000,00	32 689 629,00	
2952	Reabilitação de serviços de justiça em Benguela	Benguela	Benguela (P)	8 800 000,00	7 013 231,00	15 813 231,00	
2956	Reabilitação de serviços de justiça no Sumbe	Cuanza-Sul	Sumbe	5 766 771,00	5 500 000,00	11 266 771,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2005	2006		
				2006			
2966	Construção do juízo de menores	Luanda	Ingombota	33 319 640,00	30 000 000,00	63 319 640,00	
3808	Projecto de reabilitação de 3.ª Conservatória do Registo Civil	Luanda	Mauanga	2 208 350,00	—	2 208 350,00	
3838	Construção do centro de estrangeiros ilegais	Nacional	Nacional	40 729 464,00	15 839 236,00	56 568 700,00	
4199	Participação na construção dos tribunais de execução fiscais	Luanda	Luanda (P)	68 400 000,00	0,00	68 400 000,00	
4625	Reabilitação da Delegação da Polícia Nacional	Cuanza-Norte	Ambaca	6 598 870,00	0,00	6 598 870,00	
4634	Reabilitação da Delegação da Polícia Nacional	Cuanza-Norte	Baanga	6 551 580,00	0,00	6 551 580,00	
4673	Reabilitação da Delegação Municipal da Polícia Nacional	Cuanza-Norte	Kiculungo	7 803 190,00	0,00	7 803 190,00	
4879	Reabilitação da Delegação Municipal da Polícia Nacional	Cuanza-Norte	Samba Cajú	6 610 690,00	0,00	6 610 690,00	
4700	Construção do edifício do Comando Municipal da Polícia do Kwanhama	Cunene	Kwanhama	4 000 000,00	0,00	4 000 000,00	
4719	Construção do edifício da esquadra policial do Humbe	Cunene	Ombodja	3 832 000,00	0,00	3 832 000,00	
4728	Construção do edifício da esquadra policial de Oshandjau	Cunene	Kahama	3 832 000,00	0,00	3 832 000,00	
5089	Reabilitação dos juzos criminais	Nacional	Nacional	5 689 445,00	—	5 689 445,00	
5090	Reabilitação das Conservatórias dos Registos Centrais	Nacional	Nacional	438 651,00	—	438 651,00	
5091	Reabilitação da Conservatória do Registo Predial	Luanda	Ingombota	329 812,00	—	329 812,00	
5092	Reabilitação do Departamento de Registos	Luanda	Ingombota	6 898 967,00	0,00	6 898 967,00	
5093	Reabilitação do 3.º Cartório Notarial	Luanda	Ingombota	5 860 007,00	0,00	5 860 007,00	
5094	Reabilitação dos serviços da justiça no Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte (P)	11 235 340,00	10 000 000,00	21 235 340,00	
5095	Construção do Palácio da Justiça de Benguela	Benguela	Benguela	66 640 585,90	28 560 251,10	95 200 837,00	
5097	Reabilitação dos serviços da justiça da Luanda-Sul	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	35 000 000,00	50 460 837,00	85 460 837,00	
5127	Reabilitação do Centro Prisional de Viana	Luanda	Viana	52 447 653,00	20 396 309,50	72 843 962,50	
5386	Reabilitação e ampliação do Tribunal Provincial (PEMIRK)	Bié	Kuito	24 649 284,00	0,00	24 649 284,00	
5829	Reabilitação do posto fronteiriço de Kimbata	Uíge	Maquela do Zombo	10 970 179,00	0,00	10 970 179,00	CHI
5869	Conclusão do Palácio da Justiça	Luanda	Ingombota	1 591 090 084,00	1 062 122 699,00	2 653 212 783,00	
6016	Construção da Unidade Penitenciária	Zaire	Mibanza Congo	15 000 000,00	0,00	15 000 000,00	
6243	Recuperação e beneficiação do edifício da Delegação da Justiça	Cabinda	Cabinda	8 684 280,00	0,00	8 684 280,00	WB
6304	Construção de dois Cartórios Municipais Capiceno	Namibe	Bibala	10 776 000,00	0,00	10 776 000,00	WB
6306	Construção do Tribunal Municipal de Camucuo	Namibe	Bibala	14 188 400,00	0,00	14 188 400,00	WB
6366	Construção do Tribunal Municipal	Huíla	Gambos	8 360 380,00	0,00	8 360 380,00	WB
6427	Construção do Palácio da Justiça/Xangongo	Cunene	Oshandjau	13 555 310,00	0,00	13 555 310,00	WB
Eixo 4 — Reforma do sistema judiciário nacional							
<i>Total do eixo</i>							
4966	Construção do novo edifício do INE	Luanda	Mauanga	769 237 058,22	955 623 640,00	1 724 860 698,22	CHI
4967	Const. aparelh. serviços prov do INE (Bgi, Cab, Huí, Nam, KaZ e Huam)	Nacional	Nacional	500 509 920,00	705 538 086,00	1 206 048 006,00	
6433	Assistência técnica à elaboração de estatísticas/EMTA	Nacional	Nacional	69 972 222,22	20 000 000,00	89 972 222,22	WB
6438	Assistência técnica ao programa integrado de inquéritos/EMTA	Nacional	Nacional	45 259 200,00	18 858 000,00	64 117 200,00	WB
6439	Apoio à criação do PES/EMTA	Nacional	Nacional	117 206 960,00	211 227 560,00	328 434 520,00	WB
2. Subprograma integrado de relançamento da actividade económica							
<i>Fomento da produção interna</i>							
<i>Total do subprograma</i>							
<i>Projectos em curso</i>							
<i>Projectos novos</i>							
22 255 004 596,60				22 255 004 596,60		22 255 004 596,60	
11 786 688 585,92				7 496 132 461,90		19 282 820 047,82	
23 243 317 026,20				14 361 647 656,80		37 604 964 583,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Embalde financeira
		Província	Município	2005	2006		
	Exo I — Agricultura						
	<i>Total do exo</i>			7 998 505 536,30	9 776 636 558,70	17 775 142 095,00	CHI
135	Reabilitação da vale de irrigação do perímetro agrícola do Luena	Moxico	Moxico	299 390 300,00	512 700,00	299 903 000,00	CHI
2848	Reabilitação do canal condutor Matala Capelonço (1ª Fase) L.C. Brasil	Huíla	Huíla (P)	69 585 875,10	139 033 402,90	208 439 278,00	CHI
3278	Const e equipet de infra-estruturas agrícolas	Luanda	Luanda (P)	145 350 000,00	0,00	145 350 000,00	CHI
3330	Chação de postos veterinários municipais (Viana/Cucunaco/Samba)	Luanda	Luanda (P)	72 160 837,00	0,00	72 160 837,00	CHI
3763	Reabilitação do sistema de irrigação do Cavaco	Benguela	Benguela (P)	6 072 322,00	0,00	6 072 322,00	CHI
3774	Reabilitação do sistema de irrigação da Cabumbela	Benguela	Benguela (P)	10 249 601,00	0,00	10 249 601,00	CHI
3777	Reab das valas de irrig. a todas as Minic do interior e da Canjala	Benguela	Beaguela (P)	37 211 473,00	0,00	37 211 473,00	CHI
4023	Aquisição e fornecimento da mandioca	Zaire	Zaire (P)	45 000 000,00	0,00	45 000 000,00	CHI
4044	Fomento do aumento da produção agro-pecuária	Cabinda	Cabinda (P)	75 107 842,00	0,00	75 107 842,00	CHI
4175	Reabilitação da sede da delegação provincial da agricultura	Cabinda	Cabinda (P)	9 452 851,00	0,00	9 452 851,00	CHI
4366	Reab das infra-estruturas da estação experimental florestal do Dingo	Cabinda	Cabinda (P)	4 284 536,00	0,00	4 284 536,00	CHI
4404	Fomento da produção através da tracção animal	Cabinda	Cabinda (P)	40 000 000,00	0,00	40 000 000,00	CHI
4408	Equipamento de mecanização (tractores)	Huíla	Huíla (P)	6 000 000,00	0,00	6 000 000,00	CHI
4410	Programa de vacinação de gado	Huíla	Huíla (P)	7 000 000,00	0,00	7 000 000,00	CHI
4600	Programa de model requip do sector em instr agríc form tracção animal	Huíla	Huíla (P)	7 918 382,00	0,00	7 918 382,00	CHI
4602	Programa de repovoamento florestal	Huíla	Huíla (P)	9 273 236,00	0,00	9 273 236,00	CHI
4604	Programa de fomento do café	Huíla	Huíla (P)	6 574 123,00	0,00	6 574 123,00	CHI
4609	Programa de saúde e reprodução animal	Huíla	Huíla (P)	9 773 089,00	0,00	9 773 089,00	CHI
4743	Preparação de terras mecanizadas	Huíla	Huíla (P)	13 114 816,00	0,00	13 114 816,00	CHI
4770	Aquisição de sementes e fertilizantes	Huíla	Huíla (P)	13 114 816,00	0,00	13 114 816,00	CHI
4908	Fomento da actividade agrícola	Bengo	Dande	8 893 053,00	0,00	8 893 053,00	CHI
5066	Regularização dos diques do Porto Quimira (Fase II)	Bengo	Kolo e Bengo	26 100 000,00	268 062 195,00	294 162 195,00	CHI
5171	Relacionamento da basca litorânea da Cela	Cuanza-Sul	Waco Kungo	449 000 000,00	97 000 000,00	546 000 000,00	CHI
5605	Reabilitação da barragem das Gargelas	Huíla	Huíla (P)	1 347 000 000,00	97 000 000,00	1 444 000 000,00	CHI
5609	Aquisição de equipamento pesado (MECANAGRO, E.P.)	Nacional	Nacional	376 000 000,00	0,00	376 000 000,00	CHI
5624	Programa de extensão e desenvolvimento rural	Nacional	Nacional	1 053 280 000,00	4 091 520 000,00	5 144 800 000,00	CHI
5692	Reconst sistem abastecim água e dessem vale de Caxito	Bengo	Bengo (P)	1 246 998 695,20	446 988 256,80	1 693 986 952,00	CHI
5694	Fornecimento de equipamento de irrigação (motobombas e outros)	Nacional	Nacional	425 920 900,00	0,00	425 920 900,00	IND
5696	Projecto aldeia nova	Nacional	Nacional	460 000 000,00	0,00	460 000 000,00	IND
5775	Construção de infra-estruturas de apoio à mecanização agrícola	Cuanza-Sul	Waco Kungo	1 473 340 132,00	4 636 500 000,00	6 109 840 132,00	ISR
5980	Reabilitação infra-estruturas agrícolas (Cucunaco/Viana)	Cabinda	Cabinda (P)	17 200 000,00	0,00	17 200 000,00	WB
6214	Programa de fomento agro-pecuária	Luanda	Luanda (P)	145 350 000,00	0,00	145 350 000,00	WB
6251	Fomento do comércio rural	Cabinda	Cabinda (P)	4 342 140,00	0,00	4 342 140,00	WB
6290	Construção do centro veterinário e comércio de gado	Cabinda	Cabinda (P)	8 600 000,00	0,00	8 600 000,00	WB
6291	Construção de centro veterinário e comércio de gado	Namibe	Bitaba	4 041 000,00	0,00	4 041 000,00	WB
6320	Construção de mangas de vacinação em Carnucuro	Namibe	Namibe	1 526 600,00	0,00	1 526 600,00	WB
6333	Construção de mangas de vacinação	Huíla	Huíla (P)	5 073 700,00	0,00	5 073 700,00	WB
6348	Construção de mangas de vacinação	Huíla	Huíla (P)	6 061 500,00	0,00	6 061 500,00	WB
6355	Construção de dois mercados rurais Amboim (Gabela) Coada	Huíla	Huíla (P)	8 625 290,00	0,00	8 625 290,00	WB
6360	Construção do canal de irrigação	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	8 124 206,00	0,00	8 124 206,00	WB
		Huíla	Chibxa	1 607 430,00	0,00	1 607 430,00	WB

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2005	2006		
6364	Construção do armazém comunitário	Huíla	Kalukembe	4 714 500,00	0,00	4 714 500,00	WB
6391	Construção de um mercado rural	Zaire	Tomboco	1 975 600,00	0,00	1 975 600,00	WB
6418	Reabilitação de uma mangia de vacinação Município da Cabinda	Cunene	Cunene (P)	3 143 000,00	0,00	3 143 000,00	WB
6424	Coast de sete mangias de vacinação Mun. Kak, Niaraak, Orabi, Kurova	Cunene	Cunene (P)	15 715 000,00	0,00	15 715 000,00	WB
6461	Construção de pequenas infra-estruturas rurais Vale Yabi	Cabinda	Cabinda	9 438 701,00	0,00	9 438 701,00	
	Box 2 — Cluster das actividades das pescas						
	<i>Total do box</i>			18 296 406 990,00	9 334 864 000,00	27 633 270 990,00	
724	Projecto de pesca artesanal no Ambriz	Bengo	Ambriz	256 491 250,00	0,00	256 491 250,00	PNUD
736	Projecto FIDA	Zaire	Soyo	479 262 600,00	0,00	479 262 600,00	FIDA
3475	Apoio as comunidades piscatórias/BAD	Nacional	Nacional	159 844 000,00	159 844 000,00	319 688 000,00	BAD
5472	Construção de cinco embarcações para pesca de carvão	Nacional	Nacional	673 500 000,00	1 571 500 000,00	2 245 000 000,00	CHI
5473	Construção de cinco embarc. cong. 54,10 metros para pesca pelágica	Nacional	Nacional	776 321 000,00	0,00	776 321 000,00	CHI
5474	Construção de cinco embarc. cong. refag. 54,10 metros para pesca pelágica	Nacional	Nacional	776 321 000,00	0,00	776 321 000,00	CHI
5475	Construção de 20 embarcações congéluas refrigeradas para pesca	Nacional	Nacional	1 694 000 000,00	1 000 000 000,00	2 694 000 000,00	CHI
5477	Construção de 10 embarcações congéluas FRP-LOA 33,56 metros	Nacional	Nacional	3 077 600 000,00	269 400 000,00	3 347 000 000,00	CHI
5479	Construção de cinco embarc. atuneiros longimers de 54,20 ou 55,75 metros	Nacional	Nacional	1 571 500 000,00	673 500 000,00	2 245 000 000,00	CHI
5480	Construção de 600 embarc. filina para pesca artesanal como motor diesel	Nacional	Nacional	1 818 450 000,00	0,00	1 818 450 000,00	CHI
5481	Construção de 3000 cascos com 6 - 7 metros pra 4 pessoas de 77 kg	Nacional	Nacional	824 364 000,00	0,00	824 364 000,00	CHI
5482	Construção de cinco embarcações FRP LOA de 14,8 metros	Nacional	Nacional	80 820 000,00	0,00	80 820 000,00	CHI
5483	Construção de cinco embarcações FRP LOA de 14,8 metros	Nacional	Nacional	673 500 000,00	673 500 000,00	1 347 000 000,00	CHI
5484	Construção de cinco embarcações FRP LOA de 30,6 metros	Nacional	Nacional	179 600 000,00	179 600 000,00	359 200 000,00	CHI
5485	Construção de uma embarcação de abastecimento	Nacional	Nacional	472 348 000,00	0,00	472 348 000,00	CHI
5486	Construção de uma bateaja para Baía dos Tigres	Nacional	Nacional	0,00	269 400 000,00	269 400 000,00	CHI
5487	Construção de um rebocador LOA de 34 metros	Nacional	Nacional	359 200 000,00	0,00	359 200 000,00	CHI
5488	Construção e montagem de cinco fábricas de farinha e óleo de peixe	Nacional	Nacional	718 400 000,00	0,00	718 400 000,00	CHI
5489	Construção e instalação de redes de fro em 11 mercados de Luanda	Nacional	Nacional	910 572 000,00	0,00	910 572 000,00	CHI
5490	Construção e instalação de três fábricas de conservas de atum e sardinha	Luanda	Luanda (P)	449 000 000,00	0,00	449 000 000,00	CHI
5491	Construção e instalação de rede de fro nos mercados capitais de prov. excepto Luanda	Nacional	Nacional	179 600 000,00	0,00	179 600 000,00	CHI
5492	Aquisição de 311 camions frig., isolam. carga geral para peixe cong., seco e sal	Nacional	Nacional	870 983 000,00	1 000 000 000,00	1 870 983 000,00	CHI
5493	Construção de portos pesqueiros na Samba e Casuzo	Luanda	Luanda (P)	898 000 000,00	0,00	898 000 000,00	CHI
5494	Construção de terminais pesqueiros em Cabinda e Kikombo	Nacional	Nacional	645 560 000,00	215 520 000,00	862 080 000,00	CHI
5495	Construção e reabilitação de 48 entrepostos frigoríficos	Nacional	Nacional	1 436 800 000,00	2 873 600 000,00	4 310 400 000,00	CHI
5497	Construção e reabilit. 34 peixarias de Luanda e algumas nas capitais provincianas	Nacional	Nacional	167 028 000,00	449 000 000,00	616 028 000,00	CHI
5778	Aquisição de barcos para apoio à pesca semi-industrial	Cabinda	Cabinda (P)	34 400 000,00	0,00	34 400 000,00	CHI
6019	Reabilitação da ponte-cais	Zaire	Nzeto	20 400 000,00	0,00	20 400 000,00	CHI
6032	Construção e reabilitação da ponte-cais do Nôqui	Zaire	Nôqui	89 200 000,00	0,00	89 200 000,00	CHI
6215	Plano diretor p/sector das pescas	Cabinda	Cabinda (P)	4 342 140,00	0,00	4 342 140,00	CHI
	Box 3 — Indústria transformadora						
	<i>Total do box</i>			7 580 420 304,00	3 017 579 460,00	10 597 999 764,00	
4613	Programa de desenvol. tecnológico p/actividade produtiva (MICROFORM-II)	Huambo	Huambo (P)	12 285 327,00	0,00	12 285 327,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Ano		Total	Estado financeiro
		Provincia	Município	2005	2006		
5162	Fábrica de lardamentos	Nacional	Nacional	36 483 840,00	14 188 160,00	50 672 000,00	CHI
5177	Aquisição de um carro velho (Luanda, Summo, Kuito, Huanho Luena)	Nacional	Nacional	130 500 000,00	130 500 000,00	261 000 000,00	CHI
5513	Aquisição e montagem de três britadeiras	Nacional	Nacional	169 722 000,00	72 738 000,00	242 460 000,00	CHI
5514	Aquisição e montagem de duas cerâmicas de barro vermelho	Nacional	Nacional	905 184 000,00	387 936 000,00	1 293 120 000,00	CHI
5515	Aquisição e montagem de duas cerâmicas de barro branco	Nacional	Nacional	905 184 000,00	387 936 000,00	1 293 120 000,00	CHI
5516	Instalação de uma fábrica de equipamentos e alfarras agrícolas	Bengo	Dande	141 435 000,00	60 615 000,00	202 050 000,00	CHI
5528	Instalação de uma fábrica de desarrançamento de algodão	Nacional	Malanje	113 148 000,00	48 492 000,00	161 640 000,00	CHI
5529	Instalação de quatro moagens de milho	Nacional	Nacional	226 296 000,00	96 984 000,00	323 280 000,00	CHI
5530	Instalação de uma moagem de trigo	Viana	Viana	141 435 000,00	60 615 000,00	202 050 000,00	CHI
5531	Instalação de uma fábrica de destaque de arroz	Luanda	Luanda	167 162 700,00	61 827 300,00	228 990 000,00	CHI
5532	Instalação de uma fábrica de rapões para animais	Luanda	Luanda (P)	108 164 100,00	40 005 900,00	148 170 000,00	CHI
5533	Instalação de uma fábrica de óleo alimentar	Luanda	Viana	983 310 000,00	363 960 000,00	1 347 270 000,00	CHI
5534	Instalação da fábrica de óleo de palma	Cuanza-Norte	Kambambe	197 262 000,00	72 138 000,00	269 400 000,00	CHI
5535	Instalação de uma fábrica de desfibra de sisal	Benguela	Cuba?	77 681 400,00	28 731 600,00	106 413 000,00	CHI
5536	Instalação de uma fábrica de embalagem de metal	Luanda	Cacuso	56 574 000,00	33 226 000,00	89 800 000,00	CHI
5537	Instalação de uma fábrica de embalagem de cartão	Namibe	Tombua	65 554 000,00	24 246 000,00	89 800 000,00	CHI
5538	Instalação de uma fábrica de corte e tratamento de madeira	Benguela	Cubal	213 050 500,00	78 799 500,00	291 850 000,00	CHI
5539	Instalação de três fábricas de tintas e vernizes	Nacional	Nacional	393 324 000,00	145 476 000,00	538 800 000,00	CHI
5542	Instalação de uma fábrica de asfalto betuminoso	Bengo	Bengo (P)	65 554 000,00	24 246 000,00	89 800 000,00	CHI
5543	Instalação de uma fábrica de cal	Cuanza-Sul	Sumbé	655 540 000,00	242 460 000,00	898 000 000,00	CHI
5544	Instalação de uma fábrica de sabão	Huambo	Kafila	98 331 000,00	36 389 000,00	134 700 000,00	CHI
5545	Construção do polo de desenvolvimento industrial de Viana	Luanda	Viana	1 638 350 000,00	606 150 000,00	2 244 500 000,00	CHI
5783	Criação do gabinete de desenvolvimento industrial	Cabinda	Cabinda	4 300 000,00	0,00	4 300 000,00	CHI
5784	Polo Industrial do Fútila	Cabinda	Cabinda	21 500 000,00	0,00	21 500 000,00	CHI
5794	Reorganização e reactivação de Kabimex	Cabinda	Cabinda	43 989 437,00	0,00	43 989 437,00	CHI
6195	Incentivo ao Desenvolvimento do Empresariado Local	Cabinda	Cabinda (P)	8 600 000,00	0,00	8 600 000,00	CHI
	Eixo 6 — Turismo						
	Total do eixo			10 000 000,00	0,00	10 000 000,00	
4110	Reabilitação do complexo turístico da Senhora do Monte (Praças e jardins)	Huíla	Lubango	10 000 000,00	0,00	10 000 000,00	
	Eixo 7 — Comércio e outros serviços não financeiros						
	Total do eixo			1 142 872 781,82	125 924 577,78	1 268 797 359,60	
301	Construção e apoio: Centro Integ. Emprego e Formação do Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	Kambambe	---	78 750 000,00	78 750 000,00	
2945	Construção do Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional do Zaire	Zaire	Mbanza Congo	48 091 118,89	0,00	48 091 118,89	
3341	Promoção e realização de feiras aos fins de semana/Luanda	Luanda	Luanda (P)	6 156 000,00	---	6 156 000,00	
3343	Reabilitação e apetrechamento de três mercados retalhistas	Luanda	Luanda (P)	237 662 640,00	---	237 662 640,00	
3751	Construção do Centro de Formação Profissional de Viana	Luanda	Viana	638 505 811,11	0,00	638 505 811,11	
4918	Fomento da actividade comercial	Bengo	Bengo (P)	6 720 000,00	0,00	6 720 000,00	
5133	Construção do Centro de Formação Profissional no Bié	Bié	Kuito	0,00	47 174 577,78	47 174 577,78	
5135	Reabilitação do Centro de Formação Profissional no México	Moxico	Moxico	56 191 500,00	0,00	56 191 500,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Províncias	Município	Anos			
				2005	2006		
5137	Reabilitação do Centro de Formação Profissional no Uíge	Uíge	Uíge	31 318 286,00	0,00	31 318 286,00	
5138	Reabilitação do Centro de Formação Profissional da Huíla	Huíla	Lubango	21 593 187,82	0,00	21 593 187,82	
5793	Construção e reabilitação de mercados	Cabinda	Cabinda (P)	50 077 800,00	0,00	50 077 800,00	
6225	Construção de quatro Naves no Mercado São Pedro Cidade de Cabinda	Cabinda	Cabinda	5 789 520,00	0,00	5 789 520,00	
6262	Construção e aperfeiçoamento de cinco Mercados (Municipais e Comunas)	Cabinda	Cabinda (P)	21 537 126,00	0,00	21 537 126,00	
6294	Construção de dois Mercados Camuicuo/Tombwa	Namibe	Namibe	15 188 772,00	0,00	15 188 772,00	WB
6390	Construção Mercado/Lobito (B ° Praia Bebê)	Benguela	Lobito	4 041 000,00	0,00	4 041 000,00	WB
	Infra-estruturas económicas básicas						
	<i>Total do subprograma</i>			99 636 859 166,83	74 185 638 809,19	173 822 497 995,72	
	<i>Projectos em curso</i>			54 632 105 544,63	24 792 701 075,18	79 424 806 619,81	
	<i>Projectos novos</i>			45 004 753 641,90	49 392 937 734,01	94 397 691 375,91	
	Eixo 1 — Obras públicas						
	<i>Total do eixo</i>			39 608 110 887,41	27 983 629 568,63	67 593 740 456,04	
1647	Construção vedação Funungo de Belas	Nacional	Nacional	40 457 340,00	49 160 823,80	89 618 163,80	
2831	Construção muros de Vedação Viana II	Luanda	Viana	106 707 021,00	140 792 979,33	247 500 000,33	
3284	Const. e apetrech de nove casas noctuárias (todos municípios)	Luanda	Luanda (P)	192 300 000,00	0,00	192 300 000,00	
3344	Regularização da Cauceição Vidra e Sistema de Sinalização 2 ° Fase	Luanda	Ingombota	34 200 000,00	0,00	34 200 000,00	
3345	Reab de 120 km de arripamentos K. Kiaku/Mauanga/Sambozanga/Rangel	Luanda	Luanda (P)	684 000 000,00	0,00	684 000 000,00	
3346	Pavimentação de 100 km de arripamentos Rangel/K. Kiaku/Cazenga	Luanda	Luanda (P)	547 200 000,00	0,00	547 200 000,00	
3347	Terraço niv 150 km, vias terciárias Cacucoco/Cazenga/K. Kiaku/Sambiz/Rangel	Luanda	Luanda (P)	337 160 000,00	0,00	337 160 000,00	
3348	Recuperação de 10 traçadas de manutenção do sistema viário	Luanda	Luanda (P)	100 548 000,00	0,00	100 548 000,00	
3349	Const de barreira canaliz. todas pedonal Ingomb /Maian Rangel/Samba	Luanda	Luanda (P)	208 947 978,00	0,00	208 947 978,00	
3418	Construção de seis parques de estacionamento	Luanda	Luanda (P)	171 000 000,00	0,00	171 000 000,00	
3780	Estudos projectos fiscalização e transporte	Benguela	Ingombota	111 600 000,00	0,00	111 600 000,00	
3784	Reabilitação de 350 km de estrada 2 ° e 3 ° ordem	Benguela	Benguela (P)	127 500 000,00	0,00	127 500 000,00	
3804	Recuperação de 30 km das ruas de Benguela/Lobito e Baía Farta	Benguela	Benguela (P)	110 281 237,00	0,00	110 281 237,00	
3806	Terraço de 5 km de ruas do Lobito	Benguela	Benguela (P)	16 051 010,00	0,00	16 051 010,00	
3928	Rec. de 9,5 km arruam. enchim. lstrite das bermas da cidade de Saurimo	Benguela	Lobito	20 840 000,00	0,00	20 840 000,00	
3944	Elaboração de estudos e projectos, fiscalização e transporte	Luanda-Sul	Saurimo	192 359 277,00	0,00	192 359 277,00	
3997	Estudos, elaboração de Projectos e outros encargos	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	30 793 864,00	0,00	30 793 864,00	
4059	Fiscalização de diversas obras do Governo	Moxico	Moxico (P)	40 000 000,00	0,00	40 000 000,00	
4206	Reabilitação da rua das Mangueiras	Cabinda	Cabinda (P)	39 083 813,00	0,00	39 083 813,00	
4208	Pavimentação do troço Monge Sufite/Posto Médico Kadula	Cabinda	Cabinda (P)	38 776 320,00	0,00	38 776 320,00	
4213	Troço estrada aeroporto Casa n ° 1035 (Cruzamento Pombal)	Cabinda	Cabinda (P)	10 528 359,00	0,00	10 528 359,00	
4215	Troço estrada ponte piscicultura cruzamento Luvasas Sul	Cabinda	Cabinda (P)	16 955 460,00	0,00	16 955 460,00	
4217	Troço estrada Igreja Bom-Jesus cruzamento Luvasas Sul	Cabinda	Cabinda (P)	19 083 420,00	0,00	19 083 420,00	
4226	Reabilitação das estruturas secundárias	Cabinda	Cabinda (P)	25 097 062,00	0,00	25 097 062,00	
4236	Beneficiação troço Serra Muabi	Namibe	Namibe (P)	62 981 179,00	0,00	62 981 179,00	
4237	Construção ponte sobre Rio Munguissi	Cabinda	Cabinda (P)	17 549 389,00	0,00	17 549 389,00	
4238	Arruamento da escola ex. mercado venhura	Cabinda	Belize	34 714 464,00	0,00	34 714 464,00	
			Cabinda (P)	48 144 602,00	0,00	48 144 602,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade Financiadora
		Província	Município	2005	2006		
4246	Reabilitação urbana Rua 4 Fevereiro/Duque de Chazati	Cabinda	Cabinda (P)	22 032 000,00	0,00	22 032 000,00	
4259	Construção Vias de acesso aos Bairros	Cabinda	Cabinda (P)	30 421 743,00	0,00	30 421 743,00	
4269	Pavimentação e arruço exterior do Centro Cultural Chiticoango	Cabinda	Cabinda (P)	11 560 567,00	0,00	11 560 567,00	
4317	Reabilitação de arruamento da cidade e sub-urbano	Huíla	Huíla	80 000 000,00	0,00	80 000 000,00	
4323	Equipamento para reabilitação das estradas	Huíla	Huíla	70 000 000,00	—	70 000 000,00	
4328	Reabilitação de Administracões Municipais	Luanda	Luanda (P)	944 234 435,00	0,00	944 234 435,00	
4414	Outros encargos e fiscalização	Huíla	Huíla (P)	16 500 000,00	0,00	16 500 000,00	
4498	Programa de reabilitação de pontes e pontecais	Huíla	Huíla (P)	69 179 033,00	0,00	69 179 033,00	
4593	Programa Huambo cimento e tinta	Huíla	Huíla (P)	79 247 422,00	0,00	79 247 422,00	
4619	Estudos projectos, fiscalização, transporte e outros encargos	Huíla	Huíla (P)	204 570 912,00	0,00	204 570 912,00	
4637	Estir secund e tete entre S. Cajú/Kikilungo/Bolongo/S. Cajú/Banga/G. Alto	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte (P)	135 279 490,00	0,00	135 279 490,00	
4671	Operação tapa buraco e recolagem da Vila de Lukala	Cuanza-Norte	Lukala	9 625 200,00	0,00	9 625 200,00	
4703	Reabilitação do troço Songó-Bermbes, terraplanagem 115 km	Uíge	Uíge (P)	10 281 600,00	0,00	10 281 600,00	
4708	Reabilitação do troço Songó-Ambuíla, terraplanagem 115 km	Uíge	Uíge (P)	22 859 059,00	—	22 859 059,00	
4765	Conservação de 700 km de estradas secundárias	Milange	Milange (P)	14 877 300,00	—	14 877 300,00	
4769	Elaboração de estudos, projectos e fiscalização	Cunene	Cunene (P)	4 068 915,00	0,00	4 068 915,00	
4894	Elaboração de estudos e projectos	Bengo	Bengo (P)	43 571 304,00	0,00	43 571 304,00	
4903	Fiscalização das obras e fornecimentos	Bengo	Bengo (P)	12 650 000,00	0,00	12 650 000,00	
4925	Elaboração de estudos e projectos	Bengo	Bengo (P)	320 314 102,76	0,00	320 314 102,76	
4926	Reabilitação da estrada Cabulo/Leão/Longa/Porto Ambrósio/Samba	Nacional	Nacional	311 500 000,00	0,00	311 500 000,00	
4932	Reabilitação da estrada Sauro/Okobela/Kibala/Waku/Kungo/Alto Hama	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	528 058 894,00	0,00	528 058 894,00	
4933	Reabilitação da estrada Sauro/Dundo/Nzazi	Luanda-Norte	Luanda-Norte (P)	463 121 921,90	0,00	463 121 921,90	
4934	Reabilitação da estrada Tchicuse/Xangongo (86 km)	Nacional	Nacional	604 000 000,00	604 000 000,00	604 000 000,00	
4937	Reabilitação da estrada Kifangondo/Punda/Caene (54 km)	Bengo	Bengo (P)	503 282 273,00	0,00	503 282 273,00	
4942	Reabilitação da estrada Dala/Luena/Lumbela/Nguimbo	Moxico	Moxico (P)	82 448 932,50	0,00	82 448 932,50	
4943	Reabilitação da estrada Benguela/Catengue/Cabal (137 km)	Benguela	Benguela (P)	61 885 126,50	0,00	61 885 126,50	
4944	Reabilitação da estrada Lobito/Canjala (77 km)	Benguela	Benguela (P)	34 495 116,18	0,00	34 495 116,18	
4950	Reabilitação da estrada Quibaxe/Bula Atumba (47 km)	Bengo	Bengo (P)	4 352 488,00	—	4 352 488,00	
4968	Construção passagem hidráulica do Bairro 4 de Fevereiro	Cabinda	Cabinda (P)	312 438 060,00	0,00	312 438 060,00	
4969	Reabilitação da estrada do Nzeto/Soyo	Zaire	Zaire (P)	87 000 000,00	0,00	87 000 000,00	
4970	Reabilitação da estrada Donda/Munungo/Catulo/Munungo/Quibala	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	149 453 655,56	0,00	149 453 655,56	
4972	Reabilitação da estrada Dala/Muiconde/Luau	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	578 629 328,57	0,00	578 629 328,57	
4974	Aquisição de brigadas provinciais	Nacional	Nacional	356 796 550,00	0,00	356 796 550,00	
4975	Reabilitação da estrada Benguela/Dombe Grande/Lucrat/Namibe	Benguela	Benguela (P)	339 301 118,00	0,00	339 301 118,00	
4976	Reabilitação da estrada Namibe/Lubango (78 km)	Namibe	Namibe (P)	240 000 000,00	439 950 088,00	679 950 000,00	
4977	Reabilitação da estrada Caxito/Fira/Uíge/Negage/Lucala	Nacional	Nacional	275 446 936,60	0,00	275 446 936,60	
4978	Reabilitação da estrada Uíge/Dambo/Maquela do Zombo	Uíge	Uíge (P)	214 077 930,00	0,00	214 077 930,00	
4979	Reabilitação da estrada Negage/Sanza Pombo/Quimbele	Uíge	Uíge (P)	816 712 950,00	0,00	816 712 950,00	
4979	Estudos e projectos de estradas e pontes	Nacional	Nacional	835 200 000,00	835 200 000,00	1 670 400 000,00	
4996	Reparação de estradas e pontes (Geólio de Brigadas)	Nacional	Nacional	192 670 137,00	0,00	192 670 137,00	
4997	Transporte de equipamentos (Brigadas p/Provincias)	Nacional	Nacional	256 384 200,00	256 384 200,00	512 768 400,00	
4999	Reabilitação da estrada Lobito/Balombo/Londumbale/Huambo	Nacional	Nacional	713 593 100,00	0,00	713 593 100,00	
5000	Reabilitação da estrada Lubango/Cuchi/Menovogue	Benguela	Benguela (P)	268 889 203,00	0,00	268 889 203,00	
5001	Reabilitação da estrada Mbanza Congo/N'gqu	Huíla	Huíla (P)	1 658 426 000,00	0,00	1 658 426 000,00	
5002	Aquisição de centrais de emulsão	Zaire	Zaire (P)	—	0,00	—	
		Luanda	Luanda (P)	—	0,00	—	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade Financiadora
		Província	Município	2003	2006		
5003	Reabilitação da estrada Kuito/Kuanza/Kuanza (1,19 Km)	Bié	Bié (P)	199 018 800,00	0,00	199 018 800,00	
5011	Construção do ponte sobre o Rio Cavaco	Benguela	Benguela (P)	503 874 175,00	0,00	503 874 175,00	
5013	Aquisição e montagem pontes ferroviárias Lubala/Luanda	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte (P)	490 087 165,00	0,00	490 087 165,00	
5014	Montagem de pontes metálicas rodoviárias	Nacional	Nacional	311 939 308,70	0,00	311 939 308,70	
5016	Reabilitação da ponte sobre o Rio Dande	Bengo	Dande	578 500 000,00	0,00	578 500 000,00	
5017	Reabilitação da ponte sobre o Rio Cambungo	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	86 862 487,00	86 862 487,00	173 724 974,00	
5022	Ponte sobre o Rio Cuvva	Nacional	Nacional	21 243 664,94	0,00	21 243 664,94	
5024	Reabilitação da ponte sobre o Rio Cuanza (Caugandala)	Luanda	Luanda (P)	61 415 340,00	0,00	61 415 340,00	
5034	Aquisição de pontes metálicas Bayle (2000 metros)	Malanje	Malanje (P)	93 964 497,00	93 964 497,00	187 928 994,00	
5034	Soluções pontuais II fase (Rót. Aeroporto e outros)	Nacional	Nacional	565 500 000,00	992 872 000,00	1 558 372 000,00	
5054	Reabilitação e fiscalização da estrada da Beavista	Luanda	Luanda	130 500 000,00	121 800 000,00	252 300 000,00	
5058	Reabilitação da estrada/acroponto	Luanda	Sambizanga	195 745 995,00	195 745 995,00	391 491 990,00	
5061	Estudos, projectos e fiscalização diversa	Nacional	Nacional	385 726 000,00	0,00	385 726 000,00	
5184	Modernização do sistema de climatização	Luanda	Luanda	261 000 000,00	261 000 000,00	522 000 000,00	
5207	Sinalização da Cidade do Lubango	Huíla	Lubango	93 403 803,00	122 596 197,00	216 000 000,00	
5294	Const. de cinco casas mort., morg. (Kab., Kuroca, Ombard, Namac e Kuvelau)	Cunene	Cunene (P)	10 935 000,00	0,00	10 935 000,00	
5402	Reabilitação da Estrada Sumba/Eval Cuerra	Cuanza-Sul	Sumba	307 050 000,00	0,00	307 050 000,00	
5403	Reabilitação da Estrada Saunma/Luena	Luanda-Sul	Surubé	0,00	0,00	0,00	
5404	Reabilitação da ponte sobre o Rio Xangongo (Cunene)	Cunene	Cunene (P)	230 211 106,85	0,00	230 211 106,85	
5406	Reabilitação da ponte sobre o Rio Calouende	Luanda	Chinguz	66 000 000,00	0,00	66 000 000,00	CHI
5503	Construção da auto-estrada Viana/Cambolongo (33km)	Nacional	Luanda (P)	3 687 257 570,00	3 352 119 404,00	7 049 376 974,00	CHI
5505	Reab. da Est. Lutan /Don /Kib /Waku Kun /Rua /Kuito (893km e 18 pontes)	Nacional	Nacional	2 074 983 379,00	3 047 317 058,00	5 122 302 437,00	CHI
5506	Reab. da Est. Dondo/Ndalat /Malan /Saur /Luena (1200 Km e 18 pontes)	Nacional	Nacional	2 411 764 823,00	3 541 910 300,00	5 953 675 123,00	CHI
5507	Reabilitação da estrada Luanda/Caxito/Mbazi Congo (496 Km e uma ponte)	Nacional	Nacional	994 320 823,00	2 684 666 397,50	3 678 987 222,50	CHI
5508	Reab. da Estr. Luanda/Sumba/Beng /Lubango/Ondjiva (1300 Km)	Nacional	Nacional	713 278 671,00	1 047 518 833,00	1 760 797 504,00	CHI
5509	Construção de murgues	Nacional	Nacional	2 463 066 069,00	3 617 251 149,00	6 080 317 218,00	CHI
5749	Reabilitação do troço Uíge/Songo	Cabinda	Cabinda (P)	12 900 000,00	0,00	12 900 000,00	
5831	Reabilitação de estradas terciárias	Uíge	Uíge (P)	16 575 000,00	0,00	16 575 000,00	
5839	Elaboração de estudos e projectos, fiscalização e transportes	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	27 000 000,00	0,00	27 000 000,00	
5840	Projecto multi-setorial de reabilitação e reconstrução (fase 1)	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	6 048 233,00	0,00	6 048 233,00	WB
5843	Construção da via rápida Luanda/Kifangondo	Nacional	Nacional	450 000 000,00	450 000 000,00	900 000 000,00	CHI
5865	Construção da via rápida Luanda/Viana	Luanda	Luanda (P)	1 815 486 221,00	1 655 398 717,00	3 470 884 938,00	CHI
5867	Construção da auto-estrada Cacaco/Viana	Luanda	Luanda (P)	1 375 684 061,00	1 254 377 810,00	2 630 061 871,00	CHI
5868	Estudos, projectos e fiscalização	Luanda	Luanda (P)	2 833 824 997,00	2 383 940 721,00	5 417 764 818,00	CHI
6040	Estrada Lubango/Santa Clara	Zaire	Zaire (P)	20 000 000,00	0,00	20 000 000,00	UE
6170	Constituição de parques e abrigos para paisagistas	Nacional	Nacional	942 900 000,00	538 800 000,00	1 481 700 000,00	
6221	Manutenção dos armamentos da Cidade de Cabinda, incluindo fiscalização	Cabinda	Cabinda	2 171 070,00	0,00	2 171 070,00	
6229	Reparação do troço de estrada emissor provincial/BMS	Cabinda	Cabinda	34 252 295,00	0,00	34 252 295,00	
6230	Abertura manual das vias terciárias do Buco-Zau e Beltrize	Cabinda	Cabinda	16 154 179,00	0,00	16 154 179,00	
6231	Abertura mecanizada das vias terciárias do Buco-Zau e Beltrize	Cabinda	Cabinda (P)	13 026 420,00	0,00	13 026 420,00	
6232	Reabilitação da Rua do Comércio (Manja Fama-Triângulo Cabassoage)	Cabinda	Cabinda (P)	28 947 600,00	0,00	28 947 600,00	
6233	Construção de 288 ponteiros	Cabinda	Cabinda (P)	4 342 114,00	0,00	4 342 114,00	
6234		Cabinda	Cabinda (P)	20 263 320,00	0,00	20 263 320,00	

Codigo	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Quantidade Financeira
		Provincia	Município	2005	2006		
6235	Construção da estrada de acesso ao centro de formação de Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	7 236 900,00	0,00	7 236 900,00	WB
6241	Construção do muro de sustentação de terra no Mongu Sula/Cabinda	Cabinda	Cabinda	5 576 128,00	0,00	5 576 128,00	WB
6282	Reabilitação, terraplanagem, recelagem de estradas	Bengo	Bengo (P)	31 400 001,00	0,00	31 400 001,00	WB
6289	Construção de quatro pontecos em Lolia (Bibala)	Namibe	Namibe (P)	8 980 000,00	0,00	8 980 000,00	WB
6292	Construção de duas passerelas	Namibe	Virei	4 490 000,00	0,00	4 490 000,00	WB
6293	Construção da passerela sobre o Rio Chungo	Namibe	Namibe (P)	1 724 160,00	0,00	1 724 160,00	WB
6322	Construção de duas pontes betão armado	Huambo	Huambo (P)	9 231 440,00	0,00	9 231 440,00	WB
6324	Construção de duas pontes metálicas	Huambo	Huambo (P)	8 980 000,00	0,00	8 980 000,00	WB
6326	Construção de cinco pontes de madeira	Huambo	Huambo (P)	38 484 688,00	0,00	38 484 688,00	WB
6329	Construção de duas estradas terciárias	Huambo	Huambo (P)	28 300 919,00	0,00	28 300 919,00	WB
6342	Construção de cinco pontecos nos Municípios do Lubango e Quiquungo	Huíla	Huíla (P)	26 176 700,00	0,00	26 176 700,00	WB
6351	Construção de passerelas	Huíla	Lubanga	2 617 670,00	0,00	2 617 670,00	WB
6359	Construção de duas passerelas n.º 1 e 2	Cuanza-Sul	Sumbé	1 727 752,00	0,00	1 727 752,00	WB
6375	Construção de ponte/Lobito (B.º Praia Bébé)	Benguela	Lobito	2 604 200,00	0,00	2 604 200,00	WB
6377	Construção de um ponteco	Luanda	Cacuaco	4 340 752,40	0,00	4 340 752,40	WB
6378	Construção de ponteco/Bocoro	Benguela	Bocoro	2 424 600,00	0,00	2 424 600,00	WB
6382	Construção de passerela/Benguela (B.º Navegante)	Benguela	Benguela	583 700,00	0,00	583 700,00	WB
6389	Construção de dois pontecos	Zaire	Mbanza Congo	5 208 400,00	0,00	5 208 400,00	WB
6402	Construção de sete pontecos/Ambroz e Dande	Bengo	Bengo (P)	16 436 789,95	0,00	16 436 789,95	WB
6404	Reabilitação de quatro estradas/Ambroz e Dande	Bengo	Bengo (P)	15 086 400,00	0,00	15 086 400,00	WB
6409	Construção de três pontecos	Cabinda	Cabinda	26 589 780,00	0,00	26 589 780,00	WB
6426	Construção da estrada Kafitu II	Cunene	Cunene	13 012 020,00	0,00	13 012 020,00	WB
6430	Construção de betomas da estrada local Ondjiva e Xangongo	Cunene	Cunene (P)	6 375 800,00	0,00	6 375 800,00	WB
Exo 2 — Expansão da Capacidade de Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade							
<i>Total do exo</i>							
905	Estudos e projectos de mini-hídricas	Nacional	Nacional	94 739 000,00	0,00	94 739 000,00	
922	Reabilitação parcial do A. H. do Luquix e central 1	Uíge (P)	Uíge (P)	14 448 820,00	0,00	14 448 820,00	
923	Construção da mini-hídrica dos Mbulubas (2MW)	Bengo	Bengo (P)	64 274 170,42	0,00	64 274 170,42	
926	Construção da SE Golfe	Luanda	Kilamba Kiaxi	14 369 733,14	0,00	14 369 733,14	
934	Revisão dos centrais diesel de emergência de Luanda	Luanda	Luanda (P)	66 092 800,00	0,00	66 092 800,00	
954	Reforço da capacidade da rede de AT (60kV) de Luanda	Luanda	Luanda (P)	191 682 221,80	0,00	191 682 221,80	
959	Reabilitação e expansão da rede MT/BT de Luanda	Luanda	Luanda (P)	308 369 608,00	0,00	308 369 608,00	
2922	Reabilitação e ampliação das redes MT/BT Lubango, Namibe e Tômbwa	Nacional	Nacional	736 360 000,00	0,00	736 360 000,00	CHI
3138	Reconstrução do A. H. Kuito I (Cardimica)	Bié	Kuito	8 563 328,00	0,00	8 563 328,00	CHI
3163	Electrificação das localidades fronteiriças de Cuanilo Cubango	Cuanilo Cubango	Cuanilo Cubango (P)	47 375 786,00	0,00	47 375 786,00	
3164	Reabilitação do A. H. Cambambe/intervenções imediatas	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	95 213 054,20	0,00	95 213 054,20	
3193	Recuperação da S. E. Viana	Luanda	Viana	4 789 932,00	0,00	4 789 932,00	
3201	Revisão da L. T. 200 Ev Cambambe-Luanda	Nacional	Nacional	86 958 189,20	0,00	86 958 189,20	
3202	Observação de barragens	Nacional	Nacional	52 084 000,00	0,00	52 084 000,00	
3208	Programa Nacional de Água e Electricidade (PRONAE/Electricidade)	Nacional	Nacional	1 177 074 868,76	0,00	1 177 074 868,76	
3331	Melhoramento na iluminação pública de Luanda	Luanda	Luanda (P)	123 095 102,00	0,00	123 095 102,00	
				27 231 552 554,87	9 953 805 563,56	37 185 358 118,43	
				64 033 203,60	0,00	64 033 203,60	
				14 448 820,00	0,00	14 448 820,00	
				64 274 170,42	0,00	64 274 170,42	
				14 369 733,14	0,00	14 369 733,14	
				66 092 800,00	0,00	66 092 800,00	
				191 682 221,80	0,00	191 682 221,80	
				308 369 608,00	0,00	308 369 608,00	
				736 360 000,00	0,00	736 360 000,00	
				8 563 328,00	0,00	8 563 328,00	
				47 375 786,00	0,00	47 375 786,00	
				95 213 054,20	0,00	95 213 054,20	
				4 789 932,00	0,00	4 789 932,00	
				86 958 189,20	0,00	86 958 189,20	
				52 084 000,00	0,00	52 084 000,00	
				1 177 074 868,76	0,00	1 177 074 868,76	
				123 095 102,00	0,00	123 095 102,00	

Código	Designação do processo	Localização		Anos		Total	Entidade Financiadora
		Provincia	Município	2005	2006		
3761	Reparação da L.T. 220 kv Cambambe/Cabela e da SE da Cabela	Cuanza-Sul	Porto Amboim	165 302 583,00	40 977 000,00	206 279 583,00	ESP
3765	Aquisição do grupo diesel para sistemas telefeis	Nacional	Nacional	78 427 997,40	96 366 600,00	174 794 597,40	
3768	Revisão de grupos geradores diesel/provincias	Nacional	Nacional	147 149 484,95	187 592 432,80	334 741 917,75	
3769	Reabilitação e ampliação das redes MT e BT de Cabinda, fases 1 e 2	Cabinda	Cabinda (P)	672 460 443,77	619 970 555,28	1 292 430 999,05	
3770	Estudos para reconstrução do A.H. das Mabubas	Bengo	Bengo (P)	30 927 120,00	0,00	30 927 120,00	
3771	Actualização do plano director do sistema eléctrico nacional	Nacional	Nacional	22 450 000,00	0,00	22 450 000,00	
3897	Instal. do sistema de produção de energia e iluminação pública	Benguela	Benguela (P)	28 498 348,00	0,00	28 498 348,00	
3908	Reabilitação e ampl. da rede de ener. da Baía Farta mat. de gerad. de 250KVA	Benguela	Baía Farta	10 961 677,00	0,00	10 961 677,00	
3915	Reab. provisória dos sist. de illum. pública nas cidades do Itural	Benguela	Benguela (P)	53 612 140,00	0,00	53 612 140,00	
3925	Fiscalização/p/construção do A.H. do Chicapa	Luanda-Sul	Saizano	83 340 937,44	21 856 114,44	105 197 051,88	
3983	Reabilitação da rede eléctrica na Cidade do Luena	Moxico	Moxico	21 110 039,00	0,00	21 110 039,00	
4075	Assistência técnica à rede de energia eléctrica do Nizeto	Zaire	Nizeto	73 700 000,00	0,00	73 700 000,00	
4193	Emprestada transp. e montagem dos equipamentos eléct. regeçona Lucula Zinze	Cabinda	Cabinda (P)	7 280 760,00	0,00	7 280 760,00	
4290	Aquisição de um gerador de 250KVA e reabilitação de rede de distribuição de energia	Huíla	Kalukembe	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4296	Reabilitação do sistema de produção e distribuição de energia e água	Huíla	Kakonda	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4311	Reabilitação do sistema de distribuição de energia e água	Huíla	Jamba	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4313	Reabilitação do sistema de produção e distribuição de energia e água	Huíla	Kuvango	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4314	Reabilitação do sistema de produção e distribuição de energia e água	Huíla	Gambos	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4386	Instalação de potabilizadoras e painéis solares zonas rurais	Cabinda	Cabinda (P)	50 171 218,00	0,00	50 171 218,00	
4601	Manutenção de grupos geradores	Bié	Bié (P)	11 000 000,00	0,00	11 000 000,00	
4909	Aquisição e instalação de 2 postos de transformação no Icolo e Bengo	Bengo	Icolo e Bengo	9 954 580,00	0,00	9 954 580,00	
4916	Aquisição de grupo gerador de 250KV para Nambuang e Quissama	Bengo	Bengo (P)	7 268 260,00	0,00	7 268 260,00	
4957	Construção do A.H. Capanda, Fase I	Malanje	Malanje (P)	6 553 310 200,00	0,00	6 553 310 200,00	
5208	Electrificação da área do Futungo de Belas	Luanda	Sombu	48 496 995,00	221 503 005,00	270 000 000,00	
5229	Reabilitação do sistema de produção e distribuição de energia e água	Huíla	Humpala	23 000 000,00	0,00	23 000 000,00	
5401	Aquisição e instalação de um grupo gerador de 250 KVA	Benguela	Baía Farta	8 100 000,00	0,00	8 100 000,00	
5575	Construção de 3 x L.T. 220 KV Cambambe/Luanda	Nacional	Nacional	1 689 946 200,00	703 885 930,00	2 393 832 130,00	
5578	Malhona e desenvolvimento da rede eléctricas da região de Luanda	Nacional	Nacional	1 540 528 039,70	339 693 042,20	1 880 221 081,90	
5583	Reconstrução da L.T. 60 KV Luanda-Mabubas e SE Regional das Mabubas	Luanda	Luanda (P)	3 886 686 979,60	1 628 473 061,20	5 515 160 040,80	
5592	Reparação da rede de distribuição regional 30 KV e reab./exp. redes MT/BT	Luanda	Luanda (P)	492 403 716,90	263 138 129,30	755 541 846,20	
5595	Malanje	Malanje	Malanje (P)	1 814 643 916,80	1 011 264 883,20	2 825 908 800,00	
5605	Refecção da capacidade instalada no Uíge e reab. exp. redes MT/BT Uíge e Cuanza-Norte	Nacional	Nacional	1 358 592 102,40	757 116 297,60	2 115 708 400,00	
5610	Reforço capac. instalada região Lobito/Benguela-mst. G.T.G. (2x20 MW)	Benguela	Benguela (P)	1 535 469 700,00	638 711 325,00	2 174 181 025,00	
5612	Reconstrução L.T. 150 KV Bié/Quilava e Bié/Huambo	Nacional	Nacional	1 354 258 713,60	723 709 209,60	2 077 967 923,20	
5614	Reabilitação e expansão das redes MT/BT-Benguela, Huambo e Bié	Nacional	Nacional	2 625 665 792,00	1 463 231 208,00	4 088 897 000,00	
5617	Gratificação e coordenação de programa de investimentos/AC. Crédito China	Nacional	Nacional	258 962 053,90	137 566 659,01	396 528 712,91	
5684	Reabilitação da central térmica do Xroto (conclusão)	Namibe	Namibe (P)	60 067 220,00	0,00	60 067 220,00	
5685	Reabilitação e ampliação das redes de MT/BT do Menongue	Quando Cubango	Quando Cubango	122 587 001,03	59 346 000,00	181 933 001,03	
5690	Revisão do G.T.G. do Biópio	Benguela	Benguela (P)	63 453 910,26	0,00	63 453 910,26	
5691	Reabilitação da central térmica do Lobito (Revisão Total)	Benguela	Lobito	37 918 050,00	0,00	37 918 050,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Ano		Total	Fintidade Financiadora
		Província	Município	2005	2006		
5801	Aquisição de um grupo gerador para Administração do Belize	Cabinda	Belize	40 000 000,00	0,00	40 000 000,00	
5890	Aquisição e instalação de gerador de 1000 KVA	Bengo	Bala Atumba	7 662 297,00	0,00	7 662 297,00	
5891	Aquisição e instalação de gerador de 1250 KVA	Bengo	Dembu	5 700 000,00	0,00	5 700 000,00	
5893	Aquisição e instalação de gerador de 250 KVA	Bengo	Pango Atuquém	1 803 252,00	0,00	1 803 252,00	
5999	Aquisição de grupos geradores para diversas comunas da província	Zaire	Zaire (P)	120 820 944,00	0,00	120 820 944,00	
6342	Criação fonte alternativa de energia eléctrica p/centro integrado da formação Profissional Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	4 300 000,00	0,00	4 300 000,00	
6254	Fornecimento de equipamento e materiais para sistema de energia	Cabinda	Cabinda (P)	11 746 869,00	0,00	11 746 869,00	
6258	Construção de ramais de média tensão-Cabinda	Cabinda	Cabinda	13 026 420,00	0,00	13 026 420,00	
6260	Reparação da linha de transporte de energia Malongo-Lândaa	Cabinda	Cabinda (P)	6 818 000,00	0,00	6 818 000,00	
6429	Constr. instal. 2 redes eléctricas nos Municípios de Omb, Namak	Cumene	Cumene (P)	9 878 000,00	0,00	9 878 000,00	WB
	Exco 3 — Expansão da Capacidade de Captação e Distribuição de Água						
	Total do exco			15 050 281 181,25	9 071 935 340,00	24 122 216 521,25	UE
895	Reforço de abastecimento de água ao Tômbwa	Namibe	Tômbwa	217 997 619,00	0,00	217 997 619,00	
896	Programa de águas subterrâneas	Nacional	Nacional	116 356 087,04	108 330 000,00	224 686 087,04	
898	Elaboração de planos directores de sistema de abastecimento de água	Nacional	Nacional	97 247 114,00	58 584 769,80	155 831 883,80	
899	Programa Nacional de Água e Electricidade (PRONAE/Águas)	Nacional	Nacional	109 611 289,86	108 330 000,00	217 941 289,86	
901	Instalação de E.T.A. de Bom Jesus	Bengo	Bengo (P)	4 146 964,00	0,00	4 146 964,00	
903	Reforço do sistema de abastecimento de água de Ondjiva	Cumene	Cumene (P)	305 320 000,00	125 286 000,00	430 606 000,00	
961	Intervenção na rede de distribuição de água de Luanda	Luanda	Luanda (P)	139 190 000,00	80 653 663,20	219 843 663,20	
3197	Conclusão de reabilitação do sistema de abastecimento de água de Malanje	Malanje	Malanje (P)	22 450 000,00	0,00	22 450 000,00	
3198	Conclusão da reabilitação do sistema de abastecimento de água de Luena	Moxico	Moxico	14 260 240,00	0,00	14 260 240,00	
3216	Conclusão da reabilitação do sistema de abastecimento de água da Baía Farta	Benguela	Baía Farta	6 735 000,00	0,00	6 735 000,00	
3355	Reabilitação do sistema de abastecimento de água/ETA/Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	2 083 941,00	0,00	2 083 941,00	
3791	Reforço do sistema de abastecimento de água de Menongue	Quando Cabango	Menongue	125 540 400,00	127 956 743,60	253 507 143,60	
3792	Reforço do sistema de abastecimento de água do Kuito (1ª fase)	Bié	Kuito	82 526 200,00	0,00	82 526 200,00	
3916	Const. do sist. de abast. de água em Três 25 comunas sem cap. tanques Elevat Benguela	Benguela	Benguela (P)	43 739 349,00	0,00	43 739 349,00	
3942	Reab. sistema de abastecimento de água	Lunda-Sul	Xakolo	5 915 959,00	0,00	5 915 959,00	
4218	Expansão da capacidade de captação e distribuição de água	Namibe	Namibe (P)	74 414 806,00	0,00	74 414 806,00	
4220	Expansão da capacidade de captação e distribuição de água	Narube	Bibala	58 061 105,00	0,00	58 061 105,00	
4289	Melhoramento do sistema de distribuição de água da Cidade do Lubango	Huíla	Lubango	23 656 843,00	0,00	23 656 843,00	
4297	Reabilitação do sistema de distribuição de água	Huíla	Matala	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4299	Reabilitação do sistema de distribuição de energia e água	Huíla	Kalengue	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4300	Reabilitação do sistema de produção e distribuição de energia e água	Huíla	Chicomba	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4303	Reabilitação do sistema de produção e distribuição de energia e água	Huíla	Tchupungo	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4304	Reabilitação do sistema de distribuição de energia e água	Huíla	Chibia	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
4394	Reab. do sistema de prod. trat. abast. e distrib. dos municípios do interior	Benguela	Benguela (P)	45 000 000,00	0,00	45 000 000,00	
4447	Reabilitação e ampliação dos sist. de abast. águas-várias local e perifera Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	105 802 075,00	0,00	105 802 075,00	
4468	Reabilitação infra-estrutura de águas de Substantido	Cabinda	Cabinda (P)	4 039 200,00	0,00	4 039 200,00	
4469	Construção do sistema água Tali-Beco/Tali-Curra	Cabinda	Cabinda (P)	7 344 000,00	0,00	7 344 000,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Ano		Total	Entidade financiadora
		Provincia	Município	2005	2006		
4470	Reabilitação das capt. de agua, reserv. e rede de distribuição	Huambo	Huambo (P)	19 484 313,00	0,00	19 484 313,00	
4472	Construção de novos sistemas de capt. água, reserva, e conduta adutora	Huambo	Huambo (P)	205 027 918,00	0,00	205 027 918,00	
4474	Reabilitação da ETA do Huambo	Huambo	Huambo (P)	20 298 227,00	0,00	20 298 227,00	
4476	Intervenção pontual da conduta principal da Kasila	Huambo	Kasila	11 173 860,00	0,00	11 173 860,00	
4522	Construção de 18 sistemas de abastecimento de água	Zaire	Zaire (P)	122 400 000,00	0,00	122 400 000,00	
4528	Reabilitação do sistema de captação, tratamento e abastecimento de água à Ndalatando	Cuanza-Norte	Kazengo	176 166 890,00	0,00	176 166 890,00	
4533	Reabilitação do sistema de abastecimento de água	Cuanza-Norte	Ambaca	4 900 000,00	0,00	4 900 000,00	
4555	Reabilitação do sistema de abastecimento de água	Cuanza-Norte	Kambambe	15 330 000,00	0,00	15 330 000,00	
4568	Conclusão das obras de reabilitação da rede de abastecimento de água	Cuanza-Norte	Golungo Alto	7 497 770,00	0,00	7 497 770,00	
4590	Reabilitação do sistema de água por bombagem	Cuanza-Norte	Samba Caju	6 283 520,00	0,00	6 283 520,00	
4741	Reabilitação da rede de distribuição de água à Cidade de Malanje	Malanje	Malanje	32 203 020,00	0,00	32 203 020,00	
4834	Construção de 22 sistemas de fornecimento de água	Lunda-Norte	Lunda-Norte (P)	41 263 038,00	0,00	41 263 038,00	
4880	Conclusão do sistema de abastecimento de água da ex-Açucareira	Bengo	Dande	29 639 533,90	0,00	29 639 533,90	
4881	Reabilitação do sistema de distribuição de água de Pango Aluquém	Bengo	Pango Aluquém	43 688 453,00	0,00	43 688 453,00	
5210	Reabilitação da conduta interna de água	Lunda	Samba	32 369 601,00	111 630 399,00	144 000 000,00	
5238	Reparação da rede de distribuição de água da Bala Faria	Benguela	Bala Faria	5 590 100,00	0,00	5 590 100,00	
5457	Reabilitação do sistema de distribuição de energia e água do Chipundo	Huíla	Chipundo	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	
5622	Reforço do abastecimento e melhoria distribuição de água Cidade de Luanda	Luanda	Luanda (P)	4 180 563 366,40	3 062 820 207,30	7 243 383 573,70	BRA
5627	Construção sist. abastecimento água Benguela, Lohito, Caturubela e B Faria	Benguela	Benguela (P)	3 536 263 561,60	2 942 757 704,70	6 479 021 265,70	BRA
5630	Reforço do sistema de abastecimento de água a Luanda	Luanda	Luanda (P)	2 324 354 104,80	1 238 472 268,80	3 562 826 373,60	CHI
5634	Reab. e reforço sistema de abastecimento água às Províncias do Bengo e Uíge	Nacional	Nacional	1 108 843 012,00	451 410 892,00	1 560 275 904,00	CHI
5635	Reforço do sistema de abastecimento de água do Huambo	Huambo	Huambo	1 110 272 832,00	596 715 152,00	1 706 988 384,00	CHI
5678	Reforço do sistema de abastecimento de água do Huambo	Nacional	Nacional	110 983 737,40	58 957 139,60	169 940 877,00	CHI
5747	Geotifio e coordenação do programa de investimento/AC Crédito China	Cabinda	Cabinda (P)	129 000 000,00	0,00	129 000 000,00	
5841	Reabilitação do sistema de captação e distribuição de água de Mussende	Cabinda-Sul	Mussende	5 400 000,00	0,00	5 400 000,00	
5885	Reabilitação do sistema de água de Quibaxe	Bengo	Dianbos	15 362 561,00	0,00	15 362 561,00	
5886	Construção de pequeno sistema de abastecimento de água de Carquegue	Bengo	Icolo e Bengo	9 681 024,00	0,00	9 681 024,00	
5887	Reabilitação do sistema de água da Muxima	Bengo	Kussaza	2 000 000,00	0,00	2 000 000,00	
5888	Conclusão do sistema de abastecimento de água de Muxalando	Bengo	Nambuangongo	2 841 903,00	0,00	2 841 903,00	
6006	Reabilitação do sistema de abastecimento de água do Tomboco	Zaire	Tomboco	10 200 000,00	0,00	10 200 000,00	
6029	Construção do sistema de abastecimento água em div. comunas do Nôqui	Zaire	Nôqui	4 300 000,00	0,00	4 300 000,00	
6255	Construção e reabilitação do sistema de água em Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	56 852 708,00	0,00	56 852 708,00	
6256	Aquisição de equipamentos e materiais p/sistemas de abastecimento de água (ETA)	Cabinda	Cabinda	12 900 000,00	0,00	12 900 000,00	
6259	Construção do sistema de desalinação de água no Massabi	Cabinda	Lardana	4 342 140,00	0,00	4 342 140,00	WB
6347	Construção de 1 sistema de captação de água	Cuanza-Sul	Sumbé	2 647 999,95	0,00	2 647 999,95	WB
6350	Construção de 1 tanque elevado de 2,5m ³	Cuanza-Sul	Sumbé	2 676 533,90	0,00	2 676 533,90	WB
6412	Construção de 1 sistema de abastecimento de água Kuushama	Cunene	Cunene (P)	1 400 880,00	0,00	1 400 880,00	WB
6413	Reabilitação de 2 sistemas de abastec. de água Munic. Kuahit e Namak	Cunene	Cunene (P)	19 638 362,00	0,00	19 638 362,00	WB

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		TOTAL	Entidade Financiadora
		Província	Município	2005	2006		
	Eixo 4 — Transportes						
	<i>Total do eixo</i>			17 103 108 981,00	26 896 018 687,00	43 999 127 663,00	BRA
1783	Aquisição de autocarros urbanos	Nacional	Nacional	570 158 730,00	1 140 317 460,00	1 710 476 190,00	BRA
4265	Aquisição e fornecimento de autocarros urbanos	Cabinda	Cabinda (P)	47 721 312,00	0,00	47 721 312,00	
4270	Const. de três terminais de transbordo (Cacuaco/Samba/Vizana)	Luanda	Luanda (P)	171 000 000,00	0,00	171 000 000,00	
5042	CFM — Reabilitação do troço Namibe/Matala	Namibe	Namibe (P)	1 274 800 000,00	1 496 799 959,00	2 771 599 959,00	IND
5048	Reabilitação do Aeródromo de Ondjiva	Cunene	Cunene (P)	80 820 000,00	0,00	80 820 000,00	
5049	Reabilitação do Aeródromo de Sauro	Luanda-Sul	Sauro	609 000 000,00	761 209 732,00	1 370 209 732,00	
5050	Reabilitação do Aeródromo do Kuito	Bié	Kuito	822 434 162,00	822 434 162,00	1 644 868 324,00	
5271	Reabilitação do Aeródromo da Jamba	Huíla	Jamba	1 666 000,00	0,00	1 666 000,00	
5476	CFP — Reabilitação do troço Baía/Malanje	Luanda	Luanda (P)	4 078 650 635,00	17 866 972 673,00	21 945 623 298,00	CHI
5518	CFP — Reabilitação do troço Cubal/Luau	Benguela	Luanda	3 533 794 762,00	4 318 660 882,00	7 852 455 644,00	CHI
5519	Reposição de viaturas destruídas pela guerra	Nacional	Nacional	5 239 210 286,00	0,00	5 239 210 286,00	CHI
5527	Aquisição de autocarros interprovinciais	Nacional	Nacional	532 373 814,00	489 623 814,00	1 021 997 628,00	BRA
5757	Plano Director dos Transportes	Cabinda	Cabinda (P)	1 000 000,00	0,00	1 000 000,00	
5788	Remediação e ampliação do terminal de carga do aeroporto	Cabinda	Cabinda	23 650 000,00	0,00	23 650 000,00	
5789	Construção do terminal de passageiros do aeroporto	Cabinda	Cabinda	8 600 000,00	0,00	8 600 000,00	
5792	Melhoramento da sala dos serviços protocolares do aeroporto	Cabinda	Cabinda	12 900 000,00	0,00	12 900 000,00	
5812	Manutenção de autocarros E.T.P.E.P	Cabinda	Cabinda	57 113 314,00	0,00	57 113 314,00	
5848	Reabilitação da placa do Aeroporto do Dando	Luanda-Norte	Luanda	15 142 176,00	0,00	15 142 176,00	
6217	Aquisição de equipamento marítimo (Fartós)	Cabinda	Cabinda (P)	8 684 280,00	0,00	8 684 280,00	
6218	Apetrechamento do aeroporto	Cabinda	Cabinda	5 789 520,00	0,00	5 789 520,00	
6219	Pavimentação do parque da sala do protocolo	Cabinda	Cabinda	8 600 000,00	0,00	8 600 000,00	
	Eixo 5 — Telecomunicações			651 805 582,00	280 249 655,00	932 055 237,00	
	<i>Total do eixo</i>			163 393 255,00	0,00	163 393 255,00	
9	Digitalização e modernização da rede provincial de Cuanza-Sul	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	153 803 103,00	0,00	153 803 103,00	
3262	Projecto ITELNET	Nacional	Nacional	72 500 000,00	173 969 655,00	246 469 655,00	
3918	Sistema INMARSAT	Luanda	Luanda (P)	117 709 224,00	0,00	117 709 224,00	
5116	Reabilitação das estações postais do Huambo, Bailundo, Dondo e Malanje	Nacional	Nacional	17 200 000,00	0,00	17 200 000,00	
5790	Instalação e ampliação da rede telefonica	Cabinda	Cabinda (P)	127 200 000,00	106 280 000,00	233 480 000,00	
6460	Implementação das TIC nos serviços postais	Nacional	Nacional				
	3 — Subprograma Integrado da Melhoria dos Serviços Sociais			47 137 698 463,11	25 117 449 780,54	72 255 148 243,65	
	<i>Infra-Estruturas Sociais</i>			21 133 494 693,93	9 526 599 400,54	30 660 094 094,47	
	<i>Total do subprograma</i>			26 004 213 867,18	15 590 850 300,00	41 595 064 247,18	
	<i>Projectos em curso</i>						
	<i>Projectos novos</i>						

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade Financiadora
		Província	Município	2005	2006		
	Eixo I — Construção, reabilitação, equipamento e reapetrechamento de infra-estruturas sociais						
	Total do eixo			43 550 098 143,84	18 067 191 921,54	61 617 290 065,38	
179	Reabilitação e apetrechamento do Hospital Regional do Lobito	Benguela	Lobito	270 000 000,00	0,00	270 000 000,00	
191	Reabilitação e apetrechamento do Centro de Saúde do Bairro S. João	Benguela	Lobito	6 172 373,00	0,00	6 172 373,00	
195	Reabilitação e apetrechamento da Escola do III nível Sady Mingas	Benguela	Lobito	60 363 543,00	0,00	60 363 543,00	
340	Reabilitação do Hospital Pediátrico de Luanda (Edifício Velho)	Luanda	Mauanga	89 351 000,00	0,00	89 351 000,00	
341	Equipamento médico/científico para as províncias e hospitais municipais	Nacional	Nacional	359 200 000,00	315 300 000,00	674 500 000,00	
345	Reabilitação da Maternidade Lacerda Palm	Luanda	Ingombota	404 100 000,00	872 452 000,00	1 276 552 000,00	
346	Reabilitação do Hospital Psiquiátrico (edifício adm. — Cont. + B. Urg.)	Luanda	Mauanga	161 640 000,00	562 832 000,00	724 472 000,00	
347	Reabilitação do Centro Ortopédico de Viana fase II	Luanda	Viana	71 840 000,00	0,00	71 840 000,00	
348	Reabilitação e conclusão do Hospital do Lubango + Escalateização	Huíla	Lubango	1 061 580 000,00	313 473 408,00	1 375 053 408,00	CHI
349	Reabilitação do Hospital Sanatório do Huambo — Núcleo da Faculdade	Huambo	Huambo (P)	180 000 000,00	136 662 000,00	316 662 000,00	
350	Reabilitação e ampliação do Hospital de Ondjiva + fiscalização	Cunene	Cunene (P)	191 849 000,00	0,00	191 849 000,00	
353	Reabilitação do Hospital do Preséda	Luanda	Mauanga	823 280 000,00	786 699 000,00	1 609 979 000,00	
354	Construção do edifício Centro de Aconselhamento do SIDA	Luanda	Mauanga	279 587 000,00	0,00	279 587 000,00	
355	Construção edifício Centro Nacional de Sangue	Nacional	Nacional	215 520 000,00	674 498 000,00	890 018 000,00	
356	Reabilitação do Hospital Sanatório de Luanda	Luanda	Kilamba Kinaxi	323 280 000,00	734 163 000,00	1 057 443 000,00	CHI
394	Reabilitação do Hospital de Malanje	Malanje	Malanje (P)	728 190 000,00	940 144 000,00	1 668 334 000,00	
395	Conclusão dos trabalhos no C.M.F. reabilitação	Nacional	Nacional	269 400 000,00	520 840 000,00	790 240 000,00	
440	Estudo técnico para reabilitação do Centro Nacional de Oncologia de Luanda	Luanda	Mauanga	60 000 000,00	55 900 729,80	115 900 729,80	
792	Mobilizar e ampliação da Escola do I Nível n.º 99	Huíla	Huíla (P)	14 000 000,00	0,00	14 000 000,00	
797	Reabilitação e ampliação da Escola do I Nível n.º 99	Huíla	Lubango	21 703 018,00	0,00	21 703 018,00	
817	Aprechamento do Hospital Saramoro	Huíla	Lubango	15 000 000,00	0,00	15 000 000,00	
824	Reabilitação do Hospital Materno-Infantil	Huíla	Lubango	75 000 000,00	0,00	75 000 000,00	
974	Projectos diversos a nominalizar	Zaire	Zaire (P)	681 181 305,00	0,00	681 181 305,00	
1148	Reabilitação do Instituto Ind. Pedagógico/Huambo	Huambo	Huambo (P)	225 000 000,00	188 400 000,00	413 400 000,00	
1149	Reabilitação do Instituto Médico Agrário — Malanje (2.ª fase)	Malanje	Malanje (P)	454 237 524,00	227 118 762,00	681 356 286,00	
1150	Reabilitação da Escola do II Nível Comandante Bula (2.ª fase)	Huambo	Huambo (P)	180 000 000,00	141 300 000,00	321 300 000,00	
1151	Reabilitação da Escola do II Nível de Sauro (2.ª fase)	Luanda-Sul	Sauro	315 000 000,00	188 400 000,00	503 400 000,00	
1153	Reabilitação e ampliação da Escola do II e III Níveis do Kuito	Bila	Kuito	180 000 000,00	141 300 000,00	321 300 000,00	
1154	Ampliação da Escola do II e III Níveis de Caxito	Bengo	Dande	54 000 000,00	0,00	54 000 000,00	
1155	Reabilitação da Escola do II e III Níveis do Uíge	Uíge	Uíge (P)	112 500 000,00	94 200 000,00	206 700 000,00	
1160	Construção de campos desportivos (Esq. Ngola Kiluanje)	Luanda	Ingombota	18 000 000,00	0,00	18 000 000,00	
1165	Construção da Escola Secundária Técnica do Lobito	Benguela	Lobito	100 000 000,00	113 752 292,00	213 752 292,00	
1175	Reabilitação do Instituto Médico de Caxito	Bengo	Dande	112 500 000,00	94 200 000,00	206 700 000,00	
1205	Reabilitação do Centro de Saúde Municipal do Quixaxe	Uíge	Quixaxe	3 825 000,00	0,00	3 825 000,00	
1645	Reabilitação da Igreja da Misericórdia	Luanda	Ingombota	1 188 000,00	49 491 970,00	50 679 970,00	
1679	Equipamentos sociais/Sapa	Luanda	Viana	55 440 000,00	120 560 000,00	176 000 000,00	
2823	Reabilitação do Parque Heróis Chaves	Luanda	Viana	5 320 000,00	67 011 450,00	72 331 450,00	
2840	Construção Biblioteca e Arquivo	Luanda	Ingombota	63 360 000,00	1 696 640 000,00	1 760 000 000,00	
3251	Reabilitação do Hospital Josina Machel	Luanda	Mauanga	1 099 331 000,00	0,00	1 099 331 000,00	JAP

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2085	2086		
3261	Reabilitação dos Serviços Provinciais de Saúde na Província do Uíge.	Uíge	Uíge (P)	179 600 000,00	96 482 160,00	276 082 160,00	BAD
3272	Const. apetrech. de seis cont. de saúde (Cazenga, Samba, Cacusco, Sambiz).	Luanda	Luanda (P)	343 988 525,00	0,00	343 988 525,00	
3273	Construção do Hospital Provincial de Luanda	Luanda	Kilamba Kinaxi	6 840 000,00	0,00	6 840 000,00	
3275	Const. e apetrech. de 22 escolas primárias (Província)	Luanda	Luanda (P)	2 167 534 490,00	0,00	2 167 534 490,00	
3280	Const. apetrech. infra-estrut. artístico-culturais (todos municípios)	Luanda	Luanda (P)	198 702 000,00	0,00	198 702 000,00	
3810	Const. apetr. de quatro esc. do I nível na base do mod. super. apres. e rec.	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	4 304 436,00	0,00	4 304 436,00	
3817	Reabli. e apetrechamento da escola do II e III níveis com oito salas	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	26 925 496,00	0,00	26 925 496,00	
3818	Reabilitação e apetrechamento de duas escolas do I nível de duas salas	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	6 232 534,00	0,00	6 232 534,00	
3828	Reconstrução da escola do II e III níveis	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	29 881 060,00	0,00	29 881 060,00	
3893	Construção apetrechamento de quatro postos de saúde	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	20 152 606,00	0,00	20 152 606,00	
3900	Reabilitação e apetrechamento do hospital municipal	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	34 572 739,00	0,00	34 572 739,00	
3902	Construção e apetrechamento do centro de saúde	Luanda-Sul	Mukonda	9 400 353,00	0,00	9 400 353,00	
3948	Construção e apetrechamento de 25 postos de saúde	Benguela	Benguela (P)	91 300 503,00	0,00	91 300 503,00	
3951	Reab. ampliação e apetrech. banco de urgência hospital central sindicato	Benguela	Benguela (P)	81 066 445,00	0,00	81 066 445,00	
3956	Construção e apetrech. de 25 escolas do I nível nas comunas do interior	Benguela	Benguela (P)	45 000 000,00	0,00	45 000 000,00	
3964	Reabilitação e apetrechamento de três escolas do III nível	Benguela	Balombo	65 241 354,00	0,00	65 241 354,00	
3965	Reabilitação e apetrechamento de uma escola T3 do I nível no Lucusse	Moxico	Moxico	16 929 000,00	0,00	16 929 000,00	
3966	Reabilitação e apetrechamento de uma escola T3 I nível de Cangumbe	Moxico	Moxico	16 929 000,00	0,00	16 929 000,00	
3968	Reabilitação e apetrechamento de uma escola T3 I nível do Moxico-velho	Moxico	Moxico	16 929 000,00	0,00	16 929 000,00	
3978	Reabilitação e apetrechamento do Hospital Municipal dos Bundas	Moxico	Moxico	25 000 000,00	0,00	25 000 000,00	
3980	Reabilitação e apetrechamento do Centro de Saúde do Lucicano	Moxico	Lumbala-Ngulumbo	20 000 000,00	0,00	20 000 000,00	
4062	Construção e apetrechamento do Complexo Escolar Saldy Mingas	Cabinda	Luacano	129 432 435,00	0,00	129 432 435,00	
4064	Construção da Escola com 16 salas de aulas no Chivoca	Cabinda	Cabinda (P)	11 633 751,00	0,00	11 633 751,00	
4065	Construção da Escola do I Nível de Cabassango	Cabinda	Cabinda (P)	8 420 330,00	0,00	8 420 330,00	
4067	Construção de uma escola na Povoação de Chinganga	Cabinda	Lândana	36 448 062,00	0,00	36 448 062,00	
4068	Construção do muro de vedação da Escola de Formação F. do Tando Zinze	Cabinda	Cabinda (P)	6 446 180,00	0,00	6 446 180,00	
4069	Reabilitação do Hospital Jn. Alzira da Fonseca no Município de Buco-Zau	Cabinda	Cabinda (P)	4 614 342,00	0,00	4 614 342,00	
4087	Construção do Hospital Cabassango — 2.ª fase	Cabinda	Buco-Zau	44 064 000,00	0,00	44 064 000,00	
4105	Construção do Cen. de Saúde do Neculo, incluindo acesso e ferramenagem	Cabinda	Cabinda (P)	56 770 816,00	0,00	56 770 816,00	
4111	Aquisição e instalação de equipamentos para Hospital Alzira da Fonseca	Cabinda	Buco-Zau	20 669 551,00	0,00	20 669 551,00	
4112	Fiscalização da reabilitação do Hospital Alzira da Fonseca	Cabinda	Buco-Zau	156 840 759,00	0,00	156 840 759,00	
4123	Construção do pavilhão de infeção-contagiões	Cabinda	Buco-Zau	7 399 337,00	0,00	7 399 337,00	
4126	Construção do Centro de Saúde do Povo Grande	Cabinda	Cabinda (P)	114 638 891,00	0,00	114 638 891,00	
4127	Ampliação do Posto de Saúde do Dunge	Cabinda	Cabinda (P)	33 296 814,00	0,00	33 296 814,00	
4128	Ampliação do Posto de Saúde Sanga Planície	Cabinda	Cabinda (P)	33 083 765,00	0,00	33 083 765,00	
4129	Construção do Centro Retransmissor da TPA no Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	19 526 006,00	0,00	19 526 006,00	
4130	Construção do Centro Retransmissor da TPA no Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	33 296 814,00	0,00	33 296 814,00	
4137	Construção do edifício da identificação	Cabinda	Belize	3 514 301,00	0,00	3 514 301,00	
4138	Construção do Centro Retransmissor da TPA no Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	3 522 365,00	0,00	3 522 365,00	
4150	Construção do edifício da identificação	Cabinda	Cabinda (P)	105 956 457,00	0,00	105 956 457,00	
4261	Construção de 12 Campos Polivalentes nas escolas reabli. e construídas	Huíla	Buco-Zau	17 201 543,00	0,00	17 201 543,00	
4267	Apetrechamento do Hospital Materno-Infantil	Huíla	Lubango	32 324 800,00	0,00	32 324 800,00	
4275	Construção do Centro Municipal de Saúde	Huíla	Lubango	30 000 000,00	0,00	30 000 000,00	
4276	Construção do Centro Municipal de Saúde	Huíla	Tetipungo	17 382 400,00	0,00	17 382 400,00	
			Chicomba	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2005	2006		
4278	Construção do Centro Municipal de Saúde	Huíla	Chipindo	2 555 500,00	0,00	2 555 500,00	
4282	Construção do Centro de Saúde	Huíla	Chibia	11 934 400,00	0,00	11 934 400,00	
4321	Ampliação da Escola Técnica de Saúde	Uíge (P)	Uíge (P)	6 750 000,00	0,00	6 750 000,00	
4331	Reabilitação de jardins e áreas de lazer da Cidade do Lubango	Huíla	Lubango	10 000 000,00	0,00	10 000 000,00	
4337	Reab. quatro escolas médias-técnicas (Cacuso/Maranga/Cazengo/Viana)	Lunda-Norte	Lunda-Norte	68 400 000,00	0,00	68 400 000,00	
4431	Reabilitação e apetrechamento de 19 escolas primárias	Huambo	Huambo (P)	56 337 392,00	0,00	56 337 392,00	
4434	Reabilitação e apetrechamento de 12 escolas secundárias	Huambo	Huambo (P)	26 274 042,56	0,00	26 274 042,56	
4437	Construção e apetrechamento de 74 escolas primárias	Huambo	Huambo (P)	73 176 367,44	0,00	73 176 367,44	
4440	Construção de escola do II e III níveis	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	13 687 100,00	0,00	13 687 100,00	
4441	Construção e apetrechamento de 51 escolas comunitárias	Huambo	Huambo (P)	40 350 050,00	0,00	40 350 050,00	
4445	Construção de escolas do II e III níveis	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	18 687 100,00	0,00	18 687 100,00	
4448	Construção de 12 centros de saúde/residência p/ruadico	Huambo	Huambo (P)	41 715 744,00	0,00	41 715 744,00	
4450	Construção de 40 postos de saúde/residência p/ruadico	Huambo	Huambo (P)	56 826 842,00	0,00	56 826 842,00	
4459	Construção de 40 postos de saúde/residência p/ruadico	Huambo	Huambo (P)	23 465 106,00	0,00	23 465 106,00	
4461	Completão da construção do Hospital Municipal da Caála	Huambo	Caála	24 830 800,00	0,00	24 830 800,00	
4479	Reabilitação e apetrechamento do Centro Ortopédico da Boxaba Alta	Huambo	Huambo (P)	18 500 000,00	0,00	18 500 000,00	
4481	Construção de escolas do II e III níveis	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	9 742 394,00	0,00	9 742 394,00	
4495	Construção e apetrechamento do Centro Médico	Cuanza-Norte	Ngongueumbo	7 306 000,00	0,00	7 306 000,00	
4496	Reabilitação do Hospital Municipal	Cuanza-Norte	Banga	4 154 820,00	0,00	4 154 820,00	
4497	Reabilitação de escolas nas comunas	Bié	Bié (P)	15 000 000,00	10 650 000,00	25 650 000,00	
4501	Reabilitação e apetrechamento do Pavilhão de Fúterbolone	Cuanza-Norte	Colungo Alto	19 916 620,00	0,00	19 916 620,00	
4512	Construção e apetrechamento de 18 postos saúde	Zaire	Zaire (P)	318 000 000,00	0,00	318 000 000,00	
4516	Construção e apetrechamento do Centro Médico	Cuanza-Norte	Samba-Cajú	14 529 612,00	0,00	14 529 612,00	
4574	Reabilitação do Centro Materno-Infantil do Kuito	Bié	Kuito	8 773 411,00	0,00	8 773 411,00	
4557	Reabilitação de postos de saúde nas comunas	Bié	Bié (P)	15 000 000,00	14 750 000,00	29 750 000,00	
4562	Const. cinco Esc. Rur nas Pov. de Muqu, Haku, Namb, Cahala-Pepo e Atch	Cunene	Cunene (P)	8 112 240,00	0,00	8 112 240,00	
4578	Construção de escolas c/ seis salas em Ombadja	Cunene	Ombadja	4 324 800,00	0,00	4 324 800,00	
4587	Cons. e apetrech. Esc. INiv Abda mas Pop. Mu. Quim Zam. Dum Cang. e S. Pombo	Uíge (P)	Uíge (P)	23 401 600,00	0,00	23 401 600,00	
5489	Construção e apetrechamento de escolas do I e II níveis	Zaire	Mbaiza Congo	140 450 000,00	0,00	140 450 000,00	
4616	Programa de manutenção de portuária	Huambo	Huambo (P)	26 388 500,00	0,00	26 388 500,00	
4626	Construção do Centro de Saúde de Santa Clara	Cunene	Namakuande	5 000 000,00	0,00	5 000 000,00	
4631	Construção e apetrech. de um Hosp. Municipal no Bairro Candombe Velho	Uíge	Uíge (P)	62 622 168,00	0,00	62 622 168,00	
4640	Construção do Hospital da Cahama	Cunene	Cahama	16 000 000,00	0,00	16 000 000,00	
4649	Construção do Hospital do Kurova	Cunene	Xuroca	17 500 000,00	0,00	17 500 000,00	
4650	Reabilitação e apetrechamento de 10 centros de saúde	Uíge	Uíge (P)	3 853 965,00	0,00	3 853 965,00	
4656	Construção do Hospital do Kuvvela	Cunene	Kuvvela	10 113 600,00	0,00	10 113 600,00	
4738	Reabilitação do campo de futebol onze em Namacunde	Cunene	Namacunde	3 716 000,00	0,00	3 716 000,00	
4740	Reabilitação da Escola do II Nível Hoji-ye-Henda	Malanje	Malanje	11 114 188,00	0,00	11 114 188,00	
4767	Aquisição de carteiras escolares	Malanje	Malanje (P)	12 000 000,00	0,00	12 000 000,00	
4794	Construção de uma escola c/ oito salas no Chitato	Lunda-Norte	Chitato	9 398 868,00	0,00	9 398 868,00	
4797	Construção de uma escola c/ oito salas no Kuango	Lunda-Norte	Kuango	28 015 263,00	0,00	28 015 263,00	
4825	Construção de uma escola com oito salas no Lubango	Lunda-Norte	Lubanga	44 436 032,00	0,00	44 436 032,00	

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Realidade financeira
		Província	Município	2005	2006		
4830	Construção de um posto de saúde no Kamissombo	Lunda-Norte	Lucapa	3 537 625,00	0,00	3 537 625,00	
4837	Construção de um posto de saúde no Xingu	Lunda-Norte	Kapenina-Kamulembá	4 692 667,00	0,00	4 692 667,00	
4839	Construção de um posto de saúde no Laureço	Lunda-Norte	Kuito	4 861 214,00	0,00	4 861 214,00	
4840	Construção de um posto de saúde no Luangue	Lunda-Norte	Lobito	4 692 667,00	0,00	4 692 667,00	
4842	Construção de um centro de saúde no Kuito	Lunda-Norte	Kuito	10 349 939,00	0,00	10 349 939,00	
4849	Construção de escola do I Nível Pango-Aluquem	Bengo	Pango-Aluquem	7 940 902,00	0,00	7 940 902,00	
4850	Construção de escolas do I Nível Icolo e Bengo	Bengo	Icolo e Bengo	9 345 972,00	0,00	9 345 972,00	
4852	Aquisição de equipamentos e materiais escolares	Bengo	Bengo (P)	10 121 088,00	0,00	10 121 088,00	
4855	Construção de um internato escolar no Icolo e Bengo	Bengo	Icolo e Bengo	9 345 972,00	0,00	9 345 972,00	
4862	Formação técnica-profissional de quadros	Bengo	Bengo (P)	7 860 028,00	0,00	7 860 028,00	
4863	Mercado escolar	Bengo	Dembos	6 276 000,00	0,00	6 276 000,00	
4900	Fomento de actividades de natureza artistico-cultural	Bengo	Bengo (P)	0,00	2 440 000,00	2 440 000,00	
4902	Apoio a iniciativas com vista à massificação da actividade desportiva	Bengo	Bengo (P)	7 720 333,00	0,00	7 720 333,00	
4925	Construção e apetrech do Instituto Superior Politécnico do México	Mexico	Mexico	35 241 656,00	0,00	35 241 656,00	
5070	Constituição do campo universitário Agouinho Neto	Luanda	Kilamba Kaxi	2 693 200 000,00	1 745 333 333,00	4 438 533 333,00	CHI
5072	Reabilitação do Estádio Municipal dos Coqueiros	Luanda	Ingombata	420 398 177,36	0,00	420 398 177,36	
5102	Construção da escola secundária em Luanda	Luanda	Luanda (P)	46 771 722,00	50 000 000,00	96 771 722,00	
5103	Construção da escola secundária no Bié	Bié	Bié (P)	60 000 000,00	78 874 000,00	138 874 000,00	
5124	Construção de um edifício para TPA no Huambo	Huambo	Huambo	55 721 000,00	0,00	55 721 000,00	
5125	Reabilitação do edifício da emissora provincial de RNA no Huambo	Huambo	Huambo	59 326 000,00	0,00	59 326 000,00	
5131	Construção do Hospital Provincial do Ministério do Interior/Bié	Bié	Bié (P)	14 784 431,00	5 749 500,94	20 533 931,94	
5140	Reabilitação do Hospital Provincial do Huambo	Huambo	Huambo	862 082 000,00	1 126 990 000,00	1 989 070 000,00	CHI
5141	Conclusão e ampliação do hospital da Caxala	Huambo	Caxala	140 000 000,00	154 341 212,80	294 341 212,80	
5163	Reabilitação e ampliação da escola de aviação do Lobito	Benguela	Lobito	124 819 200,00	0,00	124 819 200,00	
5198	Projectos diversos a implementar	Lunda-Norte	Lunda-Norte (P)	0,00	0,00	0,00	
5206	Construção e reabilitação de escolas médias-tecnicas	Luanda	Mananga	21 750 000,00	24 879 000,00	46 629 000,00	
5217	Construção de uma escola para o I nível com 6 salas em Chipundo	Huíla	Chipundo	12 545 200,00	0,00	12 545 200,00	
5220	Construção de uma escola para o I nível com 4 salas em Quilengues	Huíla	Quilengues	11 146 124,00	0,00	11 146 124,00	
5224	Reabilitação do centro municipal de saúde da Humpata	Huíla	Humpata	4 097 659,00	0,00	4 097 659,00	
5228	Reabilitação do centro municipal de saúde dos Gambos	Huíla	Gambos	4 579 600,00	0,00	4 579 600,00	
5248	Construção e apetrechamento da escola primária com seis salas na Nharéa	Bié	Nharéa	13 038 802,00	0,00	13 038 802,00	
5260	Conclusão e apetrechamento do futuro centro universitário	Bié	Kuito	10 000 000,00	7 908 915,00	17 908 915,00	
5268	Apetrechamento do hospital provincial	Bié	Kuito	17 100 000,00	0,00	17 100 000,00	
5287	Ampliação do hospital municipal do Namacunde	Cunene	Namacunde	15 000 000,00	0,00	15 000 000,00	
5347	Reabilitação e ampliação do hospital do Kamucupa	Bié	Kamucupa	6 162 308,00	0,00	6 162 308,00	
5351	Construção do centro de saúde do Município do Nharéa	Bié	Nharéa	9 240 866,00	0,00	9 240 866,00	
5358	Construção de uma escola com seis salas no Kuito (PEMIRK)	Bié	Kuito	10 534 068,00	0,00	10 534 068,00	
5396	Construção da Fortaleza de São Miguel	Luanda	Ingombata	93 422 370,00	0,00	93 422 370,00	
5407	Reabilitação do hospital de Sauro	Luanda-Sul	Sauro	44 193 401,00	0,00	44 193 401,00	
5416	Construção da escola na Comunidade do Baixo Louga	Cuando Cubango	Kuito Kuavavale	6 149 397,00	0,00	6 149 397,00	
5423	Construção da escola no Bairro Popular	Cuando Cubango	Menongue	6 388 638,00	0,00	6 388 638,00	
5428	Construção do Hospital Municipal da Mavinga	Cuando Cubango	Mavinga	26 766 096,00	0,00	26 766 096,00	
5548	Construção do Monumento 4 de Fevereiro	Luanda	Luanda (P)	320 574 634,00	0,00	320 574 634,00	
5562	Construção e equipamento de uma escola do II nível	Luanda	Luanda (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI

Código	Designação do projecto	Localização		Ano		Total	Entidade financeira
		Província	Município	2005	2006		
5563	Construção e apetrech de uma escola do II Nível em Cacuso	Luanda	Cacuso	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5564	Construção e apetrech de uma escola do II Nível em Belas	Luanda	Luanda (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5565	Construção e apetrech de uma escola do II Nível em Caála	Huambo	Huambo	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5566	Construção e apetrech de uma escola do II Nível em Baía Farta	Benguela	Baía Farta	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5567	Construção e apetrech de uma escola do II Nível em Benguela	Benguela	Benguela	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5569	Construção e apetrech de uma escola do II Nível em Malanje	Malanje	Malanje (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5570	Construção e apetrech de uma escola do II Nível no Lubango	Huíla	Huíla (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5571	Construção e apetrech de uma escola do II Nível na Chibia	Huíla	Huíla (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5572	Construção e apetrech de uma escola do II Nível no Namibe	Namibe	Namibe (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5573	Construção e apetrech de uma escola do III Nível no Cazengue	Luanda	Luanda (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5574	Construção e apetrech de uma escola do III Nível em Belas	Luanda	Luanda (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5576	Construção e apetrech de uma escola do III Nível no Huambo	Huambo	Huambo (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5577	Construção e apetrech de uma escola do III Nível no Lobito	Benguela	Benguela (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5579	Construção e apetrech de uma escola do III Nível no Uíge	Uíge	Uíge (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5585	Construção e apetrech de uma escola do III Nível em Malanje	Malanje	Malanje (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5587	Construção e apetrech de uma escola do III Nível no Lubango	Huíla	Huíla (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5588	Construção e apetrech de uma escola do III Nível no Namibe	Namibe	Namibe (P)	122 745 780,00	0,00	122 745 780,00	CHI
5589	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico em Cacuso	Luanda	Luanda (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5593	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico da Samba	Luanda	Luanda (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5594	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico em Viana	Luanda	Luanda (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5598	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico em Benguela	Benguela	Benguela (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5600	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico do Lobito	Benguela	Benguela (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5603	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico no Huambo	Huambo	Huambo (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5607	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico do Namibe	Namibe	Namibe (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5608	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico de Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	465 120 000,00	0,00	465 120 000,00	CHI
5615	Construção e apetrech de um Instituto Médio Politécnico do Uíge	Uíge	Uíge (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5616	Construção e apetrechamento do Instituto Médio Politécnico do Dundo	Luanda-Norte	Luanda-Norte (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5618	Construção e apetrechamento do Instituto Médio Politécnico do Sumbé	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5620	Construção e apetrechamento do Instituto Médio Politécnico do Kuito	Bié	Bié (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5621	Construção e apetrechamento do Instituto Médio Politécnico de Saurimo	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5623	Melhoria dos serviços da saúde-Huambo, Benguela, Huíla, Bié	Nacional	Nacional	89 800 000,00	269 400 000,00	359 200 000,00	UE
5625	Construção e apetrechamento do Instituto Médio Politécnico de Malanje	Malanje	Malanje (P)	465 120 000,00	116 280 000,00	581 400 000,00	CHI
5626	Construção e apetrechamento de um Centro de Saúde em Camacupa	Bié	Camacupa	207 438 000,00	169 722 000,00	377 160 000,00	CHI
5629	Construção e apetrechamento de um Centro de Saúde em Ombadja	Cunene	Ombadja	30 626 000,00	25 058 000,00	55 684 000,00	CHI
5632	Construção e apetrechamento de um Instituto Médio Agrário do Uíge	Uíge	Uíge (P)	529 943 778,00	227 118 762,00	757 062 540,00	CHI
5636	Construção e apetrechamento de um Instituto Médio Agrário de Caála	Huambo	Huambo (P)	529 943 778,00	227 118 762,00	757 062 540,00	CHI
5637	Construção e apetrechamento de um Instituto Médio Agrário do Andulo	Bié	Bié (P)	529 943 778,00	227 118 762,00	757 062 540,00	CHI
5639	Construção e apetrechamento de um Instituto Médio Agrário de Ndalatando	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte (P)	529 943 778,00	227 118 762,00	757 062 540,00	CHI
5642	Construção e apetrechamento de um Instituto Médio Agrário do Wau-Kungo	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	529 943 778,00	227 118 762,00	757 062 540,00	CHI
5643	Coast e apetrech de um Instituto Médio de Admnis ¹ e Gestão de Viana	Luanda	Luanda (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI

Codigo	Designação do projecto	Localização		Ano		Total	Entidade financiadora
		Provincia	Município	2006			
				2005	2006		
5644	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão de Samba	Luanda	Luanda (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5645	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão de Cubal	Benguela	Benguela (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5646	Construção e apetrechamento de um Centro de Saúde no Baulundo	Huambo	Baulundo	30 627 000,00	25 038 000,00	55 665 000,00	CHI
5647	Construção e apetrechamento de um Centro de Saúde no Huambo	Huambo	Huambo	24 349 000,00	19 922 000,00	44 271 000,00	CHI
5648	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão de Lubango	Huíla	Huíla (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5649	Construção e apetrechamento de três H. M. Cacondá, Chubá e Huimpata	Huíla	Huíla (P)	86 800 000,00	80 000 000,00	166 800 000,00	CHI
5652	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão do Huambo	Huambo	Huambo (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5653	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão do Kuito	Bíé	Bíé (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5655	Construção e apetrechamento de um depósito Nacional	Nacional	Nacional	179 620 000,00	0,00	179 620 000,00	CHI
5656	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão de Negage	Uíge	Uíge (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5657	Construção e apetrechamento de dois C.S. (em Camabateia e Cambambe)	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte (P)	50 112 000,00	62 844 000,00	112 956 000,00	CHI
5658	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão de Lucna	Moxico	Moxico (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5659	Reabilitação e apetrechamento de um Labo. de Qualidades de Medicamentos	Luanda	Maanga	47 957 000,00	47 508 000,00	95 465 000,00	CHI
5660	Construção e apetrechamento de um H. M. em Menongue	Cuanza-Cubango	Menongue	34 029 000,00	27 843 000,00	61 872 000,00	CHI
5661	Construção de um Hospital Municipal no Cazengo	Cuanza-Norte	Cazengo	34 029 000,00	27 843 000,00	61 872 000,00	CHI
5662	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão de Ondjiva	Cunene	Cunene (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5663	Construção e apetrechamento de um depósito P/ de medicamentos	Benguela	Benguela (P)	121 365 000,00	0,00	121 365 000,00	CHI
5664	Construção e apetrechamento do I. M. de Ad. e Gestão de Menongue	Cuanza-Cubango	Cuanza-Cubango (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5665	Construção e apetrechamento de um H. M. no Amboum	Cuanza-Sul	Amboum	61 600 000,00	0,00	61 600 000,00	CHI
5666	Construção e apetrechamento de um Labo. Provincial de Saúde Pública	Benguela	Benguela	47 957 000,00	47 957 000,00	95 914 000,00	CHI
5667	Construção e apetrechamento de 1 fábrica de medicamentos	Luanda	Luanda (P)	904 946 000,00	738 774 000,00	1 643 720 000,00	CHI
5668	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão de Mbanza Congo	Zaire	Zaire (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5669	Reabilitação e apetrechamento do Hospital de Benguela	Benguela	Benguela	694 572 000,00	566 572 000,00	1 261 144 000,00	CHI
5670	Construção e apetrechamento de quatro H. M. (Cambulo, Citatú, Cuingo, Lucapa)	Lunda-Norte	Lunda-Norte (P)	136 118 000,00	111 369 000,00	247 487 000,00	CHI
5671	Construção e apetrechamento de um hospital municipal	Lunda-Sul	Saunao	34 029 000,00	27 842,00	34 056 842,00	CHI
5672	Construção e apetrechamento do I. M. de Administr. e Gestão do Namibe	Namibe	Namibe (P)	174 151 512,00	43 616 628,00	217 768 140,00	CHI
5673	Construção e apetrechamento de 5 Centros de Saúde em Benguela	Benguela	Benguela	222 255 000,00	181 845 000,00	404 100 000,00	CHI
5674	Construção e apetrechamento de 2 Centros de Saúde em Calandula e Malanje	Malanje	Malanje (P)	48 698 000,00	39 844 000,00	88 542 000,00	CHI
5679	Construção e apetrechamento de um Hospital Municipal no Namibe	Namibe	Namibe	34 029 000,00	27 842 000,00	61 871 000,00	CHI
5680	Construção e apetrechamento de 1 depósito Provincial de Medicamentos	Namibe	Namibe	73 393 000,00	73 393 000,00	146 786 000,00	CHI
5682	Construção e apetrechamento do I. Centro de Saúde no Noqui	Zaire	Zaire (P)	44 271 000,00	0,00	44 271 000,00	CHI
5683	Apetrechamento dos Hospitais de Malanje Lubango Huambo e Ondjiva	Nacional	Nacional	583 700 000,00	0,00	583 700 000,00	Deutchban
5697	Aquisição de 8 ambulâncias	Nacional	Nacional	295 000 000,00	0,00	295 000 000,00	CHI
5729	Construção do Seminário maior de Cabinda	Cabinda	Cabinda	19 350 000,00	0,00	19 350 000,00	CHI
5730	Reabilitação da cobertura do Centro Universitário de Cabinda (C.U.C.)	Cabinda	Cabinda	15 265 983,00	0,00	15 265 983,00	CHI
5732	Construção das Escolas de Artes e Ofícios	Cabinda	Cabinda (P)	12 900 000,00	0,00	12 900 000,00	CHI
5733	Construção do Lab. Universitário (2.ª Fase)	Cabinda	Cabinda	62 952 000,00	0,00	62 952 000,00	CHI
5735	Carruças material didáctico e pedagógico	Cabinda	Cabinda	168 472 816,00	0,00	168 472 816,00	CHI
5736	Reabilitação da cobertura do depósito de medicamentos	Cabinda	Cabinda (P)	34 400 000,00	0,00	34 400 000,00	CHI
5738	Aquisição de ambulâncias equipadas	Cabinda	Cabinda (P)	119 088 500,00	0,00	119 088 500,00	CHI
5810	Construção da Igreja de Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	57 113 314,00	0,00	57 113 314,00	CHI
5832	Construção de 1 Escola Secundária de 6 Salas na Covida	Cuanza-Sul	Covida	18 000 000,00	0,00	18 000 000,00	CHI
5834	Construção de 1 Escola Primária de 6 Salas no Musende	Cuanza-Sul	Musende	18 000 000,00	0,00	18 000 000,00	CHI

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2005	2006		
5875	Construção de 1 Escola Primária de três Salas no Atome	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	6 750 000,00	0,00	6 750 000,00	
5876	Reabilitação da Escola Primária n.º 66 da Cabelá	Cuanza-Sul	Ambour	5 850 000,00	0,00	5 850 000,00	
5877	Construção de 1 Posto de Saúde no Atome	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	4 500 000,00	0,00	4 500 000,00	
5878	Construção do Edifício da Escola Técnica de Elcarna do Sumbe/Cuanza-Sul	Cuanza-Sul	Sumbe	22 500 000,00	0,00	22 500 000,00	
5860	Reabilitação do Hospital de Cafunfo	Lunda-Norte	Cuang	35 390 231,00	0,00	35 390 231,00	
5875	Reabilitação da Escola do I Nível Cazua Ngonzo	Bengo	Pango Aluquem	3 356 302,00	0,00	3 356 302,00	
5877	Construção do Posto Médico na Bela Vista	Bengo	Ambuz	3 973 399,00	0,00	3 973 399,00	
5878	Reabilitação do hospital municipal	Bengo	Ambuz	5 000 000,00	0,00	5 000 000,00	
5880	Reabilitação do hospital municipal	Bengo	Dembos	6 670 000,00	0,00	6 670 000,00	
5881	Aquisição e instalação de painéis solares nos centros de saúde	Bengo	Bengo (P)	1 737 828,00	0,00	1 737 828,00	
5975	Projectos não especificados do Governo de Luanda	Luanda	Luanda (P)	438 339 999,00	0,00	438 339 999,00	
5976	Reabilitação e apetrechamento de 22 escolas primárias todos municípios	Luanda	Luanda (P)	1 230 272 418,00	0,00	1 230 272 418,00	
5981	Construção de nove campos polivalentes (todos municípios)	Luanda	Luanda (P)	581 570 770,00	0,00	581 570 770,00	
5982	Reabilitação do Campo do São Paulo	Luanda	Rungel	279 000 000,00	0,00	279 000 000,00	
5983	Construção do Velódromo Provincial	Luanda	Kilamba Xaaxi	150 000 000,00	0,00	150 000 000,00	
6009	Ampliação de Escola Técnica de Saúde	Zaire	Mbanza Congo	3 400 000,00	0,00	3 400 000,00	
6012	Construção e apetrechamento de escola secundária	Zaire	Kunmba	200 581 850,00	0,00	200 581 850,00	
6018	Construção e apetrechamento de escola primária	Zaire	Zaire (P)	190 468 150,00	0,00	190 468 150,00	
6198	Fornecimento de equipamento escolar para Diocese de Cabinda-Biéniua	Cabinda	Cabinda	0,00	0,00	0,00	
6199	Aquisição de laboratórios/ institutos, meios	Cabinda	Cabinda (P)	4 300 000,00	0,00	4 300 000,00	
6200	Recuperação e apetrechamento das escolas de formação feminina	Cabinda	Cabinda (P)	860 000,00	0,00	860 000,00	
6201	Recuperação e apetrechamento da Escola Primária Victória Certas/ Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	25 800 000,00	0,00	25 800 000,00	
6202	Aquisição de equipamento de laboratório de biologia, física e geografia	Cabinda	Cabinda (P)	21 500 000,00	0,00	21 500 000,00	
6203	Construção e apetrechamento de campos de jogos	Cabinda	Cabinda (P)	15 050 000,00	0,00	15 050 000,00	
6204	Construção de muro de vedação da escola do I nível Buco-Ngona/Cabinda	Cabinda	Cabinda	6 908 514,00	0,00	6 908 514,00	
6206	Construção e apetrechamento da escola do I nível Uanda Conde-Belize	Cabinda	Belize	2 580 000,00	0,00	2 580 000,00	
6207	Const e apetr de 1 escola do I e III níveis e/ salas de aula no Nec -Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	4 342 140,00	0,00	4 342 140,00	
6208	Const e apetr de 1 escola do I e II níveis e/ salas de aula no Nec -Buco-Zau	Cabinda	Buco-Zau	2 894 760,00	0,00	2 894 760,00	
6210	Reabilitação e apetrech do Centro de Informática da Juventude/Cabinda	Cabinda	Cabinda	1 157 904,00	0,00	1 157 904,00	
6212	Construção do Pavão do Polo Desportivo do Tando-Zinze	Cabinda	Cabinda	8 600 000,00	0,00	8 600 000,00	
6213	Abertura e terrapl de campos de futebol dos Munic de Buco-Zau e Belize	Cabinda	Buco-Zau	6 309 930,00	0,00	6 309 930,00	
6244	Aquisição e instalação de equipamentos médicos e mobiliários hospitalares	Cabinda	Cabinda (P)	106 679 522,00	0,00	106 679 522,00	
6245	Apetrechamento dos hospitais com oito viaturas específicas	Cabinda	Cabinda (P)	4 342 140,00	0,00	4 342 140,00	
6246	Apetrechamento e melhoramento de infra-est básicas hospita e centros médicos	Cabinda	Cabinda (P)	24 171 201,00	0,00	24 171 201,00	
6247	Construção do Pavilhão Fedéltico do Hospital Central de Cabinda	Cabinda	Cabinda	9 031 651,00	0,00	9 031 651,00	
6248	Reabilitação e ampliação do hospital, centros e postos médicos	Cabinda	Cabinda (P)	21 939 242,00	0,00	21 939 242,00	
6250	Reabilitação do Centro Médico de Lombo-Lombo/Cabinda	Cabinda	Cabinda	9 484 246,00	0,00	9 484 246,00	
6261	Reabilitação dos edifícios dos Centros de Produção da TPA e RNA	Cabinda	Cabinda (P)	27 386 577,00	0,00	27 386 577,00	
6284	Construção de 5 escolas (Kisuda, Kusen, Dala M Sbe.)	Bengo	Icilio e Bengo	7 099 997,00	0,00	7 099 997,00	
6300	Const de 12 escolas de 46 salas/Huambo, Loxdwi, Cadla, Tchelo M Católica	Huambo	Bula-Atumba	8 090 619,00	0,00	8 090 619,00	WB
6301	Const 9 escolas do I nível e duas bibliotecas Nambe Etbala/Tumbwa	Namibe	Huambo (P)	73 878 460,00	0,00	73 878 460,00	WB
6302	Reabilitação e ampliação de duas escolas do I nível	Namibe	Tumbwa	12 401 380,00	0,00	12 401 380,00	WB

Codigo	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Provincia	Município	2005	2006		
6303	Construção de 8 postos de saúde/Huambo, Loundwi, Canila, Tchekohanga	Huambo	Huambo (P)	65 082 550,00	0,00	65 082 550,00	WB
6307	Construção de 2 casas de artes e ofícios	Huambo	Huambo	12 560 326,00	0,00	12 560 326,00	WB
6312	Reabilitação e ampliação de 2 centros de saúde Bibala/Cansucuro	Namibe	Bibala	10 327 000,00	0,00	10 327 000,00	WB
6313	Construção de 3 postos de saúde Tchapatte/Girafé de Cima/Tchaitemo	Namibe	Bibala	11 404 600,00	0,00	11 404 600,00	WB
6317	Ampliação de 1 posto de saúde S. José Operário	Namibe	Namibe	4 130 800,00	0,00	4 130 800,00	WB
6321	Construção de 7 escolas de 19 salas Sumbé/Porto Amboum/Ebo	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	52 491 512,40	0,00	52 491 512,40	WB
6323	Reabilitação de 5 esc de 15 salas Anibom/Sumbé/Porto Amb-Cassongue	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	34 457 337,60	0,00	34 457 337,60	WB
6330	Const 4 bibliotecas (Comunit , C Universit) Sumbé/Porto Amboum	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	10 328 796,00	0,00	10 328 796,00	WB
6332	Reabilitação de 2 postos de saúde Sumbé/Cassongue	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	7 215 435,39	0,00	7 215 435,39	WB
6334	Construção de 3 esc c/38 salas nos Munic Lub , Homip , Cocula, Quip , Cal	Huíla	Huíla (P)	97 109 720,00	0,00	97 109 720,00	WB
6336	Construção de 1 escola de artes e ofícios	Huíla	Kalukembe	13 227 540,00	0,00	13 227 540,00	WB
6341	Construção 4 postos de saúde nos Municípios Humpala, Cacula, Gambos	Huíla	Huíla (P)	20 618 080,00	0,00	20 618 080,00	WB
6343	Construção de 13 escolas/Benguela, Lobito, B. Farta e Bocoio	Benguela	Benguela (P)	81 718 080,00	0,00	81 718 080,00	WB
6349	Construção de 10 jogos comunitários/Benguela, Lobito e Bocoio	Benguela	Benguela (P)	17 062 000,00	0,00	17 062 000,00	WB
6358	Construção de 6 post de saúde/Benguela, Lob , B. Farta, B e D Grande	Benguela	Benguela (P)	32 777 000,00	0,00	32 777 000,00	WB
6361	Construção de 21 escolas de 74 salas Cacuaco/Viana	Luanda	Luanda (P)	175 541 011,26	0,00	175 541 011,26	WB
6365	Construção de 8 postos de saúde Cacuaco/Viana/Itico e Bengo	Luanda	Luanda (P)	48 613 409,60	0,00	48 613 409,60	WB
6370	Construção de 5 unidades c/ 15 salas nos Munic T'samb , Noqui	Zaire	Zaire (P)	35 291 400,00	0,00	35 291 400,00	WB
6376	Construção de 3 postos de saúde	Zaire	Noqui	16 613 000,00	0,00	16 613 000,00	WB
6385	Construção de 14 escolas c/41 salas/Dande e Ambriz	Bengo	Bengo (P)	104 346 540,36	0,00	104 346 540,36	WB
6387	Reabilitação de 2 escolas c/4 salas/Dande	Bengo	Dande	12 209 384,01	0,00	12 209 384,01	WB
6394	Construção de 8 postos de saúde/Ambriz e Dande	Bengo	Bengo (P)	28 556 400,00	0,00	28 556 400,00	WB
6395	Reabilitação de 1 posto de saúde/Dande	Bengo	Dande	3 569 550,00	0,00	3 569 550,00	WB
6396	Construção de 13 escolas c/49 salas nos Munic B Zau, Cab Cacon , Belize	Cabinda	Cabinda (P)	110 535 872,00	0,00	110 535 872,00	WB
6400	Construção de 5 postos de Saúde nos Munic Cacon , Cab , Bel	Cabinda	Cabinda (P)	31 290 810,00	0,00	31 290 810,00	WB
6401	Construção de Imp Musq /Ambriz	Cabinda	Ambriz	1 920 467,29	0,00	1 920 467,29	WB
6410	Construção de 4 escolas c/11 salas nos Munic Kwan e Xuanhama	Cunene	Cunene (P)	30 029 120,00	0,00	30 029 120,00	WB
6411	Construção de 10 postos de saúde Km Kohan, Kuanh Ombadja	Cunene	Cunene (P)	60 650 022,00	0,00	60 650 022,00	WB
6422	Construção de 3 centros de form Munic Kwan , Nomak	Cunene	Cunene (P)	17 670 844,00	0,00	17 670 844,00	WB
6463	Construção de escola de 12 salas de aulas (PEMIRK)	Bié	Kuito	32 060 178,70	0,00	32 060 178,70	WB
6464	Construção de escola de 8 salas de aulas no Bairro Citemo (PEMIRK)	Bié	Kuito	17 022 351,87	0,00	17 022 351,87	WB
6467	Manutenção de escolas e equipamentos hospitalares	Luanda	Luanda (P)	51 300 000,00	0,00	51 300 000,00	WB
6472	Reabilitação do Hospital Américo Boavida	Luanda	Sambanzanga	267 155 000,00	0,00	267 155 000,00	WB
				3 587 600 321,27	7 050 257 859,00	10 637 858 180,27	
3778	Extensão do sinal da TPA	Benguela	Benguela (P)	22 500 001,00	0,00	22 500 001,00	WB
3779	Extensão do sinal RNA no interior da Provincia	Benguela	Benguela (P)	27 000 000,00	0,00	27 000 000,00	WB
4119	Programa de Combate à Doenças Infecto-contagiosas	Cabinda	Cabinda (P)	12 900 000,00	0,00	12 900 000,00	WB
4599	Aquisição dos meios para combater a doença do soro	Uige	Uige (P)	81 863 124,00	0,00	81 863 124,00	WB
4808	Aquisição e instal de 3 antenas respect da TPA e 3 RNA/K B A e Nambua	Bengo	Dande	23 000 000,00	0,00	23 000 000,00	WB
4873	Combate à Tripanosomiasis	Bengo	Bengo (P)	14 130 730,00	0,00	14 130 730,00	WB
5139	Reabilitação da Escola Profissional de Saúde de Luanda	Luanda	Luanda (P)	200 000 000,00	368 190 092,00	568 190 092,00	WB
5511	Construção do Centro de Produção de TPA	Luanda	Ingombota	1 371 944 445,00	915 833 333,00	2 287 777 778,00	WB
5678	Projecto de Reforma do Ensino Técnico-profissional (Nacional)	Nacional	Nacional	1 653 265 586,00	5 676 314 134,00	7 330 200 000,00	WB

Código	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Estrutura Financeira
		Província	Município	2005	2006		
5830	Construção de um Centro de Comunicação Social	Luanda-Norte	Luacapa	18 973 883,00	0,00	18 973 883,00	
6048	Aquisição de meios para combater a doença de sono	Zaire	Zaire (P)	10 000 000,00	0,00	10 000 000,00	
6050	Construção e aperfeiçoamento Centro de form. prof. no Soyo	Zaire	Soyo	45 900 000,00	0,00	45 900 000,00	
6051	Construção e aperfeiçoamento Centro de Formação de Prof. Kuumba	Zaire	Kuumba	11 475 000,00	0,00	11 475 000,00	
6393	Construção Centro de Formação Professores/Dande	Bengo	Dande	6 347 572,27	0,00	6 347 572,27	WB
6473	Construção do Centro Regional de Informação das Nações Unidas	Luanda	Luanda (P)	89 800 000,00	89 800 000,00	179 600 000,00	
4	Subprograma integrado geral de Assistência Social, Integração e Assistência Social						
	Total do Subprograma			2 166 705 320,00	1 039 334 312,00	3 206 039 632,00	
	Projectos em curso			220 205 762,00	34 404 962,00	254 610 724,00	
	Projectos novos			1 946 499 558,00	1 004 929 350,00	2 951 428 908,00	
	Eixo 1 — Apoio à criança e ao adolescente						
	Total do Eixo			3 581 169 390,00	0,00	3 581 169 390,00	
1181	Centro de acolhimento de meninas de rua	Luanda	Luanda (P)	25 000 000,00	0,00	25 000 000,00	
1183	Construção e aperfeiçoamento do PIC-PEC	Luanda	Luanda (P)	15 000 000,00	0,00	15 000 000,00	
3342	Reabilitação e aperfeiçoamento 4 centros assist. inf. adolescência	Luanda	Luanda (P)	6 771 600,00	0,00	6 771 600,00	
3352	Construção e aperfeiçoamento de 4 centros infantis	Luanda	Luanda (P)	70 794 000,00	0,00	70 794 000,00	
4345	Projecto S. O. S. Criança	Luanda	Luanda (P)	57 600 000,00	0,00	57 600 000,00	
4851	Construção dos jangos para o ensino pré-escolar	Bengo	Isale e Bengo	7 368 000,00	0,00	7 368 000,00	
4982	Construção de um internato no Dundo	Luanda-Norte	Luanda-Norte (P)	105 256 800,00	0,00	105 256 800,00	
5731	Construção de escolas para Ex-aluno Especial	Cabinda	Cabinda	4 300 000,00	0,00	4 300 000,00	
6309	Construção de casa de rapazes	Huambo	Huambo	6 932 560,00	0,00	6 932 560,00	WB
6311	Construção Pré-Pai/Bairro Maculocolo	Huambo	Huambo	7 363 600,00	0,00	7 363 600,00	WB
6354	Construção de Ciche/Bala Farta	Benguela	Bala Farta	6 779 900,00	0,00	6 779 900,00	WB
6415	Construção de três internatos nos Munic. Omhah, Kwanz	Cunene	Cunene (P)	26 239 560,00	0,00	26 239 560,00	WB
6420	Construção do Orfanato/Xiangongo	Cunene	Ombadja	7 192 980,00	0,00	7 192 980,00	WB
6425	Construção do centro infantil dos Castiños/Kwanyama	Cunene	Kwanyama	5 774 140,00	0,00	5 774 140,00	WB
6468	Construção, reabilitação e conservação de centros infantis e PIC	Luanda	Luanda (P)	1 496 250,00	0,00	1 496 250,00	
6470	Construção, reabilitação e conservação de centros infantis	Cabinda	Cabinda (P)	4 300 000,00	0,00	4 300 000,00	
	Eixo 2 — Assistência e promoção social						
	Total do Eixo			1 488 219 470,00	34 404 962,00	1 522 624 432,00	
1194	Projecto de reabilitação do Centro Social de S. Paulo	Luanda	Rangel	70 000 000,00	0,00	70 000 000,00	
3373	Aperfeiçoamento de centros de terceira idade/Luanda	Luanda	Luanda (P)	9 576 000,00	0,00	9 576 000,00	
6283	Apoio as situações de calamidade/Bengo	Bengo	Bengo (P)	6 000 000,00	0,00	6 000 000,00	
6305	Construção de uma oficina/Centro de Reabilitação	Namibe	Namibe	5 388 000,00	0,00	5 388 000,00	WB
6310	Reabilitação e ampliação de um lar de terceira idade	Namibe	Namibe	14 893 330,00	0,00	14 893 330,00	WB
6327	Construção de um centro de acolhimento	Cuanza-Sul	Ponto Antoinem	7 957 178,00	0,00	7 957 178,00	WB
6451	Programa de Transição e Ajuda aos Retornados	Nacional	Nacional	34 404 962,00	34 404 962,00	68 809 924,00	U.L.

Codigo	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Provincia	Município	2005	2006		
6314	Eixo 3 — Apoio à pessoa portadora de deficiência <i>Total do Eixo</i>	Huambo	Huambo	7 794 640,00	0,00	7 794 640,00	WB
6446	Eixo 4 — Desminagem <i>Total do Eixo</i>	Nacional	Nacional	1 652 521 820,00	1 004 929 350,00	2 657 451 170,00	UE
5	Programa Emerg. Apoio à Desminagem			1 652 521 820,00	1 004 929 350,00	2 657 451 170,00	
	Subprograma integrado de habitação, urbanismo, s. básico e ambiente, ordenamento, ambiente e obras públicas						
	<i>Total do subprograma</i>			12 922 914 824,27	3 666 486 113,60	16 589 370 637,87	
	<i>Projectos em curso</i>			10 447 865 812,70	2 228 796 848,60	12 676 662 661,30	
	<i>Projectos novos</i>			2 475 048 711,57	1 437 689 265,00	3 912 707 976,57	
	Eixo 1 — Urbanismo <i>Total do Eixo</i>			1 866 083 546,00	0,00	1 866 083 546,00	
3335	Estudo de requalificação urbana dos museus	Luanda	Luanda (P)	796 860 000,00	0,00	796 860 000,00	
3336	Estudos de requalificação urbana ambiental	Luanda	Luanda (P)	109 440 000,00	0,00	109 440 000,00	
4243	Requalificação urbana Rua Forças Armadas e 1.º de Maio	Cabinda	Cabinda (P)	695 659 359,00	0,00	695 659 359,00	
4396	Elaboração do plano director da Cidade do Lubango	Huíla	Lubango	20 000 000,00	0,00	20 000 000,00	
6223	Projecto de desenvolvimento urbanístico da sede da Vila de Lândana	Cabinda	Lândana	3 763 188,00	0,00	3 763 188,00	
6226	Plano de desenvolvimento urbanístico da Vila de Belize	Cabinda	Belize	2 894 760,00	0,00	2 894 760,00	
6227	Plano de desenvolvimento urbanístico da Vila de Buco-Zau e Alzira da Fonseca	Cabinda	Buco-Zau	8 600 000,00	0,00	8 600 000,00	
6228	Requalificação da zona envolvente do Aeroporto de Cabinda	Cabinda	Cabinda	224 465 039,00	0,00	224 465 039,00	
6265	Ordenamento das ruas de Belize	Cabinda	Belize	4 403 200,00	0,00	4 403 200,00	
	Eixo 2 — Habitação <i>Total do Eixo</i>			3 026 697 123,90	1 676 165 454,60	4 702 862 578,50	
1643	Reabilitação de casas do Beco do Balão	Luanda	Ingombota	23 760 000,00	243 841 734,80	267 601 734,80	
2817	Construção de 30 casas Luanda-Sul	Nacional	Nacional	55 440 000,00	124 740 000,00	180 180 000,00	
2833	Conclusão casas ADPP	Luanda	Luanda (P)	43 560 000,00	16 940 000,00	60 500 000,00	
2842	Emprestado eléctrico 800 casas da Sapu	Luanda	Kilamba Khan	40 431 600,00	77 350 460,00	117 782 060,00	
3337	Const. infra-estrut. para fomento hab. alta/média renda	Luanda	Luanda (P)	119 700 000,00	0,00	119 700 000,00	
3338	Const. infra-estrut. para fomento hab. baixa renda	Luanda	Luanda (P)	17 100 000,00	0,00	17 100 000,00	
3339	Const. de 300 hab. plapolo de populações deslocadas/Luanda	Luanda	Luanda (P)	500 000,00	0,00	500 000,00	
3378	Constituição de 132 casas em Viana II	Luanda	Viana	41 032 320,00	155 158 580,00	196 192 100,00	
3815	Const. de casas p/ profes. em quatro com. (Saurimo, Maconda, Cacolo e Dala)	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	20 654 865,00	0,00	20 654 865,00	
3844	Equipamentos sociais/Viana II	Luanda	Viana	47 520 000,00	45 980 000,00	93 500 000,00	
3895	Construção de 4 residências para enfermeiros/4 comunas	Luanda-Sul	Luanda-Sul (P)	14 048 825,67	0,00	14 048 825,67	

Codigo	Designação do projecto	Localização		Anos		Total	Entidade financiadora
		Provincia	Município	2005	2006		
3898	Reabilitação e apetrechamento da casa do medico	Lunda-Sul	Lunda-Sul (P)	10 162 729,00	0,00	10 162 729,00	ISR
3974	Reabilitação da residência do medico	Lunda-Sul	Mukondia	12 870 000,33	0,00	12 870 000,33	
3947	Const apetrech de 25 casas p/enfermeiros	Benguela	Benguela (P)	45 000 000,00	0,00	45 000 000,00	
3990	Construção do condomínio para quadros (fase II)	Moxico	Moxico	161 396 152,00	0,00	161 396 152,00	
4009	Reabilitação da residência do Delegado P.F. da Lunda-Sul	Lunda-Sul	Saurimo	20 682 560,00	20 682 560,00	41 365 120,00	
4116	Construção de 5 casas sociais	Cabinda	Cabinda (P)	20 196 000,00	0,00	20 196 000,00	
4162	Residência dos regedores do N'Golo	Cabinda	Cabinda (P)	1 340 788,00	0,00	1 340 788,00	
4169	Projecto da residência do procurador	Cabinda	Cabinda (P)	18 360 000,00	0,00	18 360 000,00	
4202	Estudos para const de 300 loges p/assentamento de jovens recém-casados	Luanã	Kilamba Xiaku	3 420 000,00	0,00	3 420 000,00	
4245	Auto-construção dirigida (melhoramento das 300 casas-3 * fase)	Cabinda	Cabinda (P)	18 231 536,00	0,00	18 231 536,00	
4245	Auto-construção dirigida (melhoramento das 300 casas-3 * fase)	Cabinda	Cabinda (P)	3 420 000,00	0,00	3 420 000,00	
4247	Rehabil da rede de distribuição e iluminação pública da Cidade do Lubango	Lubango	Lubango	40 000 000,00	0,00	40 000 000,00	
4347	Reabilitação da rede de iluminação pública das Cidades do Uíge e de Negage	Uíge	Uíge (P)	5 750 000,00	0,00	5 750 000,00	
4348	Reparação da rede de distribuição de energia nos municípios e bourros	Uíge	Uíge (P)	10 260 000,00	0,00	10 260 000,00	
4360	Const de 4 resid no Belizze (concluídas três resid e uma em constação)	Cabinda	Belizze	3 672 000,00	0,00	3 672 000,00	
4362	Construção de casas económicas	Uíge	Uíge (P)	43 454 571,00	0,00	43 454 571,00	
4367	Construção de 100 casas para Governo Provincial de Cabinda (GFC)	Cabinda	Cabinda (P)	43 458 487,00	0,00	43 458 487,00	
4372	Const casa econ ger TV, viv e mur de ved da roged do cont e uma casa ger T3	Cabinda	Cabinda (P)	28 208 208,00	0,00	28 208 208,00	
4378	Construção de 205 casas no Caxongo	Cabinda	Lândana	58 000 000,00	0,00	58 000 000,00	
4392	Construção de 12 casas económicas	Huíla	Lubango	3 300 000,00	0,00	3 300 000,00	
4478	Ampliação iluminação pública no Caxongo	Cabinda	Lândana	20 409 551,00	0,00	20 409 551,00	
4480	Construção de 2 condomínios e/20 residências para técnicos	Huambo	Huambo (P)	52 741 536,00	0,00	52 741 536,00	
4508	Const apetrech casas para professores	Zaire	Zaire (P)	88 400 000,00	0,00	88 400 000,00	
4517	Const apetrech 18 casas para enfermeiros	Zaire	Zaire (P)	103 813 600,00	0,00	103 813 600,00	
4521	Reabilitação da rede de iluminação pública de Ndalilando	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	60 200 000,00	0,00	60 200 000,00	
4531	Reabilitação da rede de distrib energia e iluminação pública do Nôqui	Zaire	Nôqui	35 700 000,00	0,00	35 700 000,00	
4560	Reabilitação da rede de distrib de energia eléct e iluminação pública	Cuanza-Norte	Cuanza-Norte	30 120 000,00	0,00	30 120 000,00	
4697	Const de 20 residências económicas em Kwanhama	Cunene	Kwanhama	38 071 008,00	0,00	38 071 008,00	
4714	Revelagem dos tapetes das Cidades do Uíge, Negage e Sanza Pombo	Uíge	Uíge (P)	83 969 846,00	0,00	83 969 846,00	
4726	Construção de 50 casas económicas na Cidade do Uíge	Bengo	Uíge (P)	54 465 600,00	0,00	54 465 600,00	
4877	Construção de 60 residências económicas em vários municípios	Bengo	Bengo (P)	27 000 000,10	0,00	27 000 000,10	
4912	Melhoramento da rede pública de Dombos/Quibaxe	Luanã	Dombos	27 300 000,00	0,00	27 300 000,00	
5076	Construção de infra-estruturas externas 102 casas/Camarua	Luanã	Kilamba Xiaku	142 116 646,00	0,00	142 116 646,00	
5160	Condomínio dos oficiais das F.A.A II fase	Luanã	Samba	81 132 480,00	409 909 879,80	491 042 359,80	
5161	Reabilitação da residência particular do Munden no Morro da Luz	Benguela	Luanã (P)	37 445 760,00	14 562 240,00	52 008 000,00	
5234	Construção e apetrechamento de 15 casas para professores	Cunene	Benguela (P)	27 000 000,00	0,00	27 000 000,00	
5312	Construção de 15 residências no Kuvela	Cunene	Kuvela	15 905 377,00	0,00	15 905 377,00	
5444	Continuação da construção de 100 casas geminadas	Cunene	Menongue	25 080 046,00	0,00	25 080 046,00	
5734	Construção e reabilitação de residências para professores	Cabinda	Cabinda (P)	17 200 000,00	0,00	17 200 000,00	
5760	Locamento de um prédio/Cabinda	Cabinda	Cabinda	1 720 000,00	0,00	1 720 000,00	
5809	Reabilitação de residências protocolares	Cunene	Cabinda (P)	57 113 314,00	0,00	57 113 314,00	
5813	Construção de 10 casas de baixa renda na Kabana	Cunene	Kabana	13 500 000,00	0,00	13 500 000,00	
5814	Construção de 30 casas de renda baixa em Ondjiva	Cunene	Kwanhama	27 000 000,00	0,00	27 000 000,00	
5815	Ampliação do sistema de luz no Bairro Caxila	Cunene	Kwanhama	10 000 000,00	0,00	10 000 000,00	
5882	Conclusão de 60 residências em Caxila	Bengo	Dande	56 503 405,60	0,00	56 503 405,60	

Codigo	Designação de projecto	Localização		Anos		Total	Estado de Execução
		Província	Município	2005	2006		
5894	Melhoramento da rede pública de Pango Aluquem	Bengo	Pango Aluquem	2 853 880,00	0,00	2 853 880,00	CHI
6007	Contr. aparelho casa de 10 cas. Quadros Mb - Congo	Zaire	M'Banza Congo	10 200 000,00	0,00	10 200 000,00	WB
6035	Recuperação e arranjo	Zaire	Zaire (P)	170 200 000,00	0,00	170 200 000,00	WB
6043	Construção de lancis e passios	Zaire	M'Banza Congo	12 750 000,00	0,00	12 750 000,00	WB
6046	Construção e aparelhagem de casas económicas	Zaire	M'Banza Congo	3 715 200,00	0,00	3 715 200,00	WB
6047	Construção e aparelhamento de casas para quadros	Zaire	Zaire (P)	22 291 200,00	0,00	22 291 200,00	WB
6071	Construção de infra-estruturas sociais (150 casas)	Zaire	Kilamba Kyaxi	121 500 000,00	283 500 000,00	405 000 000,00	CHI
6197	Const. de 10 resid. geminadas de professores Pango Mungo/Buco-Zai	Luanda	Buco-Zai	17 200 000,00	0,00	17 200 000,00	WB
6211	Projecto auto-constr. de 25 resid. económicas p/ jovens, carnciados	Cabinda	Cabinda	2 894 760,00	0,00	2 894 760,00	WB
6238	Reabilitação do prédio dos funcionários incluindo fiscalização	Cabinda	Cabinda	8 336 908,00	0,00	8 336 908,00	WB
6240	Construção de 240 casas sociais em Cabinda	Cabinda	Cabinda	109 906 205,00	0,00	109 906 205,00	WB
6252	Iluminação pública na Rua das Mangueiras	Cabinda	Cabinda	8 074 703,00	0,00	8 074 703,00	WB
6266	Construção de infra-estruturas sociais (150 casas)	Luanda	Kilamba Kyaxi	121 500 000,00	283 500 000,00	405 000 000,00	CHI
6308	Const. de 9 resid. para professores Namibe/Bibala/Tombwa/Caminico	Namibe	Namibe (P)	35 381 200,00	0,00	35 381 200,00	WB
6319	Const. de 9 resid. para professores Namibe/Bibala/Tombwa/Caminico	Namibe	Namibe (P)	22 001 000,00	0,00	22 001 000,00	WB
6325	Construção reabilitação de 2 casas de professores Sumbé/Cusongue	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	7 069 654,00	0,00	7 069 654,00	WB
6338	Reabilitação de 1 casa para enfermeiro	Cuanza-Sul	Kassongue	2 435 376,00	0,00	2 435 376,00	WB
6339	Construção de residências para professores	Luanda	Luabango	1 989 070,00	0,00	1 989 070,00	WB
6346	Construção de 10 residências p/ professores	Benguela	Benguela (P)	51 814 600,00	0,00	51 814 600,00	WB
6362	Construção de 3 casas para professores	Bengo	Teoló e Bengo	9 828 196,92	0,00	9 828 196,92	WB
6363	Construção de 2 aldeias milénio nos Munic. Cacondá, Cavala	Huíla	Huíla (P)	19 702 120,00	0,00	19 702 120,00	WB
6367	Construção de 2 casas para enfermeiros	Benguela	Benguela	6 552 131,28	0,00	6 552 131,28	WB
6369	Construção de 2 residências p/ enfermeiros	Zaire	Noqui	10 416 800,00	0,00	10 416 800,00	WB
6372	Construção de 8 casas geminadas	Benguela	Benguela	43 104 000,00	0,00	43 104 000,00	WB
6390	Construção de 5 residências p/ professores/Ambiz e Dande	Bengo	Dande	17 308 950,00	0,00	17 308 950,00	WB
6397	Construção de 4 residências p/ enfermeiros/Ambiz e Dande	Bengo	Bengo (P)	13 847 160,00	0,00	13 847 160,00	WB
6398	Reabilitação de 3 residências p/ enfermeiros/Ambiz e Dande	Bengo	Bengo (P)	10 383 370,00	0,00	10 383 370,00	WB
6399	Construção de 5 residências p/ professores	Cabinda	Lândana	18 004 900,00	0,00	18 004 900,00	WB
6403	Construção de 6 residências p/ enfermeiros nos Munic. Cab	Cabinda	Cabinda (P)	21 853 728,00	0,00	21 853 728,00	WB
6419	Construção de 4 residências p/ enfermeiros nos Munic. Omba Kwan	Cunene	Cunene (P)	14 368 000,00	0,00	14 368 000,00	WB
6423	Construção de residências p/ professor	Cunene	Ombadja	3 592 000,00	0,00	3 592 000,00	WB
Eixo 3 — Cartografia e Cadastro							
<i>Total do eixo</i>				9 109 039,80	0,00	9 109 039,80	
5731	Execução da toponímia de ruas e numeração de imóveis	Cabinda	Cabinda (P)	4 342 140,00	0,00	4 342 140,00	
6224	Levantamento topográfico nas sedes municipais	Cabinda	Cabinda	4 766 899,00	0,00	4 766 899,00	
Eixo 4 — Ambiente							
<i>Total do eixo</i>				872 757 240,00	312 400 000,00	1 185 157 240,00	
7836	Autorização do Palácio e do Mostro da Luanda	Luanda	Ingonhola	9 600 000,00	312 400 000,00	322 000 000,00	
7281	Reabilitação da Cidade de Luanda	Luanda	Luanda (P)	43 570 800,00	0,00	43 570 800,00	

Codigo	Designação do projecto	Localização		Ano		Total	Entidade financiadora
		Província	Município	2005	2006		
3282	Construção e manutenção de jardins e praças públicas/Luanda	Luanda	Luanda (P)	265 800 000,00	0,00	265 800 000,00	
3283	Reabilitação e apetrechamento de jardins públicos	Luanda	Luanda (P)	231 238 800,00	0,00	231 238 800,00	
3332	Criação de pólos de oxigenação da Cidade de Luanda	Luanda	Luanda (P)	273 600 000,00	0,00	273 600 000,00	
5761	Requalificação Urbana Ambiental	Cabinda	Cabinda (P)	9 460 000,00	0,00	9 460 000,00	
6216	Plano director p/sectoy de Meio Ambiente	Cabinda	Cabinda (P)	4 342 140,00	0,00	4 342 140,00	
6337	Construção repovoamento florestal/Chuala	Huambo	Chuala	3 717 720,00	0,00	3 717 720,00	WB
6431	Autorização de 3 cemitérios nos Munic. Omb. , Kwan	Cunene	Ovengue	1 427 820,00	0,00	1 427 820,00	WB
	Eixo 6 — Saneamento básico e águas residuais e das chuvas						
	<i>Total do eixo</i>			7 148 285 535,37	1 877 890 659,00	8 826 156 194,37	
1272	Aquisição de ferramentas e chumpanas para saneamento básico e manutenção	Benguela	Benguela (P)	15 985 882,00	0,00	15 985 882,00	
2929	Drenagem no Bairro da Praia do Bispo (fase II)	Luanda	Ingombora	47 894 896,00	0,00	47 894 896,00	
3329	Construção 2 novos cemitérios (Samba e Cacooça)	Luanda	Luanda (P)	184 680 000,00	0,00	184 680 000,00	
3330	Reabilitação de 3 cemitérios (Cazenga/1-K Kuuxi/2)	Luanda	Luanda (P)	24 282 000,00	0,00	24 282 000,00	
3333	Construção de sanitários públicos (Mananga/Ingombola/Ruango/Sambiranga)	Luanda	Luanda (P)	56 088 000,00	0,00	56 088 000,00	
3334	Construção de fontanários em todos os municípios	Luanda	Luanda (P)	266 303 293,00	0,00	266 303 293,00	
3453	Reequipamento dos serviços de saneamento básico	Luanda	Luanda (P)	3 831 982 840,00	0,00	3 831 982 840,00	
4029	Proc. recolha do lixo na Cidade de Mbanza Congo	Zaire	Mbanza Congo	18 550 000,00	0,00	18 550 000,00	
4043	Aquisição de equ. sarca básico p/Munic. de Cacongo, Ruco Zau e Belizé	Cabinda	Cabinda (P)	20 862 985,00	0,00	20 862 985,00	
4178	Construção de mictórios públicos	Cabinda	Cabinda (P)	4 352 488,00	0,00	4 352 488,00	
4398	Equipamento para sauna bás da C. do Luha e Munic. (limpeza e bigrete)	Huíla	Huíla (P)	20 000 000,00	0,00	20 000 000,00	
4443	Equipamento para sauna bás da C. do Luha e Munic. (limpeza e bigrete)	Cabinda	Cabinda (P)	2 683 814,00	0,00	2 683 814,00	
4460	Const. de 2 valas beijo armado-ponte encaix e biala-Mougo Sul	Cabinda	Cabinda (P)	32 557 272,00	0,00	32 557 272,00	
4462	Const. de 2 valas beijo armado-ponte encaix e biala-Mougo Sul	Cabinda	Cabinda (P)	22 852 765,00	0,00	22 852 765,00	
4464	Construção vala entre o troço pt 1.º Muxo a condutor pt M'Buta	Cabinda	Cabinda (P)	14 670 668,00	0,00	14 670 668,00	
4465	Aquisição de equipamentos de limpeza (Cabinda e Landana)	Cabinda	Cabinda (P)	233 279 294,00	0,00	233 279 294,00	
4473	Elaboração do plano director de drenagem e esg. sanit. da cid. de Cabinda	Huambo	Cabinda (P)	53 750 000,00	0,00	53 750 000,00	
4489	Programa de contenção de ravinas	Huambo	Huambo (P)	12 415 400,00	0,00	12 415 400,00	
4527	Saneamento básico	Cunene	Huambo (P)	70 795 636,00	0,00	70 795 636,00	
4695	Construção de 4 chumpanas em Kuwoa	Uíge	Cunene	15 989 400,00	0,00	15 989 400,00	
4711	Aquisição de kits de reparação de saneamento básico	Bengo	Uíge (P)	57 327 047,00	0,00	57 327 047,00	
4884	Aquis. de kits de reparação de equipamentos de saneamento básico do Dande	Bengo	Bengo (P)	45 776 490,00	0,00	45 776 490,00	
4885	Reabilitação do sistema de saneamento básico de Carito	Moxico	Dande	20 900 000,00	0,00	20 900 000,00	
5062	Combate às ravinas do Luena (fase II)	Moxico	Moxico	61 960 995,00	61 960 995,00	123 921 990,00	
5063	Contenção das ravinas do Dundo (fase II)	Luanda-Norte	Luanda-Norte (P)	40 753 750,00	0,00	40 753 750,00	
5064	Construção das ravinas no Sauro (fase I)	Luanda-Sul	Sauro	80 000 000,00	240 000 000,00	320 000 000,00	
5067	Desassoreamento dos rios Coporelo e Catumbela (Estúdios)	Namibe	Namibe	41 716 500,00	0,00	41 716 500,00	
5069	Protecção costeira da Chicala	Luanda	Ingombola	204 234 284,00	261 000 000,00	465 234 284,00	
5209	Construção/limpeza de valas e esgotos	Luanda	Samba	25 729 601,00	244 270 399,00	270 000 000,00	
5304	Construção de 4 chumpanas na Kahama	Cunene	Kahama	19 221 191,00	0,00	19 221 191,00	
5306	Construção de 4 chumpanas no Kwanhama	Cunene	Kwanhama	25 121 191,00	0,00	25 121 191,00	
5307	Construção de 4 chumpanas no Ombudja	Cunene	Ombudja	20 121 191,00	0,00	20 121 191,00	

Código	Designação de projecto	Localização		Anos		Total	Entidade Financiadora
		Provincia	Município	2005	2006		
5398	Dragagem e manutenção da Baía do Miusulo	Luanda	Samba	78 075 431,00	0,00	78 075 431,00	WB
5465	Combate às ravinas do Lubango (Míchele)	Huíla	Lubango	21 362 000,00	0,00	21 362 000,00	WB
5748	Sistema de saneamento da Cidade de Cabinda	Cabinda	Cabinda (P)	573 941 679,00	0,00	573 941 679,00	WB
6053	Aquisição de kits para saneamento básico	Zaire	Kuamba	15 000 000,00	0,00	15 000 000,00	WB
6239	Construção da rede de drenagem das águas pluviais da Cidade de Cabinda	Cabinda	Cabinda	2 894 760,00	0,00	2 894 760,00	WB
6264	Reabilitação dos cemitérios municipais de Caxango e Boco-Zau	Cabinda	Boco-Zau	2 894 760,00	0,00	2 894 760,00	WB
6295	Construção de 4 bombas solar + chafariz	Namibe	Bibala	5 388 000,00	0,00	5 388 000,00	WB
6296	Construção de 1 lavandaria em Kipamba (Bibala)	Namibe	Bibala	808 200,00	0,00	808 200,00	WB
6297	Construção de 1 poço tubular + bomba solar	Namibe	Namibe	1 975 600,00	0,00	1 975 600,00	WB
6298	Instalação de 4 bombas solares em Tchitene/Noodau/Kamupapa/Bibala	Namibe	Namibe	5 028 800,00	0,00	5 028 800,00	WB
6299	Construção de 3 latrinas familiares em Camucuo	Namibe	Bibala	3 232 800,00	0,00	3 232 800,00	WB
6315	Construção de 13 lav. balneário	Namibe	Huambo (P)	16 307 680,00	0,00	16 307 680,00	WB
6316	Construção de 3 casimbas melhoradas/Cuafia e Huambo	Huambo	Huambo (P)	3 232 800,00	0,00	3 232 800,00	WB
6318	Construção font. lavandaria/B * Candimba	Huambo	Huambo	1 436 800,00	0,00	1 436 800,00	WB
6333	Construção de 1 muro no cemitério	Cuanza-Sul	Sambe	5 481 841,00	0,00	5 481 841,00	WB
6340	Construção de 2 combinados (lav + chafariz e conduta + chafariz)	Cuanza-Sul	Sambe	4 726 596,96	0,00	4 726 596,96	WB
6344	Const 9 lav. fam (6) 1º fase e (3) 2º fase Samba/Cabela/Porto Amboim/Ambom	Cuanza-Sul	Cuanza-Sul (P)	8 502 564,00	0,00	8 502 564,00	WB
6345	Construção de 12 projetos tubulares nos Munic. Kump , Quimb , Quipungo	Huíla	Huíla (P)	19 531 500,00	0,00	19 531 500,00	WB
6352	Construção de 1 lavandaria	Cuanza-Sul	Sambe	1 936 088,00	0,00	1 936 088,00	WB
6353	Construção de 2 balneários públicos	Cuanza-Sul	Sambe	3 792 828,72	0,00	3 792 828,72	WB
6356	Const. de 4 comb. (Lac-WC) nos Mun. Chib , Coconia , Cahua , Gambos	Huíla	Huíla (P)	5 262 280,00	0,00	5 262 280,00	WB
6357	Construção de latrinas familiares	Huíla	Chibala	808 200,00	0,00	808 200,00	WB
6368	Construção de 5 combinados	Luanda	Cacuaco	10 043 016,48	0,00	10 043 016,48	WB
6371	Construção de 4 lav. balneários/wc	Luanda	Viana	4 199 105,47	0,00	4 199 105,47	WB
6373	Construção de 5 lavandarias	Benguela	Benguela (P)	6 106 400,00	0,00	6 106 400,00	WB
6374	Construção de 5 chafarizes + lavandarias	Bengo	Isoko Bengo	4 111 970,74	0,00	4 111 970,74	WB
6379	Construção de 7 latrinas familiares nos Munic. M Congo, Tomb , Moku	Zaire	Zaire (P)	3 430 360,00	0,00	3 430 360,00	WB
6381	Construção de 2 latrinas públicas	Zaire	Noki	1 275 160,00	0,00	1 275 160,00	WB
6383	Construção de 2 sistemas de abastec. água nos Munic Mb Congo e Tomboco	Zaire	Zaire (P)	15 445 600,00	0,00	15 445 600,00	WB
6384	Construção de 2 reservatórios de água	Zaire	Mibanza Congo	16 523 200,00	0,00	16 523 200,00	WB
6386	Construção de 2 chafarizes	Zaire	Mibanza Congo	718 400,00	0,00	718 400,00	WB
6388	Const. de lavandaria	Zaire	Tomboco	3 412 400,00	0,00	3 412 400,00	WB
6392	Construção de balneários	Zaire	Tomboco	2 873 600,00	0,00	2 873 600,00	WB
6403	Construção de 3 chafarizes	Cabinda	Cabinda	3 461 790,00	0,00	3 461 790,00	WB
6406	Construção de 2 comb. chafarizes + lavandarias	Cabinda	Landana	5 163 848,00	0,00	5 163 848,00	WB
6407	Construção de 1 fontanário	Cabinda	Boco-Zau	2 225 693,00	0,00	2 225 693,00	WB
6408	Construção de 17 latrinas nos Munic. Cab , B Zau, Bel	Cabinda	Cabinda (P)	22 502 084,00	0,00	22 502 084,00	WB
6414	Reabilitação de 3 casimbas Município de Kuanhama	Comana	Cunene (P)	956 370,00	0,00	956 370,00	WB
6416	Reabilitação de 3 furos Munic. de Kuahama e Namun	Cunene	Cunene (P)	3 071 160,00	0,00	3 071 160,00	WB
6417	Programa de água e saneamento básico nos Munic. Omba , Kwan	Cunene	Cunene (P)	18 655 052,00	0,00	18 655 052,00	WB
6447	Programa de água e saneamento básico à Cidade de Luanda	Luanda	Luanda (P)	596 905 244,00	870 659 265,00	1 467 564 509,00	UE
6469	Manutenção de cemitérios, casas mortuárias, velórios e ególios	Luanda	Luanda (P)	52 725 000,00	0,00	52 725 000,00	UE